



UNIVERSIDADE DE LISBOA  
Faculdade de Arquitectura

# O PASSADO QUE (CON)VIVE

Reflexões sobre o devir do sítio de Santa Marta

Ana Patrícia Roque Marcelo Pires  
(Licenciada)

Dissertação/Projecto para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Científico: Arquitecto António Pedro Pacheco  
Co-Orientador: Doutor Arquitecto José Aguiar  
Co-Orientador: Arquitecto Carlos Lemonde de Macedo

Presidente do Júri: Doutora Arquitecta Ana Marta Feliciano  
Vogal: Arquitecto Fernando Salvador

Lisboa, FAUL, Julho de 2014



UNIVERSIDADE DE LISBOA  
Faculdade de Arquitectura

# O PASSADO QUE (CON)VIVE

Reflexões sobre o devir do sítio de Santa Marta

Ana Patrícia Roque Marcelo Pires  
(Licenciada)

Dissertação/Projecto para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Científico: Arquitecto António Pedro Pacheco  
Co-Orientador: Doutor Arquitecto José Aguiar  
Co-Orientador: Arquitecto Carlos Lemonde de Macedo

Presidente do Júri: Doutora Arquitecta Ana Marta Feliciano  
Vogal: Arquitecto Fernando Salvador

Lisboa, FAUL, Julho de 2014

O PASSADO QUE (CON)VIVE  
Reflexões sobre o devir do sítio de Santa Marta

Ana Patrícia Roque Marcelo Pires  
Arquitecto António Pedro Pacheco

Mestrado Integrado em Arquitectura  
Julho de 2014

THE PAST THAT LIVES  
Reflections on the becoming of Santa Marta's site

Ana Patrícia Roque Marcelo Pires  
Arquitecto António Pedro Pacheco

Integrated Masters in Architecture  
July 2014

## RESUMO

É sob o pretexto da necessária intervenção no sítio de Santa Marta da colina lisboeta de Sant'Ana – sítio e colina que se têm vindo demoradamente a consolidar com os vários contributos dos muitos tempos que por eles têm vindo a passar – que este texto se debruça sobre o modo como a cidade gere os diversos elementos que a vêm a desenhar, ora mais efémeros, ora mais persistentes. Atendendo especialmente nos elementos que, com notável integridade, vêm longamente a persistir através e apesar das variadas transformações sofridas não só pelo seu contexto mas também por eles mesmos, procura-se constituir um conjunto de ideias que informem os modos de 'ler' e de intervir na cidade antiga. Para o efeito, têm-se em conta os aspectos que influenciam a permanência desses elementos, de entre os quais se atenta tanto no papel dos usos que os vão ocupando como nos princípios de actuação através dos quais vão sendo transformados.

Olha-se assim, através deste modo de 'ler', para o sítio de Santa Marta, qual teimoso enclave entre tempos, como uma possibilidade não só para a igual valorização desses mesmos tempos, tempos que vêm longamente a desenhar a imagem que guardamos da colina Sant'Ana, mas também para a valorização dos seus traços que tanta permanência imprimiram ao seu território e ao seu contexto urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** permanência | usos | transformação urbana | colina de Santana | sítio de Santa Marta

## ABSTRACT

It's under the pretext of the necessary intervention in Santa Marta's site on Lisbon's Sant'Ana hill – site and hill that have come to consolidate with every contribution of the many times that have passed through them – that this text looks into the way through which the city manages the various elements, sometimes more ephemeral, sometimes more persistent, that have long been drawing it. Dwelling specially on the elements that, with notable integrity, have been persisting through and despite the many transformations endured not only by their context but also by themselves, this text aims at gathering ideas that will inform the ways of 'reading' and of intervening in the old town. It's with this purpose that the aspects that affect the permanence of those elements – both the influence of the uses that come to occupy them and the principals of action through which they see themselves transformed – are looked into.

Through this way of 'reading', we look to Santa Marta's site, a stubborn enclave stuck between times, as a possibility not only for the equal appreciation of those distinct times, times that have long been drawing the image that we keep of Sant'Ana's hill, but also for the appreciation of the traces that have imprinted so much permanence to its territory and to its urban context.

**KEY-WORDS:** permanence | uses | urban transformation | Santana's hill | Santa Marta's site



É por ser, como Walter Benjamin tão bem o diz, inquestionavelmente moldada pelas relações que estabeleço com tudo o que me circunda que venho agradecer a todos aqueles que de vários modos contribuíram para que completasse este longo percurso.

Destaco, no entanto, com grande reconhecimento, o contributo dos professores Pedro Pacheco, José Aguiar e Carlos Macedo não só para este documento mas também, e acima de tudo, para a cimentação do meu gosto pela arquitectura.

Destaco ainda os colegas, amigos e irmão que por entre as frustrações e alegrias partilhadas me foram continuamente motivando e ajudando; obrigada, Andreia, Inês, João, Ariadna, Xianghe, Lisa e João Pedro.

Por fim e não menos importante, é com enorme gratidão e admiração pelos meus pais que lhes agradeço o incalculável apoio com que nunca me faltaram.



## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
2	ENTRE A PERMANÊNCIA E A TRANSFORMAÇÃO	3
2.1	A CIDADE E A SUA MEMÓRIA	3
2.2	A CIDADE E OS SEUS USOS	9
2.3	A CIDADE E A SUA TRANSFORMAÇÃO	17
3	DA CIDADE A SANTA MARTA	27
3.1	DE LISBOA À COLINA DE SANT'ANA	28
3.2	DO ASILO AO HOSPITAL DE SANTA MARTA	37
4	DE SANTA MARTA À CIDADE	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
	ANEXOS	57
	DESENHOS DO PROJECTO	
	FOTOGRAFIAS DA MAQUETE DO PROJECTO	
	PAINÉIS SÍNTESE DO PROJECTO	



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Plantas do Palácio de Diocleciano, dos seus fragmentos ainda existentes e do seu presente estado, apropriado enquanto cidade	8
Fonte: ARCE, Rodrigo de - Urban Transformations & The Architecture of Additions	
Figura 2. Apropriação da colunata ocidental do palácio (desenho baseado na gravura de Lavallee-Casas, 1802)	8
Fonte: idem	
Figura 3. Fases da transformação do Palácio da Razão de Pádua: construção em 1218, início do séc. XIV e finais do séc. XV	8
Fonte: <URL: <a href="http://www.francescocorni.com/show_design.php?id=831">http://www.francescocorni.com/show_design.php?id=831</a> >	
Figura 4. Escadório do Bom Jesus de Braga	12
Fonte: <URL: <a href="http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/BragaPostais/036_Braga.jpg">http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/BragaPostais/036_Braga.jpg</a> >	
Figura 5. Museu Guggenheim de Nova Iorque	12
Fonte: <URL: <a href="http://www.outoftheyards.com/james-turrell-aten-reign-guggenheim/">http://www.outoftheyards.com/james-turrell-aten-reign-guggenheim/</a> >	
Figura 6. Praça de Espanha em Roma, 1957	12
Fonte: <URL: <a href="http://www.romasparita.eu/foto-roma-sparita/44880/piazza-di-spagna-27">http://www.romasparita.eu/foto-roma-sparita/44880/piazza-di-spagna-27</a> >	
Figura 7. Catedral de Rouen, por Camille Fonce, 1812	14
Fonte: <URL: <a href="http://www.liveauctioneers.com/item/17436870_a-coloured-etching-of-rouen-cathedral-and-another-of-rh">http://www.liveauctioneers.com/item/17436870_a-coloured-etching-of-rouen-cathedral-and-another-of-rh</a> >	
Figura 8. Catedral de St. Patrick de Nova Iorque, por Evelyn Hofer, 1966	14
Fonte: <URL: <a href="http://www.ebay.com/itm/1966-Portfolio-Photo-NYC-St-Patrick-Cathedral-Church-Skyscraper-Evelyn-Hofer-LE-/390603088769?nma=true&amp;si=a0RXIfv%252B%252FIYfiHAQWPKCnmGXmTE%253D&amp;orig_cvip=true&amp;rt=nc&amp;_trksid=p2047675.l2557">http://www.ebay.com/itm/1966-Portfolio-Photo-NYC-St-Patrick-Cathedral-Church-Skyscraper-Evelyn-Hofer-LE-/390603088769?nma=true&amp;si=a0RXIfv%252B%252FIYfiHAQWPKCnmGXmTE%253D&amp;orig_cvip=true&amp;rt=nc&amp;_trksid=p2047675.l2557</a> >	
Figura 9. Planta do Quartiere del Rinascimento anexo à versão de 1931 do Piano Regolatore di Roma	18
Fonte: <URL: <a href="http://www.google.pt/url?sa=t&amp;rc=j&amp;q=&amp;esrc=s&amp;source=web&amp;cd=2&amp;ved=0CDsQFjAB&amp;url=http%3A%2F%2Fm.docente.unife.it%2Fannalucia.maramotti%2Ftsr-2009-2010%2FQUARTIERE%2520DEL%2520RINASCIMENTO%2520.ppt&amp;ei=lj7RUuq2H8Su7AaWkoE4&amp;usg=AFQjCNH-mnNXnH_zapZZmrS69-PT1_r72Q&amp;sig2=Cn4XcJnRK2i3VluB68jk2Q&amp;bvm=bv.59026428,d.ZGU">http://www.google.pt/url?sa=t&amp;rc=j&amp;q=&amp;esrc=s&amp;source=web&amp;cd=2&amp;ved=0CDsQFjAB&amp;url=http%3A%2F%2Fm.docente.unife.it%2Fannalucia.maramotti%2Ftsr-2009-2010%2FQUARTIERE%2520DEL%2520RINASCIMENTO%2520.ppt&amp;ei=lj7RUuq2H8Su7AaWkoE4&amp;usg=AFQjCNH-mnNXnH_zapZZmrS69-PT1_r72Q&amp;sig2=Cn4XcJnRK2i3VluB68jk2Q&amp;bvm=bv.59026428,d.ZGU</a> >	
Figura 10. Demolições no hemicycle norte da Piazza Navona, 1935-1940	18
Fonte: idem	
Figura 11. Cisterna da Basílica em Constantinopla, por Thomas Allom, 1839	20
Fonte: WALSH, Robert - Constantinople	
Figura 12. Templo de Diana em Évora enquanto parte de um torreão, 1865	22
Fonte: <URL: <a href="http://en.wikipedia.org/wiki/Roman_Temple_of_%C3%89vora">http://en.wikipedia.org/wiki/Roman_Temple_of_%C3%89vora</a> >	

Figura 13. Christ Church Spitalfields de Londres, 1909	22
Fonte: <URL: <a href="http://forum.casebook.org/showthread.php?t=61&amp;page=186">http://forum.casebook.org/showthread.php?t=61&amp;page=186</a> >	
Figura 14. Planta do anfiteatro de Nimes convertido em cidade, 1782	24
Fonte: ARCE, Rodrigo de - Urban Transformations & The Architecture of Additions	
Figura 15. Planta da Piazza del Anfiteatro de Lucca	24
Fonte: idem	
Figura 16. Piazza del Anfiteatro de Lucca	24
Fonte: idem	
Figura 17. Planta da praça central de Cuzco anterior à ocupação espanhola	26
Fonte: idem	
Figura 18. Planta da praça central de Cuzco já transformada pelos ocupantes espanhóis	26
Fonte: idem	
Figura 19. Rua de Cuzco onde é visível a sobreposição da construção espanhola à inca	26
Fonte: idem	
Figura 20. Planta de Cuzco onde se destacam os troços incas ainda existentes, 1850	26
Fonte: idem	
Figura 21. Encosta sul da colina de Sant'Ana sobre o Rossio, por G. Bráunio, 1572	30
Fonte: SILVA, A. Vieira da – A cerca fernandina de Lisboa	
Figura 22. Encosta sul da colina de Sant'Ana sobre o Rossio, por G. Bráunio, 1593	30
Fonte: idem	
Figura 23. "Extracto da Carta Topográfica de Lisboa publicada em 1871, tendo sobrepostas a tinta encarnada as alterações feitas até 1911", 1911	34
Fonte: SILVA, A. Vieira da – Plantas Topográficas de Lisboa	
Figura 24. Convento de Santa Marta, por Filipe Folque, 1857	40
Fonte: FOLQUE, Filipe - Atlas da Carta Topográfica de Lisboa	
Figura 25. Convento de Santa Marta, por Francisco e César Goullard, 1878	40
Fonte: GOULLARD, Francisco; GOULLARD, César - Levantamento Topográfico de Lisboa	
Figura 26. Convento de Santa Marta, por Silva Pinto, 1910	40
Fonte: PINTO, Silva - Levantamento da Planta de Lisboa	
Figura 27. Convento de Santa Marta na actualidade	40
Fonte: <URL: <a href="https://www.google.pt/maps">https://www.google.pt/maps</a> >	

Figura 28. Fachada poente da igreja anterior à intervenção hospitalar	41
Fonte: <URL: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=PT031106140062">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&amp;nipa=PT031106140062</a> >	
Figura 29. Fachada do novo edifício de consultas externas, por Joshua Benoliel, 1912	41
Fonte: Joshua Benoliel, 1873-1932 : repórter fotográfico. Arquivo Fotográfico de Lisboa	
Figura 30. Secções longitudinais do Hospital Escolar de Santa Marta	41
Fonte: <URL: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6531</a> >	
Figura 31. Traços gerais da proposta	48
Imagem elaborada pela autora	
Figura 32. Possibilidades de atravessamento do recinto	48
Imagem elaborada pela autora	
Figura 33. Distribuição dos usos do recinto	49
Imagem elaborada pela autora	
Figura 34. Distribuição dos usos do edificado	49
Imagem elaborada pela autora	
Figura 35. O mercado reestabelecendo a relação do sítio de Santa Marta com a rua sua homónima; vista da Rua de Santa Marta	52
Imagem elaborada pela autora	
Figura 36. Entrada sul do recinto; vista do término norte da Rua do Passadiço	52
Imagem elaborada pela autora	



## 1 INTRODUÇÃO

*"By treating 'the site' not simply as presence but as both a palimpsest and a quarry [...] it can be thought of as non-static; [...] it contains where it has been and where it is going, it has a memory and an immanence that are not present to the observer; they are essential absences."*

P.Eisenman

Ao percorrer a cidade, não é pouco comum tropeçar no passado. Habitando as suas ruas e praças, os seus indiscriminados quarteirões e notáveis monumentos, este revela-se em elementos da cidade que teimam em persistir. Estes elementos persistentes, atravessando tempos à medida que com eles se transformam, parecem de igual modo ser capazes de sugerir o seu devir. É a capacidade destes elementos de, persistindo, continuamente se desenharem a si e à cidade e é também ainda o modo como a cidade gere esses teimosos contributos a par de outros mais passageiros que se pretende vir a compreender com este trabalho.

Eis duas questões especialmente relevantes para a intervenção num desses elementos que há muito vêm a desenhar a cidade. O sítio de Santa Marta, na colina de Sant'Ana de Lisboa, que ao longo de pouco mais de 400 anos se viu sujeito a um sem número de transformações e ocupado por variados usos, é um nítido exemplo dessa perseverante presença. Com a eminência da deslocalização dos serviços hospitalares que hoje o ocupam, é pertinente repensar o modo como a sua vasta estrutura se relaciona com a cidade e como os seus traços que tanta permanência lhe imprimiram se vêem (des)valorizados.

Tomando, assim, como objecto de intervenção o sítio de Santa Marta e, como ponto de partida para a sua leitura, a inquietação relativa ao modo como a cidade gere os vários tempos que a desenharam e também os vários elementos que nela persistem, procura-se, num primeiro momento, constituir uma base ideológica, através de uma investigação pontuada por uma reflexão crítica que informe o modo de olhar a cidade e os seus elementos perseverantes assim como o modo de neles intervir. Por sua vez, num segundo momento, procede-se à análise da evolução e da transformação da colina de Sant'Ana bem como do próprio sítio de Santa Marta, análise essa através da qual se pretende ficar a conhecer as particularidades da colina que fazem dela uma unidade no conjunto lisboeta, bem como os elementos que vêm, há muito, a imprimir permanência a Santa Marta. Por fim, concebe-se uma proposta de transformação do sítio e da sua relação com a colina, proposta essa informada pelas conclusões até então retiradas.



## 2 ENTRE A PERMANÊNCIA E A TRANSFORMAÇÃO

São vários os elementos da cidade que nos permitem espreitar o passado, percorrê-lo, tocá-lo, experienciá-lo; que nos permitem relacionarmo-nos com a colectividade que antes de nós moldou a cidade que agora vivemos. Os traçados urbanos que parecem imutáveis, as praças e largos que parecem ter sempre existido, os monumentos que tanta admiração causam são traços desse passado que vive, os quais se transformam e enriquecem com cada contribuição da colectividade e que vêm transfigurados, com cada transformação, o seu significado e valor.

É esta capacidade de permanência de certos elementos da cidade que se pretende vir a compreender no seguimento deste primeiro capítulo. Para o efeito, é levantado um pequeno conjunto de questões para as quais se pretende procurar respostas através da confrontação dos pontos de vista de alguns autores que largamente se debruçaram sobre este assunto e também através da descrição de alguns exemplos urbanos de 'perseverança'. Eis o elenco de algumas questões: de que modo gere a cidade os seus vários tempos na forma como se estrutura; quais os motivos pelos quais determinadas edificações permanecem; que influência tem a função na 'durabilidade' de uma edificação; quais os princípios de actuação que promovem uma transformação equilibrada da cidade histórica e de que forma moldam eles a estrutura urbana.

A procura destas respostas conformará a tão necessária base ideológica que orientará não só o modo de olhar a cidade antiga e os seus vários elementos, aos quais pertence o sítio de Santa Marta, mas também o modo de actuar sobre esses mesmos elementos.

### 2.1 A CIDADE E A SUA MEMÓRIA

*"A arquitectura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de factos novos e antigos."*

A. Rossi

Numa cidade que vem a crescer sobre si mesma, que vem a criar consciência e memória de si mesma, onde os propósitos originários permanecem ainda que cada vez mais ténues e os do seu desenvolvimento se vêem sucessivamente alterados e esclarecidos, é inevitável encontrar morfologias regidas por diferentes princípios, distintos modelos prático-simbólicos, diversos tempos em coexistência e em forçosa tensão. Esta tensão parece, no entanto, não se fazer sentir nos elementos que perseveram, sendo estes, pelo contrário, o resultado da confluência dos diferentes tempos e, em simultâneo, os nodos em relação aos quais a restante cidade se molda. De facto, sem a sua presença, sem a sua forma, seria inexplicável uma série de *factos* – 'feições' – sucessivos que se conformaram em relação com os elementos perseverantes. Rossi define estes *factos urbanos*,

sucintamente, como “construção última de uma elaboração complexa”<sup>1</sup>, ou o que permanece apesar e em resultado das várias transformações sofridas pela cidade.

Tanto a correlação de diferentes tempos como o papel potenciador de determinados elementos em processos de dinâmica urbana, aspectos sugeridos no esclarecimento dos processos através dos quais se moldam os *factos urbanos*, vêm lembrar a *cidade como arquitectura total* de Rossi. Na verdade, a consideração dos elementos perseverantes e dos *factos urbanos* é apenas possível num contexto em que se aceite (i) o desenvolvimento urbano como um contínuo de constantes correlações entre as marcas dos vários tempos, marcas essas que são necessariamente comparáveis, (ii) uma continuidade espacial da cidade, isto é, uma homogeneidade qualitativa entre os diferentes elementos que integram um dado limite urbano e, por último, (iii) a existência de elementos na estrutura urbana capazes de potenciar ou retardar as transformações urbanas. É, portanto, a consequente supressão de limites concretos de tempo e de espaço, ou seja, a supressão de considerações qualitativas relativas a distintos tempos e distintos espaços que permite a contemplação da cidade enquanto *arquitectura total*, isto é, enquanto uma obra individualizável que resulta da tensão entre as suas partes que se moldam constante e reciprocamente sem consideração por outras características que não as imediatamente tangíveis.

É possível inferir, a partir do princípio de cidade acima apresentado, que a compreensão desta é apenas possível através da consideração das suas partes e respectivas correlações. Estas partes - *áreas*<sup>2</sup> - devem ser entendidas como unidades do conjunto urbano que vieram a conformar-se através de processos distintos de desenvolvimento urbano e que, por isso, se diferenciam entre si ou como ‘bairros’ que vieram a adquirir características sociais e físicas próprias. Pode dizer-se, por outras palavras, que estas áreas urbanas se definem através de uma homogeneidade morfo-tipológica que resulta de um conjunto de modos de habitar constantes que vieram a concretizar-se em edificações semelhantes.

De modo a descrever fielmente a configuração da cidade e a compreender os processos através dos quais esta ganhou a forma actual, é necessário considerar, além das suas distintas *áreas*, um conjunto de elementos - *elementos primários*<sup>3</sup> - que actuam como núcleos de agregação e cujas perseverança e influência na cidade são tangíveis em sucessivos *factos* que se constituíram em relação com eles. Pode considerar-se que é o conjunto destes elementos e das áreas em que se localizam que constitui a estrutura física da cidade.

Partindo de um ponto de vista funcional e assumindo que o conjunto urbano se segmenta de acordo com três tipos principais de actividade - as actividades ‘transitórias’, como a residência ou o comércio, a circulação e as actividades fixas, das quais são exemplo a saúde, a educação ou o direito - é possível estabelecer uma

---

<sup>1</sup> ROSSI, Aldo - *A Arquitectura da Cidade*, p. 34.

<sup>2</sup> ROSSI, Aldo - *Op. cit.*, p. 86-87.

<sup>3</sup> ROSSI, Aldo - *Op. cit.*, p. 124-128.

correspondência entre os *elementos primários* e as actividades fixas. Com efeito, ambos se definem por um carácter colectivo e público, sendo conformados pela colectividade para a própria colectividade. Por sua vez, é possível verificar uma relação de interdependência entre as *áreas* e as actividades "transitórias": a residência constitui a maior parte da superfície urbana e raras vezes apresenta caracteres de permanência, sendo necessária, para a compreensão da sua evolução, a consideração da área em que ela se encontra assim como a sua evolução ao longo dos tempos. A relação entre os *elementos primários* e as *áreas-residência* dá-se, nesta perspectiva, em termos de esfera pública e de esfera privada e é através desta relação que se verifica o carácter urbano da cidade. Estas esferas são os extremos entre os quais a vida quotidiana se polariza, sendo um meio tanto mais urbano quanto mais estreita for a transição entre as duas esferas.

Considerando agora os *elementos primários* sob um ponto de vista espacial, pode dizer-se que o seu valor, além de intrínseco, é resultado das relações que eles próprios estabelecem com a sua envolvente e que eles ajudam a conformar. Na realidade, em qualquer edifício histórico que perdura e que, tendo visto desenrolar em si um conjunto dispar de funções ao longo do tempo, mantém a sua capacidade de gerar uma forma da cidade, é nítida a crescente importância que ele foi adquirindo, com cada transformação, para a colectividade e para a memória da cidade. É de referir, porém, que o conjunto dos *elementos primários* não se limita aos monumentos ou ao desempenho de actividades fixas, contemplando, sim, todos os elementos urbanos que actuam como catalisadores nos vários processos de dinâmica urbana e que, por isso, caracterizam a transformação espacial do território. Nem sempre estes elementos são factos físicos evidentes, podendo tratar-se, por exemplo, de lugares associados a relevantes eventos que, pela sua importância, conduziram a certas transformações espaciais. Por sua vez, o primeiro significado do elemento primário, fornecido pela actividade que inicialmente viu ser desempenhada em si, muito frequentemente uma actividade fixa, é eventualmente suplantado pelo valor referencial que o elemento vem a adquirir para a cidade e pela crescente obsolescência dessa primeira actividade. Realmente, os *elementos primários* afiguram-se componentes decisivos da estrutura urbana, detendo um papel determinante na conformação da cidade, papel esse que advém do seu carácter permanente.

Partindo desta perspectiva de cidade - enquanto organismo que se desenvolve em torno de pontos (*elementos primários*) por meio de *áreas* (bairros e residência), pontos e áreas que se distinguem nas suas características formais e sociológicas - é possível inferir-se que a respectiva transformação se dá por segmentos, inferência esta que desvaloriza o papel do plano, do desenho geral da cidade na compreensão da cidade. Não se justifica, pois, neste contexto, restringir o entendimento da cidade a um único princípio de explicação e muito menos intentar limitá-la a uma única regra formal. Sendo a cidade o produto de diversos momentos de formação, é à tensão que se estabelece entre as *áreas* e entre os *elementos primários*, entre os seus distintos tempos e distintos espaços, que se deve o carácter diferenciador de cada cidade e de cada estética urbana.

Não sendo possível aplicar uma escala de valor plausível a formas tipológicas diferentes, torna-se infundada qualquer tentativa de limitar uma cidade a um conjunto edificado homogêneo que venha, por isso, limitar

a liberdade de habitar, de optar por uma solução em vez de outra. Uma cidade constituída por uma variedade de partes em si completas é a que verdadeiramente permite uma liberdade de opção entre formas de habitar.

Retomando a temática dos *elementos primários*, em particular no que respeita aos monumentos, é de notar que estes se destacam na sua capacidade de simbolizarem, de permanecerem e de, por esse motivo, se manterem em diálogo com o desenvolvimento urbano. Na verdade, nas palavras de Rossi, “a colectividade, (...) como um todo, parece exprimir-se com caracteres de permanência nos monumentos urbanos. Estes, sinais da vontade colectiva expressa mediante os princípios da arquitectura, parecem colocar-se como elementos primários, quais pontos fixos, da dinâmica urbana.”<sup>4</sup> O seu conjunto parece constituir um valor de referência que transcende a atmosfera e a memória da cidade, valor este que parece emergir como a característica identitária da cidade.

Tenham-se em consideração as estruturas conventuais e, mais concretamente, o Convento de Santa Marta em Lisboa. Iniciada a sua construção em 1583, numa colina de Sant’Ana essencialmente ocupada por quintas e hortas, a par de pontuais estruturas monásticas, este convento tem vindo a presenciar consideráveis alterações da colina e a suportar radicais alterações de uso. É de referir que, para além da função conventual, a estrutura suportou um hospício e, por último, um hospital. Mantendo a sua integridade face às pressões características da densificação de uma cidade e face às transformações exigidas pelas várias alterações de usos e valores, verifica-se nesta estrutura conventual uma longa persistência de uma determinada forma tipológica, de um conjunto de relações hierárquicas entre o sistema de distribuição e uma compartimentação que não visa a optimização para uma só finalidade e que por isso foi prevenindo a respectiva ‘absorção’ e ‘diluição’ na cidade.

Pode considerar-se que o Convento de Santa Marta é uma edificação que persiste e que, demonstrando vitalidade, constitui parte da identidade da colina de Sant’Ana, condição que lhe confere a capacidade de guiar o respetivo desenvolvimento. Os aspectos descritos constituem, na verdade, os traços gerais do conceito de *permanência* dado por Rossi. De facto, a *permanência* verifica-se com a possibilidade de atribuição de funções distintas a uma mesma estrutura, o que enfatiza a sua pertinência e permite a sua durabilidade e imunidade à diluição na cidade. Ela permite, deste modo, a experiência constante do passado, da forma urbana passada, definindo de um modo importante a ‘vivência’ da colina e constituindo, por isso, uma parte insuprível da cidade.

Também Portoghesi considera que “a reciclagem dos velhos edifícios para uso completamente diferente do da origem dá lugar a espaços, nos quais o processo de adaptação não só não produz uma descida de nível estético, mas também determina um aumento de capacidade”<sup>5</sup> de persistência. O valor arquitetónico é, desta forma, autónomo dos usos, persistindo independentemente. Este afastamento entre a função e a forma permite, além de uma maior autonomia formal, um menor ‘controlo’ dos utentes, os quais não são assim considerados “objetos a programar”, mas, por outro lado, o principal ‘responsável’ pela definição de uma edificação.

---

<sup>4</sup> ROSSI, Aldo - Op. cit., p. 33.

<sup>5</sup> PORTOGHESI, Paolo - Depois da Arquitectura Moderna, p. 36.

Quando se atenta num elemento persistente da cidade, tende-se a considerar a sua individualidade, o seu contexto, a sua forma e a memória que guarda, sendo a função simplesmente descurada. Deste modo, parece não ser pertinente tentar clarificar e compreender a constituição e a conformação de uma edificação através da análise da sua função. Na verdade, são várias as edificações persistentes que viram a sua função alterar-se regularmente. A excessiva valorização deste âmbito de uma edificação retira, inevitavelmente, o foco do aspecto que verdadeiramente a explica: a forma tipológica que a organiza e configura. O funcionalismo ingénuo que toma o tipo enquanto modelo organizativo de uma função e que toma, por isso, a arquitectura como simples reflexo da organização eficiente do espaço para o desempenho de determinada função não é capaz de justificar a permanência das construções, dos traçados e formas da cidade.

O tipo, entendido segundo o ponto de vista de Rossi, é uma máxima lógica que antecede a forma, dando-lhe directrizes mais ou menos vagas que, justamente pela sua imprecisão, permitem distintas configurações consoante os diferentes contextos. Numa particular configuração são, deste modo, nítidos os traços de um desenho geral unificador, de uma forma tipológica que, com as suas proporções e com as suas relações de cheio e vazio, descreve uma experiência específica da humanidade, experiência essa que, transversal às distintas épocas, permanece como forma. Esta forma tipológica, de grande clareza e estabilidade, é a síntese de um conjunto de sucessivas e variadas transformações que se dão demoradamente no tempo e em constante relação dialética com a morfologia da cidade e com a colectividade. O tipo não é, pois, um modelo de organização espacial, mas, antes, um sistema de relações entre partes, podendo inferir-se que a forma tipológica, proeminente em relação ao sistema distributivo, persiste indiferente às transformações desse mesmo sistema. Um exemplo capaz de ilustrar esta proeminência é a apropriação e a transformação em cidade do Palácio de Diocleciano em Split, Croácia. Não há dúvida de que é possível encontrar na forma deste palácio uma referência à forma da cidade romana, podendo, talvez, afirmar-se que ambas as edificações possuem a mesma forma tipológica e que, possivelmente, a primeira terá sido configurada em analogia, precisamente, com a cidade romana. A série de transformações posteriores dos caracteres do palácio em caracteres urbanos continuou a permitir a leitura da sua forma precisa, demonstrando exactamente que a forma tipológica reage com indiferença à transfiguração do sistema distributivo. Como Rossi afirma, “a atribuição de variadas funções a edifícios de tipologia única (...) dá-nos o sentido de monumento (...) [e ocorre especialmente] na arquitectura que mais se identifica com a forma tipológica.”<sup>6</sup>

Ao debruçar-se sobre o “mais esclarecedor exemplo” desta afirmação, o Palácio da Razão de Pádua (1218), Rossi descreve uma estrutura capaz de conter uma pluralidade de funções completamente independentes da sua forma que deixa nos seus utentes a memória dessa forma e a experiência dos seus percursos. Neste edifício, não se experienciam espaços amorfos, sem significado, mas, sim, uma estrutura rica em contribuições, a qual é um produto da colectividade que nos permite relacionarmo-nos com ela. Esta capacidade das construções

---

<sup>6</sup> ROSSI, Aldo - Op. cit., p. 19.

permanentes de nos permitir a experiência do passado e a empatia com aqueles que construíram a cidade antes de nós não é considerada nem explicada por um ponto de vista funcional, para o qual a edificação tem apenas validade se permitir um óptimo e eficiente uso do espaço segundo determinada função.

Figura 1. Plantas do Palácio de Diocleciano, dos seus fragmentos ainda existentes e do seu presente estado, apropriado enquanto cidade

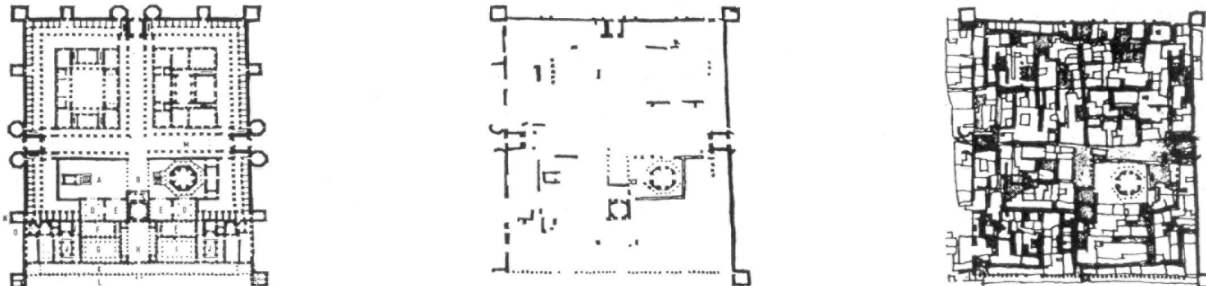


Figura 2. Apropriação da colonata ocidental do palácio (desenho baseado na gravura de Lavallee-Casas, 1802)

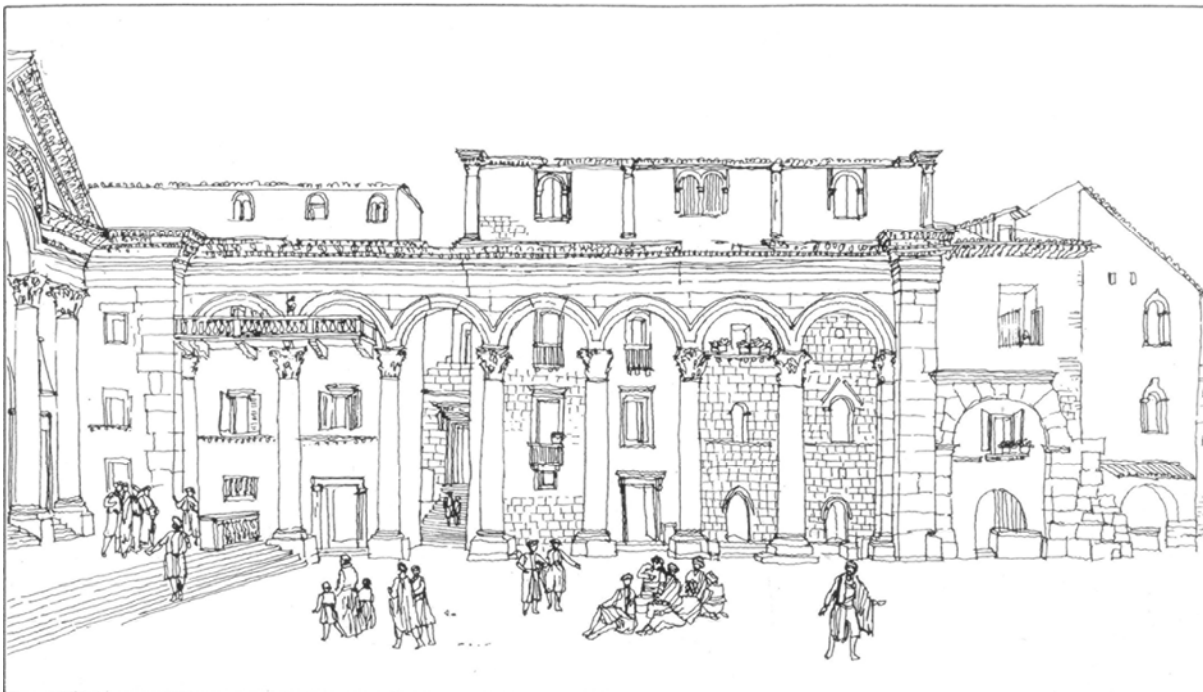


Figura 3. Fases da transformação do Palácio da Razão de Pádua: construção em 1218, início do séc. XIV e finais do séc. XV



## 2.2 A CIDADE E OS SEUS USOS

*"Use never does anything but shelter meaning."*  
R. Barthes

Ao percorrermos a cidade, as suas avenidas, ruelas e escadinhas, ao determo-nos num pequeno largo, num nicho de um jardim, com a surpresa de uma vista inesperada, com a admiração com algo que parece sempre ter desenhado a cidade, é inevitável vermos, nas experiências que ficam connosco, um conjunto de significados, sejam eles atribuídos pelas nossas curtas histórias ou pela longa memória da colectividade na qual nos integramos. Efectivamente, a cidade, a arquitectura, os seus objectos parecem constantemente sugerir-nos algo, sussurrando, murmurando ou, por vezes, gritando. Pode dizer-se que os experienciamos como comunicação.

De forma a melhor compreender a capacidade comunicante da arquitectura, atente-se no "ponto de vista do homem que iniciou a história da arquitectura" tal como o descreve Eco<sup>7</sup>: ao procurar abrigo de uma intempérie, da chuva, do frio, este homem primitivo encontra uma reentrância na vertente da montanha, uma gruta; já abrigado no seu interior, repara naquilo que o circunda, analisa a amplitude da estrutura abobadada que o envolve e verifica que esta desenha o fim de um espaço exterior e o início de um espaço interior. Analisa ainda a passagem que lhe permitiu a entrada, a transição entre o exterior e o interior e começa, então, a constituir um sistema de relações entre os vários elementos que observa, isto é, uma ideia da gruta. Esta ideia permite-lhe, além de pensar na gruta como objectivo quando de novo precisar de abrigo, reconhecer, numa outra, a possibilidade de refúgio encontrada na primeira. Ao experienciar mais tarde uma segunda gruta, a ideia anteriormente constituída vê-se substituída pela ideia de uma tipologia através da qual é agora capaz de reconhecer um determinado contexto de fenómenos como *gruta*; este conceito abstracto conforma-se assim com base num conjunto de características fundamentais comuns a um conjunto de grutas das mais variadas configurações. Quando comunica a si próprio a ideia da tipologia, utiliza necessariamente um código de arquitectura que constituiu para si e, por sua vez, ao comunicar essa mesma ideia a outros indivíduos, utiliza, porventura, signos gráficos. O código de arquitectura gera assim um código icónico e o princípio de *gruta* torna-se num objecto de comunicação. A representação de uma gruta ou a própria gruta comunicam agora a possibilidade de abrigo, a possibilidade de uma função, mesmo que esta não venha a ser desempenhada ou não se pretenda desempenhar.

Da experiência e análise do objecto, da sistematização das respectivas características e usos, resulta a constituição de uma ideia desse objecto particular. Esta ideia, quando confrontada com outros objectos análogos, transfigura-se num tipo, numa entidade abstracta que se define por um determinado contexto de fenómenos intimamente associado a esses mesmos objectos. Este novo conceito é comunicado através de códigos constituídos e entendidos pelo indivíduo e pela sociedade em que se integra, enquanto o objecto, permitindo determinados usos, os promove, comunicando não só esses mesmos usos mas também o modo específico

---

<sup>7</sup> ECO, Umberto - Rethinking Architecture: A reader in cultural theory, p. 182-183.

através do qual eles serão desempenhados; é de frisar que esta capacidade comunicante dos objectos é independente da sua efectiva utilização.

Poderia inferir-se, no seguimento desta perspectiva sobre o processo através do qual um objecto vem a significar, que a caracterização do signo de arquitectura estaria dependente da verificação do comportamento que estimula ou de uma sistematização dos objectos análogos capazes de confirmar o seu significado. No entanto, tal como Eco refere, o signo é caracterizado exclusivamente “apenas pelo significado codificado que, num dado contexto cultural, é atribuído ao significante.”<sup>8</sup> Deste modo, um objecto de arquitectura, com determinadas características formais que determinam a sua natureza enquanto significante, denota, como significado, a função que possibilita desempenhar – denotação essa que assenta num código que o indivíduo compreende – independentemente de, nesse momento, ser aparente o comportamento através do qual se desempenha essa mesma função. Reconhece-se então, no signo de arquitectura, por um lado, um significante observável e passível de ser descrito, independentemente dos sentidos que lhe possam ser atribuídos, por outro, significados sucessivos, denotativos e conotativos, determinados pelos códigos à luz dos quais os significantes são interpretados.

É neste contexto (i) de formas *significantes*, (ii) de *códigos* que se conformam com base em certas ilações resultantes da utilização dos objectos e que são tomados como modelos estruturantes de determinadas relações de comunicação e (iii) de *significados* denotativos e conotativos associados aos significantes por meio dos códigos que é possível entender a arquitectura como modo de comunicação. A verificação da significação através da observação de comportamento físico ou de objectos concretos é aqui irrelevante, importando apenas os objectos de arquitectura enquanto formas significantes.

Deste modo, estes objectos são significantes que denotam, de modo preciso e convencional, a função que permitem ver desempenhada em si mesmos. Para que esta denotação ocorra, é necessária, a par de uma relação codificada entre a forma e a função, uma concepção do modo convencional através do qual se desempenha a função com o auxílio da forma. Pode dizer-se, por outras palavras, que o primeiro significado de um edifício é o comportamento por ele exigido de modo a habitá-lo, denotando, assim, um modo de habitar.

Tal como Eco nota, tanto a escada como a rampa denotam a possibilidade de subir, quando interpretadas à luz de um código já imemorial que as relaciona com essa função e de um entendimento do modo como a sua forma permite a subida<sup>9</sup>. O elevador, por outro lado, tem a sua interpretação dependente de um código consideravelmente mais recente e de um comportamento que em nada se relaciona com o associado convencionalmente à subida. Com certeza, a denotação da função do elevador não terá sido óbvia aos primeiros

---

<sup>8</sup> Tradução própria do seguinte excerto: “(...) only on the basis of codified meaning that in a given cultural context is attributed to the sign vehicle.”; ECO, Umberto - Op. cit., p. 184.

<sup>9</sup> ECO, Umberto - Op. cit., p. 185-186.

indivíduos que se depararam com ele. Este exemplo vem sugerir que a forma de um objecto deve não só permitir o desempenho da função a que se destina mas também denotar essa função claramente de modo a torná-la 'desejável', isto é, de modo a incitar o indivíduo ao comportamento através do qual a função é cumprida.

Eco propõe, a fim de se obterem objectos de comunicação clara, que a criação de novas formas, ora adequadas a novas funções, ora adequadas a funções já existentes, assente em processos de codificação actuais. Para o efeito, um objecto de arquitectura que pretenda promover uma nova função pode conter, na sua forma e no modo como esta se relaciona com formas familiares comparáveis, 'indicações' para a descodificação dessa função, 'indicações' essas que decorrem do recurso a elementos pertencentes a códigos existentes. Estes elementos – as suas formas já conhecidas, bem como as funções a elas convencionalmente associadas – são então progressivamente transformados até constituírem um objecto dissociável daqueles que o ajudaram a conformar. A este respeito, Dorfles frisa que "é importante, se não decisivo, para uma evolução saudável da arquitectura moderna, que esta se 'semantize', ou seja, que justifique cada nova criação por meio da adopção de formas que sejam semanticamente óbvias e de comunicação clara."<sup>10</sup> Uma forma que se constitua sem qualquer referência aos códigos existentes resulta necessariamente ambígua, sujeitando-se a ser interpretada à luz dos mais variados códigos, ficando, por isso, propensa a qualquer uso imaginável e a nenhum em particular.

Como foi acima referido, a capacidade comunicante da arquitectura não se limita à denotação. Atente-se, de novo, na escada e na rampa, nas sua inúmeras variações e em alguns dos seus exemplos: é indubitável que o demorado Escadório do Bom Jesus de Braga, a contemplativa rampa do Museu Guggenheim de Frank Lloyd Wright e a viva escadaria da Praça de Espanha em Roma, através das respectivas formas, do modo como se relacionam com o seu contexto, possibilitam experiências muito distintas de subida que largamente excedem essa simples acção. Pode dizer-se que os três exemplos fazem referência a concepções distintas de subida, a ideologias distintas que informam a forma de operar dos respectivos arquitectos e, desse modo, comunicam algo para lá do uso. É de assinalar que o objecto de arquitectura é capaz de conotar, a par de uma certa ideologia da função, outras coisas; a gruta, do hipotético modelo do início da arquitectura de Eco, tendo denotado uma função de abrigo, teria vindo também a conotar, com o tempo, 'grupo', 'segurança', 'familiaridade'.

O significado denotado é, deste modo, apenas um de um largo conjunto de significados e, sendo o primeiro a ser apreendido, não se verifica ser necessariamente o mais importante. Com efeito, no que toca à vida em sociedade, os significados 'simbólicos' dos objectos de arquitectura não são, de todo, menos úteis que os seus significados 'funcionais', conferindo-lhes aqueles uma verdadeira utilidade social. Note-se que, conotando um conjunto de convenções, certos objectos de arquitectura vêm permitir determinadas relações sociais, confirmando-as,

---

<sup>10</sup>Tradução própria do seguinte excerto: " (...) es importante, por no decir decisivo, para una sana evolución de la arquitectura moderna, que ésta se 'semantice', o sea, que justifique cada creación nueva por medio de la adopción de formas que semanticamente sean obvias y de comunicabilidad bien clara"; DORFLES, Gillo - Símbolo, comunicación y consumo; Citado em FUSCO, Renato de - Arquitectura como "mass medium": Notas para una semiología arquitectónica, p. 96.



Figura 4. Escadório do Bom Jesus de Braga



Figura 5. Museu Guggenheim de Nova Iorque

Figura 6. Praça de Espanha em Roma, 1957



demonstrando a sua compreensão e aceitação por parte do indivíduo que os habita, assim como a sua decisão em obedecer a certas normas. A cidade, com a sua sucessão de espaços vincadamente colectivos e, por isso, 'social' por excelência, deve ver, assim, a sua conformação assente em formas capazes de se constituírem símbolos claros para a vida urbana.

Tendo sido esclarecida a importância funcional das conotações 'simbólicas', torna-se pertinente denominá-las também de funções e, para o efeito, procede-se à apropriação dos termos usados por Eco: considera-se então a função denotativa *função primária* e o complexo de funções conotativas *funções secundárias*. Esta distinção, tal como foi já sugerido, não advém de uma relação de importância relativa, mas antes de uma relação de precedência, já que as funções secundárias assentam na denotação da função primária.

De modo a contemplar as relações intrincadas que se estabelecem entre estas funções primárias e secundárias e os distintos códigos de leitura dos diferentes tempos, atente-se na catedral gótica e nas várias 'vertentes' da sua interpretação, tal como Eco as expõe<sup>11</sup>. É verdade que a ogiva, no que toca ao seu papel estrutural, tem vindo a ser largamente discutida, tendo sido proposta (i) tanto a sua efectiva funcionalidade – devendo-se-lhe a elegante estrutura da catedral gótica – (ii) como a sua nulidade estrutural – devendo-se essa elegante estrutura, por sua vez, à 'malha' de abóbadas de aresta – (iii) e ainda a sua provisória participação na estrutura – constituindo um 'esqueleto' sobre o qual e com o auxílio do qual a 'malha' de abóbadas se conforma, tornando-se, com a conclusão dessa 'malha', obsoleta. Em qualquer uma das hipóteses propostas, não é questionada a capacidade da ogiva de denotar uma função estrutural, mas, sim, a autenticidade da função denotada. Considerada tanto um elemento eficaz e essencial da estrutura, como um elemento provisório ou ilusório, a ogiva ilustra claramente a flutuação por que pode passar a função denotada, podendo daqui inferir-se que, apesar do carácter duradouro dos significantes de arquitectura, não tem sentido assumir-se que estes denotam obrigatoriamente funções primárias estáveis. Aliás, aceitando a crescente desadequação de certas funções primárias, é de acreditar que, no decorrer do tempo, essas mesmas funções se tornem obscuras e de difícil denotação, vindo os seus 'interpretadores', muito provavelmente, a perder os códigos necessários à sua leitura.

Os elementos da catedral gótica viram-se ainda ser sucessivamente interpretados à luz dos mais variados códigos conotativos e, portanto, das convenções culturais, do património cultural e das perspectivas ideológicas que os constituíram. Como exemplo desta variação de interpretação, atente-se no ponto de vista romântico sobre a abóbada de ogiva e no fundamento que os seus contemporâneos oferecem dela e dos largos vãos que pontuam a catedral. O ponto de vista romântico atribui à 'malha' de abóbadas de ogiva a intenção de reproduzir a 'abóbada' das florestas celtas e, desse modo, o mundo primitivo, pré-romano, de religiosidade druídica, enquanto os contemporâneos da referida abóbada atribuem uma relação simbólica entre a contrastante luz que penetra através das altas janelas pelas escuras naves e a "efusão da energia criadora divina", ou, por outras palavras, uma

---

<sup>11</sup> ECO, Umberto - Op. cit., p. 188-190.



Figura 7. Catedral de Rouen, por Camille Fonce, 1812

Figura 8. Catedral de St. Patrick de Nova Iorque, por Evelyn Hofer, 1966



equivalência codificada entre a luz e a participação na essência divina, conotando, para o efeito, as janelas, os seus vitrais e as naves atravessadas pela sua luz essa mesma participação. É, sem dúvida, nítido que, ao longo do tempo, o mesmo significante, à luz de diferentes códigos de interpretação, é capaz de conotar uma variedade de coisas distintas, contraditórias até.

A catedral gótica – a sua linguagem, o modo como se relacionam as suas formas – apesar dos distintos significados conotativos que viu ser atribuídos aos seus elementos, veio, no século XIX, a conotar uma ideologia de religiosidade. Note-se que de tal modo se sedimentaram as relações de equivalência entre a sua verticalidade e a elevação da alma ou entre os seus fortes contrastes de luz e a contemplação que as harmoniosas proporções do templo grego dificilmente são hoje capazes de invocar o mesmo estado de comunhão com o divino. O contraste de luz tornou-se, portanto, naquilo que mais profundamente se associa a estados de espírito místicos, tendo um léxico conotativo vindo a impor-se a outro. Atente-se ainda nas igrejas neogóticas de Nova Iorque e na sua capacidade de continuamente significarem para os seus fiéis a presença do divino, não obstante as radicais transformações do seu contexto; não há dúvida de que os arranha-céus que agora as envolvem ‘trouxeram’ consigo tanto um contexto formal muito díspar, como um novo código de leitura, os quais retiram a estas igrejas a sua distintiva verticalidade; no entanto, apesar das novas circunstâncias, estas vêm-se capazes de expressar aquilo que dantes terão significado, continuando, para o efeito, a ser interpretadas à luz dos mesmos códigos de outrora. É possível daqui inferir que não é da natureza particular de cada forma que derivam certos valores expressivos, mas antes de uma relação dialética entre formas significantes e códigos de interpretação.

Não há dúvida de que, com o decorrer dos diferentes tempos, os objectos de arquitectura se vêem sujeitos a uma variedade de leituras, sendo continuamente questionadas, substituídas e restabelecidas não só as suas funções secundárias mas também as primárias. Na verdade, a história, por meio dos seus vários códigos e das distintas interpretações que estes possibilitam, tanto rouba à arquitectura o seu significado como lhe atribui outros sucessivos. Deste modo, tal como Barthes aponta, a relação entre significado e significante não pode ser vista como uma relação de correspondência unívoca<sup>12</sup>. Enquanto o primeiro é passageiro, transitório, o segundo permanece estável, participando, pois, numa cadeia infundável de significação. É nesta perspectiva que o autor francês propõe entender a cidade como uma estrutura geradora de incessante significado, para cuja compreensão é prioritária uma análise dos seus significantes e respectivas relações em detrimento dos significados presentes.

Assim, ao projectar-se um objecto de arquitectura, tem de se considerar a probabilidade de este se ver sujeito a um vasto conjunto de díspares leituras e, como tal, desenhá-lo para funções primárias variáveis e funções secundárias abertas que virão a ser continuamente determinadas por futuros códigos que, de modo algum, se conseguem prever. São deste modo contestadas duas perspectivas infelizes da forma como o arquitecto actua:

---

<sup>12</sup> BARTHES, Roland – *Semiology and the Urban*. In LEACH, Neil, ed. – *Rethinking Architecture: A reader in cultural theory*, p. 170.

ora limitando-se a encontrar as formas adequadas e correspondentes a determinados princípios funcionais e simbólicos, ora assumindo o papel de artífice da história que, através dos significantes de que dispõe, estimula certos comportamentos e determina os referidos princípios, restringindo o indivíduo a um modo de habitar em particular. Assumindo então que a arquitectura não consegue nem deve ter um significado estático, considera-se como seu índice de valor a flexibilidade de alteração dos seus usos, tendo uma edificação, deste modo, tanto mais importância quanto mais facilmente se adaptar aos distintos modos de habitar.

O indivíduo habita quando lhe é possível orientar-se no espaço, portanto, quando se identifica com aquilo que o rodeia, experimentando a envolvente como algo significativa. Sendo o 'espírito do lugar' – *genius loci* – a realidade concreta em que o indivíduo se move quotidianamente, a arquitectura deverá constituir-se partindo desse mesmo espírito, conformando lugares significantes que ajudem o indivíduo a *habitar*. O *lugar* é a manifestação concreta do habitar do indivíduo, enquanto esse *habitar*, a identidade do indivíduo, depende da possibilidade de pertença a lugares.

Entenda-se *habitar* como sendo a maneira segundo a qual cada um de nós existe; a maneira como cada um está em paz, livre, resguardado de qualquer tipo de dano. Ao *habitar* preserva-se a própria essência. Por sua vez, ao *construir*-se cuida-se dessa essência e do seu devir. Desta relação entre *habitar* e *construir*, é possível concluir e reafirmar que não é a edificação que rege o *habitar*, pelo contrário, é este que a define. De facto, "habita-se não porque se construiu, mas antes constrói-se e construiu-se, na medida em que se habita"<sup>13</sup>. Constituindo-se assim em resposta às necessidades específicas da colectividade a que se destina, pode afirmar-se que a arquitectura pretende, entre outras coisas, configurar o espaço consoante as finalidades que lhe são propostas. Esta configuração é definida pela (i) finalidade presente – pelos critérios práticos das funções para as quais se projecta a edificação – (ii) pela norma histórica relacionada com essa finalidade, (iii) pela organização social do grupo a que se destina e (iv) pela individualidade não só de quem projecta mas também de quem irá habitar. Não há dúvida de que a subjectividade do projectista, além de estar patente na sua obra, é ainda capaz de 'comover' os respectivos utilizadores, fazendo, desse modo, com que partilhem daquilo que, à partida, pertenceria apenas ao autor. As imagens poéticas por ele idealizadas e configuradas vêem-se assim capazes de ser *transsubjectivas*.<sup>14</sup>

Neste contexto, a arquitectura respeita, pois, o indivíduo na sua totalidade, considerando-o tanto nos seus aspectos mais gerais, antropológicos, como individualmente - determinado pela sociedade em que se integra e pela sua singularidade - e é definida por ele e pela sua própria história. A edificação é construída por meio de um *habitar*, de um preservar da essência do local, das pessoas e dos seus hábitos, estando, por sua vez, o valor da edificação no modo como ela organiza o espaço e na capacidade que essa organização tem de se adaptar à

---

<sup>13</sup> HEIDEGGER, Martin - Construir Habitar Pensar, p. 4.

<sup>14</sup> BACHELARD, Gaston - A Poética do Espaço, p. 3.

alteração dos critérios das funções que a definiram num primeiro momento e até à substituição dessas mesmas funções.

Não há dúvida de que a edificação, respeitando o utilizador na sua integridade e tendo em vista a adaptabilidade às variações de usos, surge do *habitar* e tem nele o seu significado incessante. Naturalmente, uma edificação não consegue abarcar todas as funções humanas nem consegue adaptar-se a todas elas e a todas as suas variações incansavelmente; no entanto, quanto maior for a sua disponibilidade para tal, maior será a sua duração no tempo sem que se torne obsoleta.

### 2.3 A CIDADE E A SUA TRANSFORMAÇÃO

Difícilmente haverá melhor exemplo urbano de permanência, de multiplicidade de formas tipológicas, de flexibilidade de usos e de variedade de dinâmicas urbanas do que o centro histórico de uma cidade. É também verdade que, precisamente pela riqueza referida, o centro representa frequentemente um exigente desafio quando confrontado, a cada nova intervenção, com os requisitos dos vários tempos. A constante necessidade de adaptação e transformação deste *monumento colectivo*, da sua *arquitectura menor*<sup>15</sup> e respectivas estrutura, morfologia, paisagem e imagem urbana – matriz urbana dos monumentos que nela ‘nascem’, se transformam e consolidam – levanta continuamente importantes e difíceis questões, como a do lugar que estes centros devem ocupar nas redes de organização territorial das cidades contemporâneas ou a dos modos de actuação mais adequados à manutenção do necessário equilíbrio entre transformação e preservação.

Giovannoni acredita numa reabilitação do centro histórico capaz não só de o tornar compatível com as exigências contemporâneas de habitabilidade e, desse modo, numa parte integrante das dinâmicas da vida urbana quotidiana mas também de salvaguardar os seus traços característicos. Sendo possível reconhecer-lhe uma propensão a utilizações variadas, ao incentivo do encontro, do convívio e da permanência, propensão esta que advém da grande complexidade do seu tecido, da larga variedade das suas formas tipológicas e da modéstia da sua escala, pode afirmar-se que a cidade histórica não deve ser somente relegada a espaço museológico exemplificativo da arquitectura da cidade antiga, devendo, sim, ser percebida como um espaço onde o quotidiano tem lugar. Para o efeito, tomando as considerações de Choay relativas aos princípios de Giovannoni<sup>16</sup>, é necessário assegurar ao centro histórico (i) a sua integração num sistema urbanístico polinuclear e a consequente renúncia a uma centralidade única, (ii) a atribuição de usos compatíveis com a sua morfologia, escala e cadastro, (iii) a demolição de edificações ‘parasitas’ e ainda (iv) a integração pontual de novas edificações

---

<sup>15</sup> AGUIAR, José – Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património, p. 51 e 83.

<sup>16</sup> AGUIAR, José – Op. cit., p. 83.



Figura 9. Planta do Quartiere del Rinascimento anexo à versão de 1931 do Piano Regolatore di Roma

Figura 10. Demolições no hemisfério norte da Piazza Navona, 1935-1940



respeitadoras das morfologias existentes que promovam uma consonância entre o antigo e o recente e, por isso, uma continuidade e totalidade do ambiente construído.

É possível daqui depreender um princípio de actuação sensível que opera, em intervenções localizadas, por meio (i) de uma redução da densidade do tecido urbano, (ii) de uma sistematização viária e (iii) de uma construção consonante, opondo-se, assim, inteiramente, ao modelo higienista de destruição e renovação massivas. Com este princípio consegue-se, pois, uma melhoria da qualidade ambiental do centro histórico, a sua integração nas dinâmicas da restante cidade e a salvaguarda do seu património urbano através de pequenas alterações, sugeridas pelas circunstâncias locais, que vêm melhorá-lo sem o transformar radicalmente. Estas alterações compreendem pequenas demolições pontuais a par de reconstruções de pequena escala, desenhando, as primeiras, novos espaços públicos e intentando, as segundas, o mínimo de inserção de novos elementos, a qual, ao ocorrer, deve procurar uma compreensão dos monumentos ou de importantes grupos de edificações, valorizando-os por meio de enquadramentos sensíveis e evitando qualquer tipo de transformação radical.

Como exemplo de aplicação deste princípio de *diradamento*<sup>17</sup> – ‘desbaste’ – e da subsequente preservação e viabilização tanto de monumentos mais significativos como da *arquitectura menor* que os enquadra, atente-se no Corso del Rinascimento, uma rua do século XX implantada no coração de Roma. Traçada entre 1934 e 1936 com o propósito de vir a permitir um atravessamento norte-sul mais eficiente entre o novo Quartiere del Prati, a norte do Tibre, e o Corso Vittorio Emanuele, a principal artéria este-oeste da cidade, esta nova via sacrifica o desenho regular de um boulevard parisiense em prol da salvaguarda não só de arquitecturas mais significativas como a do Palazzo della Sapienza, do Palazzo Madama e da Piazza Navona mas também de parte da arquitectura anónima do Quartiere del Rinascimento. Convém referir que, precedendo o plano de Giovannoni (1908-1918), foi proposta para o Rinascimento a utilização da sua Piazza Navona como o pretendido eixo norte-sul de tráfego automóvel. A proposta do novo Corso del Rinascimento surgiu, portanto, como reacção e alternativa de transformação moderada à proposta anterior de destruição de uma tão importante e longa permanência de Roma. Alguns edifícios do hemiciclo norte da Piazza Navona, assim como das extremidades norte e sul da actual via foram demolidos e posteriormente reconstruídos de acordo com o projecto de Foschini que, em grande medida, veio cumprir a visão de Giovannoni de uma harmoniosa mistura de estruturas contemporâneas e antigas.

Paralelamente a este princípio de *diradamento* e com igual pertinência para uma transformação prudente da cidade, há que considerar um processo de adição gradual e ‘sedimentar’ de elementos a um núcleo original. Ainda que empregue sem um intento claro de preservação, este princípio de adição viu-se largamente aplicado na vasta maioria dos monumentos e em muito do património urbano que até nós chegou, não havendo dúvida de que, ao permitir a contínua utilização de uma estrutura através de uma progressiva justaposição de partes a um

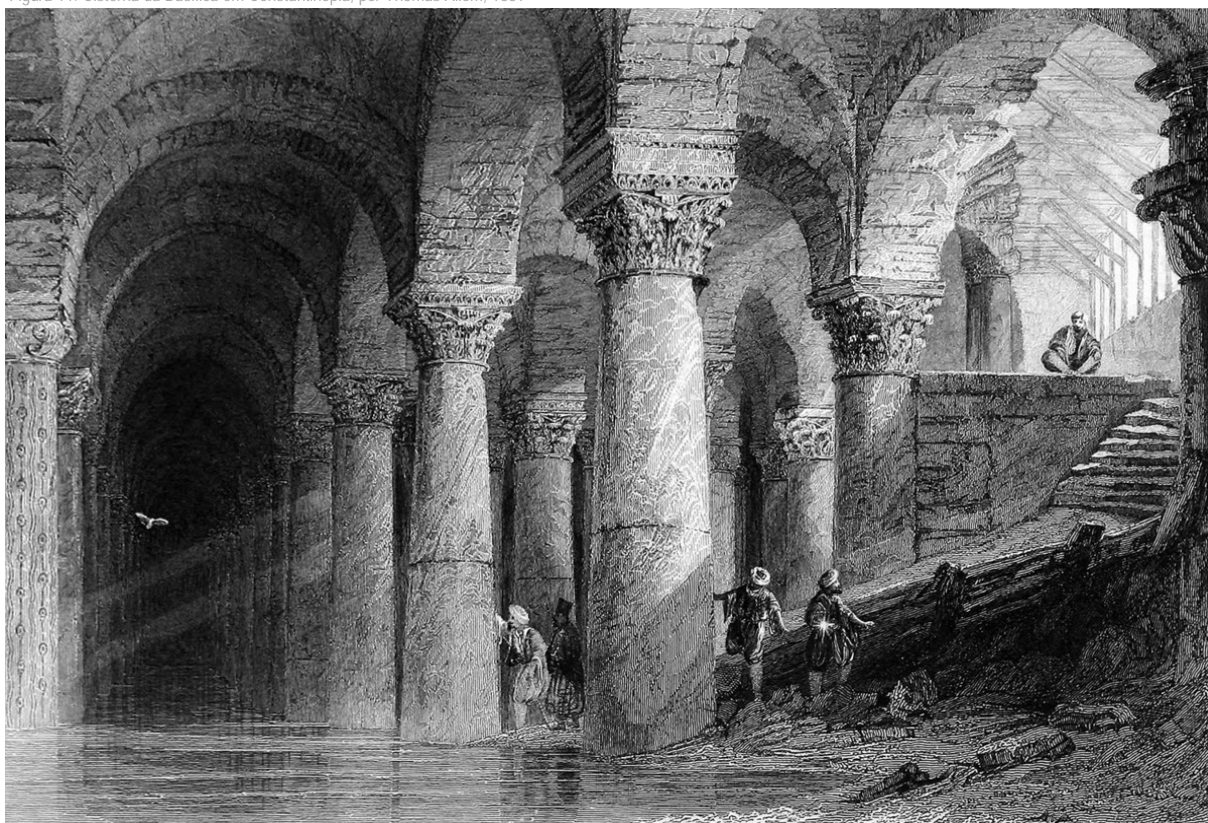
---

<sup>17</sup> AGUIAR, José – Op. cit., p. 51 e 84.

núcleo, este processo aumenta a probabilidade de essa mesma estrutura vir a ser utilizada por um prolongado período de tempo.

É possível afirmar-se que nenhum dos princípios descritos implica elevados custos sociais ou materiais, já que a larga preservação da estrutura existente vem possibilitar tanto a continuidade do normal ritmo de vida da comunidade afectada, não sendo, por regra, exigida qualquer forma de migração, temporária ou definitiva, como o extenso uso de elementos existentes, o qual corresponde a pequenas exigências materiais. Pode também considerar-se que ambos os princípios favorecem a salvaguarda de um sentido de pertença a lugares, seja a nível histórico, seja a nível espacial, enquanto asseguram uma certa continuidade entre os espaços que a cidade compreende. Construindo-se a cidade consigo e sobre si própria, tornando-se os edifícios repositórios de sucessivas intervenções, será mais fácil a identificação dos vários marcos que antecedem e caracterizam o actual lugar histórico. Por sua vez, a acumulação gradual de elementos que enriquecem o espaço com uma verdadeira complexidade e variedade vem confirmar e reforçar progressivamente os traços desse mesmo espaço. Por último, a continuidade referida é cimentada pela inteligência das actuações de sucessivas gerações que, pela sua enorme diversidade e através de um método de tentativa e erro, produzem, quase necessariamente, uma arquitectura de grande qualidade e com um importante significado social. Não há dúvida de que cada participação numa edificação é apenas uma das muitas a ocorrer no seu devir, constituindo cada uma parte de um processo global de ajuste contínuo, de reorganização e transformação que ocorre constantemente a vários níveis da cidade – quer os edifícios sejam utilizados como pedreiras de onde se extraem materiais para uma nova edificação, quer se vejam

Figura 11. Cisterna da Basílica em Constantinopla, por Thomas Allom, 1839



transfigurados ao nível do seu sistema de distribuição, quer sejam melhorados no que toca à sua habitabilidade, quer vejam o seu valor simbólico transformado.

Tal como foi sugerido, a reutilização de componentes de outros edifícios é uma das muitas formas de construir com elementos pré-existentes. Note-se a Cisterna da Basílica em Istambul (século VI) onde a maioria das colunas, esculpidas a partir de vários tipos de mármore e granito e de variadas ordens e escalas, foi reaproveitada das ruínas de outras construções e transportadas para Constantinopla a partir de várias outras partes do Império Romano. Na verdade, muitos dos importantes edifícios romanos deste período são bons exemplos deste processo de desmantelamento e recombinação: “A muralha de Aurélio foi erigida usando os detritos de monumentos destruídos (...) De forma a completar a Basílica Júlia no Fórum, Gabinio Vezzio utilizou, em 377, a alvenaria de pedra do fórum Svarium (...) O próprio Coliseu foi concluído à custa de outros monumentos (...) O Arco de Constantino é ornado com esculturas e relevos que terão pertencido a outro arco, talvez ao Arco de Trajano que entretanto desapareceu por completo.”<sup>18</sup>

Considere-se agora o templo romano, uma das formas tipológicas mais persistentes da história da arquitectura. Verificam-se duas vertentes principais de transformação do referido monumento: ora é integrado no tecido anónimo da cidade, perdendo o seu valor simbólico, ora vê este mesmo valor simbólico, enquanto edifício sagrado, apropriado na sua conversão em igreja ou, enquanto monumento, apropriado na sua conversão em monumento civil. O templo de Diana em Évora (século I ou II d.C.) descreve exactamente a primeira vertente de transformação referida. De facto, tendo sido semidestruído aquando da invasão visigótica do século V, apenas na Idade Média lhe viu ser atribuída nova função; foi convertido em torreão e constituiu assim, temporariamente, parte do sistema defensivo de Évora. Posteriormente foi reconvertido em açougue, função que desempenhou até ao século XIX, quando foi restaurado e votado a monumento arqueológico. É de referir que acaso o templo não tivesse sido integrado numa edificação, acaso não lhe tivesse sido reconhecida qualquer hipótese de uso enquanto edificação, o mais plausível seria o seu desmantelamento e posterior reapropriação num conjunto de novas construções.

Por sua vez, a utilização da forma do templo na constituição de uma igreja é explorada na igreja anglicana Christ Church Spitalfields em Londres (1714-1729). A síntese decorrente da justaposição de um templo – uma forma resultante de um longo período de aperfeiçoamento – a uma flecha – um elemento que indubitavelmente pertence à tradição cristã – veio responder ao desafio que as origens pagãs do templo levantaram aos primeiros construtores cristãos. Desta forma, combinados numa composição, dois tipos com origens e processos evolutivos bastante diferentes originaram uma nova forma tipológica que veio a servir de influência e guia às igrejas

---

<sup>18</sup>Tradução própria do seguinte excerto: “The Aurelian wall was erected using the debris of destroyed monuments (...) For the completion of the Basilique Julia at the Forum, Gabinio Vezzio made use in 377 of the marble masonry of the forum Svarium (...) The Colosseum itself was completed at the expense of other monuments (...) The Arch of Constantine is ornated with statues and stone carvings which had belonged to another arch, perhaps to the Trajan arch which has since disappeared completely.”;

RODOCANACHI, Emmanuel - Les Monuments de Rome Après la Chute de L'Empire; Citado em ARCE, Rodrigo de - Urban Transformations & The Architecture of Additions, p. 238.

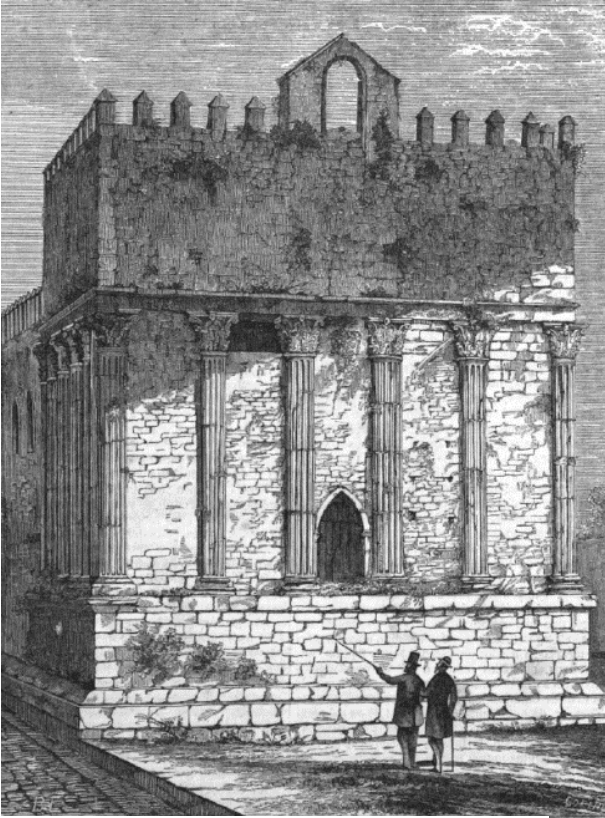


Figura 12. Templo de Diana em Évora enquanto parte de um torreão, 1865

Figura 13. Christ Church Spitalfields de Londres, 1909



anglicanas. Retira-se deste exemplo que a possibilidade de recombinar elementos não só se verifica num processo temporal de adições sucessivas a um mesmo edifício, mas também numa evolução de estilos da qual naturalmente resulta uma selecção de elementos do património cultural de um determinado período e a criação de novas combinações e, possivelmente, a síntese de novas formas tipológicas.

As variadas apropriações do pórtico ao longo do tempo são outros exemplos deste processo de recombinação e síntese de formas tipológicas. Característico do templo romano, originalmente aplicado na casa grega, o pórtico perdurou no tempo pela sua integridade e qualidade, sendo utilizado num considerável conjunto de combinações – vilas, igrejas... - e tendo originado novas formas tipológicas.

Acerca de uma outra estrutura que demonstra uma longa permanência – o anfiteatro – Rossi diz o seguinte: “O anfiteatro tem uma forma precisa e inequívoca intimamente ligada à função que nele se desempenha; não é pensado como um contentor indiferente. (...) Mas um acontecimento externo, um dos mais dramáticos momentos da história da humanidade, altera-lhe a função: um teatro torna-se uma cidade.”<sup>19</sup> Na verdade, o anfiteatro de Nimes, após um abandono de seis séculos, viu-se, com a queda do Império Romano do Ocidente e subsequente instabilidade, fortificado e convertido numa cidade. As suas arcadas foram preenchidas e transformadas em muralhas defensivas e o seu interior foi ocupado por casas, capelas, praças, largos que se dispuseram sobre a arena e as bancadas. Já no século XVIII foi decidida a destruição da construção ocupante, de forma a devolver ao anfiteatro o seu aspecto original.

O anfiteatro de Lucca foi, por outro lado, absorvido e integrado no tecido da cidade. Apenas no traçado das vias e na configuração de uma praça oval é óbvia a memória do anfiteatro. Uma situação semelhante é a da Praça do Rossio de Lisboa. Tratando-se de um aterro que veio soterrar a confluência de duas ribeiras, nele terá existido um hipódromo romano, em torno do qual, na Idade Média, se foram construindo edifícios da mais variada natureza, preservando um vazio usualmente ocupado por feiras e mercados. No século XV foram edificadas nos seus limites o Hospital de Todos os Santos e o Palácio dos Estaus e, mais tarde, com a destruição causada pelo terramoto de 1755, o ‘hipódromo’ viu o seu desenho irregular ser rectificado de acordo com as direcções da nova malha urbana. É à permanência de uma estrutura de carácter monumental como o hipódromo de Olisipo ou o anfiteatro de Lucca que se deve a presença, em centros históricos tão antigos, de estruturas urbanas com consideráveis dimensões e largas vistas, a qual, de outro modo, seria inexplicável. No que toca ao Rossio, aliás, talvez se deva justificar a sua permanência com a forte influência que o sítio – um vale ladeado por três colinas, qual anfiteatro natural, onde duas linhas de água vêm encontrar o Tejo – teve na sua primeira ocupação e subseqüentes transformações.

---

<sup>19</sup> ROSSI, Aldo - Op. cit., p. 129.

Com as suas formas bem definidas e precisas, o monumento é capaz de admitir transformações radicais naquilo que pode parecer um processo contraditório. Os vários exemplos anteriormente analisados são capazes de atestar que, quanto maior é a precisão da definição da forma tipológica de um monumento, maior é a sua flexibilidade distributiva e a sua 'receptividade' a qualquer tipo de função. Se a forma for capaz de uma certa 'abertura' no que toca às suas funções, transcenderá as condições circunstanciais sob as quais inicialmente se configurou e será, por isso, capaz de transformação e, portanto, permanência. A permanência de objectos de arquitectura depende, logo, da respectiva capacidade de transformação e ajuste. Na verdade, os edifícios e partes da cidade que, pela sua persistência, pelo seu elevado grau de consolidação, estão intimamente associados ao carácter, à identidade de uma cidade, estão em contínuo uso e, por isso, marcados por contínuas alterações.

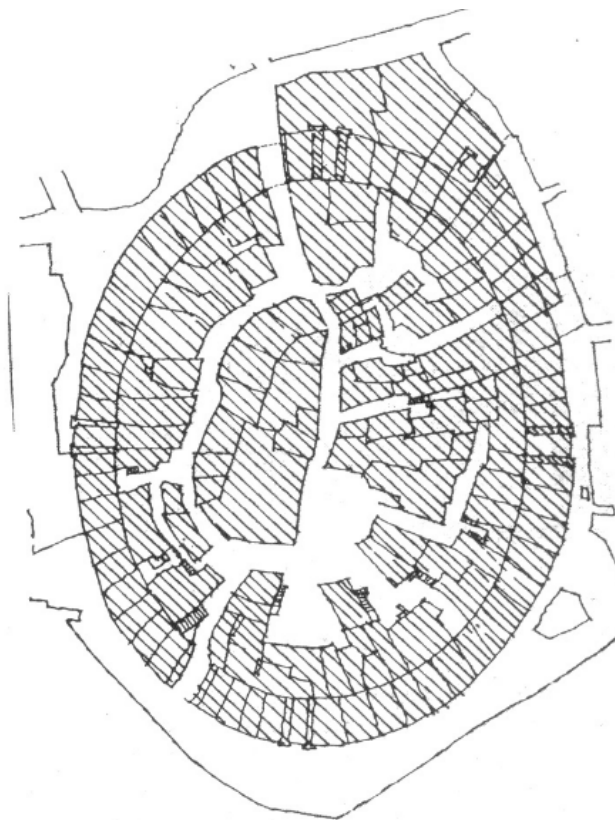


Figura 14. Planta do anfiteatro de Nîmes convertido em cidade, 1782

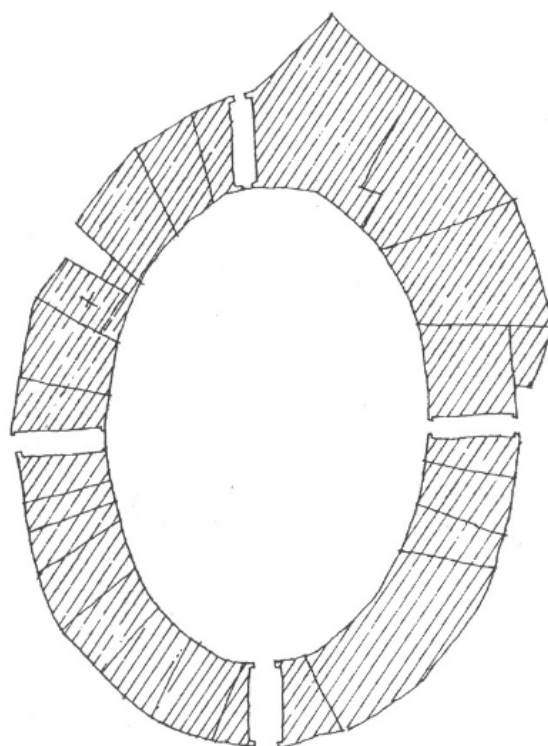
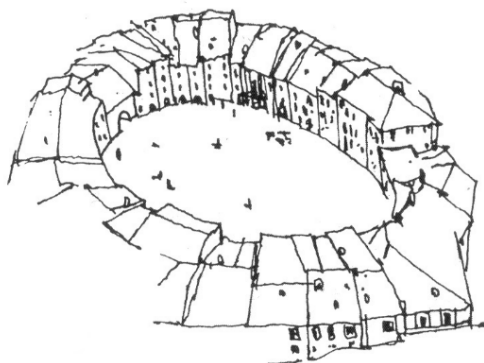


Figura 15. Planta da Piazza del Anfiteatro de Lucca

Figura 16. Piazza del Anfiteatro de Lucca



Por último, como exemplo de transformação de larga escala, considere-se o caso de Cuzco, a antiga capital do Império Inca. Situando-se a uma grande altitude, num vale estreito a meio caminho entre a floresta Amazónica e a costa do Pacífico, trata-se de uma cidade de proporções modestas, não particularmente monumental, que terá sido desenhada por um conjunto impressionante de palácios e templos em alvenaria de pedra, assim como por uma praça central de consideráveis dimensões. A ocupação espanhola deu-se em 1553 e, em poucos anos, a configuração da cidade mudou radicalmente: a referida praça viu-se reduzida a um quarto da sua área, as construções religiosas viram-se substituídas por igrejas e muitas paredes pertencentes aos palacetes dos nobres incas foram usadas como fundações das construções dos conquistadores. Trata-se, sem dúvida, de um dos exemplos mais gráficos de crescimento sedimentar, correspondendo as duas nítidas camadas a duas culturas distintas, uma dominante e a outra destruída. Embora, na sua maioria, o traçado da cidade inca viva ainda na actual Cuzco, é de notar que os espaços foram completamente transfigurados com a distorção das proporções e com a alteração da expressão dos edifícios. Esta transfiguração não se pode, no entanto, considerar maligna, pelo contrário; pode dizer-se que com ela se demonstra a grande pertinência do traçado urbano inca. Cuzco é desta forma um caso exemplificativo de uma reinterpretação radical e integral que veio afectar a totalidade do plano pré-existente e se verificou simultaneamente em toda a cidade. Não só é exemplificativo de uma acção tão drástica e global, como vem atestar, no seguimento dessa mesma acção, a validade e persistência de uma malha urbana para lá do desenvolvimento inicialmente previsto.

Ainda que a transformação da estrutura de ruas e espaços livres pareça difícil, é verdade que a malha urbana admite pequenas alterações: a rede viária pode adensar-se, é possível construir sobre os vazios e também demolir construções com vista a desenharem-se pontuais espaços livres e, para além de todas estas hipóteses, verifica-se uma constante transformação do limite da área urbana onde todos estes 'jogos' entre construção e vazio têm lugar. É, contudo, necessário actuar-se dentro de margens que regulem estes processos de transformação; efectivamente, nem a demolição indiscriminada, nem a densificação massiva trazem benefícios para a cidade. Destes modos de actuação resultam apenas interrupções e paralisações da vida urbana e a impossibilidade de um relacionamento humano normal.

Considere-se, por fim, como referência para o desenho das necessárias novas edificações, o processo analógico<sup>20</sup> através do qual, segundo Rossi, é possível projectar arquitectura com que nos 'identificamos'. Este procedimento, compositivo por excelência, é guiado por uma análise urbana e por uma pesquisa onde se recolhem 'sugestões' de elementos ligados à história da cidade, de alguns dos factos fundamentais que mais claramente a caracterizam, de outros elementos ligados à história da arquitectura e, por fim, de objectos afectivos que o arquitecto guarda para si como sinónimos de determinadas atmosferas que neles experienciou. Todos estes elementos e objectos – concretos e formalmente definidos – vêm, ao cabo desta operação analógica e compositiva, sintetizar

---

<sup>20</sup> ROSSI, Aldo – Uma arquitetura analógica. In NESBITT, Kate, ed. – Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995), p.379-383.

um novo objecto marcado pelo “sentido autêntico, imprevisto e original da pesquisa”.<sup>21</sup> O desenho decorrente deste processo que se move entre as memórias colectiva e individual, entre distintos tempos e espaços, alcança assim a tensão responsável pelo seu carácter diferenciador. A arquitectura conformada deste modo vê-se integrada numa rede de associações, correspondências e analogias que lhe permite despertar um sentido de pertença aos indivíduos que a experienciam.

Figura 17. Planta da praça central de Cuzco anterior à ocupação

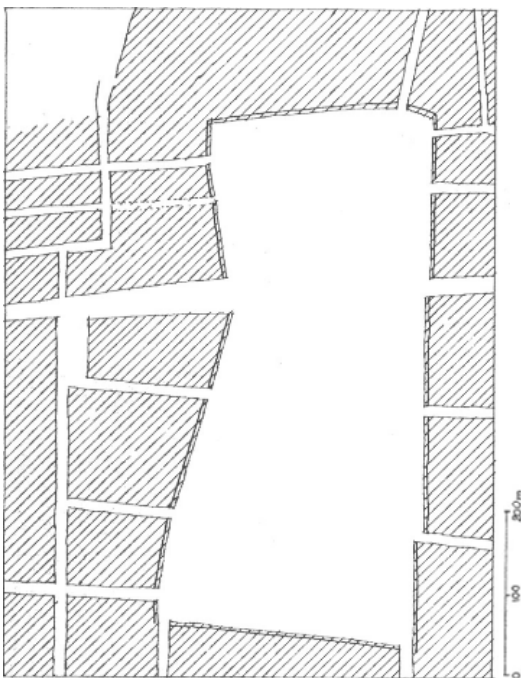


Figura 18. Planta da praça central de Cuzco já transformada pelos ocupantes espanhóis

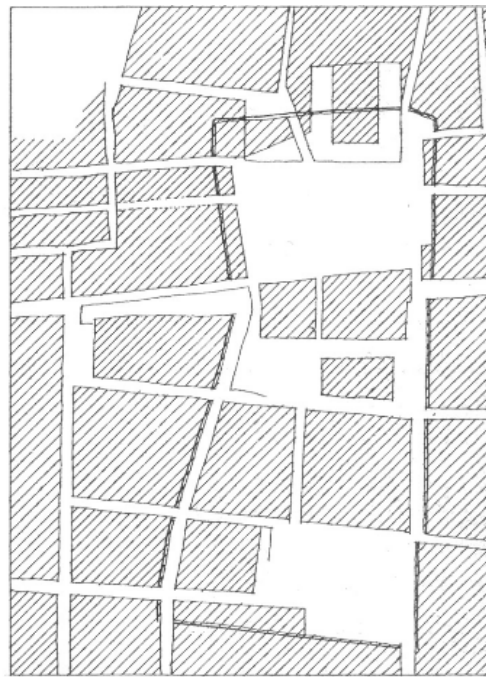


Figura 19. Rua de Cuzco onde é visível a sobreposição da construção espanhola à inca



Figura 20. Planta de Cuzco onde se destacam os troços incas ainda existentes, 1850



<sup>21</sup> ROSSI, Aldo – A Arquitectura da Cidade, p. 20.

### 3 DA CIDADE A SANTA MARTA

*A união entre o passado e o futuro está presente na própria ideia da cidade; percorre-a tal como a memória percorre a vida de uma pessoa e, ao concretizar-se, não só conforma a realidade, mas também se conforma nela.*

A. Rossi

Raras vezes a cidade se configura sem qualquer referência a si mesma, ainda que por vezes aparente ser um conjunto acidental de desenhos desconexos. As suas lógicas de transformação e vestígios daí resultantes, apesar de frequentemente ténues, estão presentes sob e na complexa estrutura urbana que hoje nos é apresentada, assentando esta, assim, na memória que a cidade constrói de si mesma, qual fio condutor do seu desenvolvimento. Pode daqui inferir-se a importância da análise histórica dos vários elementos urbanos para um verdadeiro entendimento e salvaguarda do carácter da cidade e para a preservação do seu património urbano. É de destacar o estudo das formas – ainda visíveis, dissimuladas ou já desaparecidas – e das relações que estas estabelecem entre si; não há dúvida de que é na tensão e na ambiguidade, resultado das várias destruições e construções acrónicas e das relações estabelecidas entre cada um desses momentos, que se identifica a riqueza da cidade.

Sendo o convento de Santa Marta, tal como já se mencionou, um elemento da cidade de Lisboa que vem longamente a permanecer, testemunhando vários tempos e suportando inúmeras transformações, desenhando, por sua vez, mais elementos e deixando-se por outros desenhar, é de considerar pertinente o estudo da evolução não só do seu conjunto mas também do seu contexto urbano. Propõe-se, deste modo, com o propósito de esclarecer os princípios que vêm a reger o desenvolvimento da colina de Sant'Ana assim como a conferir-lhe a imagem com que hoje nos identificamos, proceder a uma breve análise da sua evolução. Nesta são abordadas a influência do sítio sobre a fixação e o posterior desenvolvimento urbano, tal como a notável perseverança dos traçados face às sucessivas transformações por eles testemunhadas e ainda a relação entre os elementos primários, carregados de permanência, e as áreas em que se integram. Conhecida a complexa rede de relações em que está inserido o convento, prossegue-se a uma idêntica análise da sua evolução, através da qual se procura vir a dar relevo às estruturas que vieram a permanecer apesar das várias transformações sofridas.

Conhecidos os elementos estruturantes e as características particulares da colina que fazem dela uma unidade no conjunto lisboeta, a par dos elementos que imprimem permanência ao convento e que, por isso, lhe conferem um papel urbano preponderante, é então possível conceber uma proposta verdadeiramente informada de transformação do sítio de Santa Marta e, conseqüentemente, da colina.

### 3.1 DE LISBOA À COLINA DE SANT'ANA

Não há dúvida de que o sítio, com o seu relevo, a sua hidrografia e os seus vários tipos de solo, desempenha um papel fundamental na conformação da cidade; além de determinar a implantação e constituição primeira de um aglomerado, configura ainda o seu crescimento através das direcções que lhe propõe ou dos entraves que lhe impõe. Um sítio que respondesse em simultâneo às necessidades de troca e de isolamento entre comunidades e que permitisse a subsistência daquela que a habita, sugerindo vias de comunicação terrestres, fluviais ou marítimas a par de áreas com privilégio defensivo e oferecendo as condições necessárias ao cultivo, reuniria as circunstâncias essenciais à constituição de uma cidade. O seu tecido urbano e respectivas rede viária e estrutura cadastral conformar-se-iam então em diálogo constante com o território.

Lisboa não é excepção no que se refere aos princípios de implantação e de desenvolvimento acima referidos. Não há dúvida de que o território onde se estabeleceu veio não só responder às exigências enumeradas, mas também guiar o seu desenvolvimento. Fixando-se, num primeiro momento, no topo da colina a que hoje chamamos de São Jorge, cedo se estendeu pelo esteiro onde duas linhas de água – as ribeiras de Valverde e de Arroios – se encontravam com o Tejo, a área da actual Baixa, e subiu pela colina hoje conhecida por Chagas. Ambas as colinas e o amplo vale situado entre elas constituem parte da margem do Tejo, aspecto que denuncia o papel preponderante deste corredor fluvial no desenvolvimento de Lisboa. O privilégio da defesa, tangível na posição sobranceira e de difícil acesso das primeiras ocupações deste território no topo e na encosta sul da íngreme e isolada colina de São Jorge, em breve veio dar lugar ao privilégio das relações comerciais. A cidade assume, assim, na íntegra, o seu cariz de porto e abre-se ao estuário do Tejo, constituindo o ponto de chegada de múltiplas linhas de trânsito marítimo, tanto atlântico como local. De modo a responder às novas necessidades de defesa que esta 'abertura' implicou, traçou-se a Cerca Nova no final do século XIV com a qual se torna nítido o papel marginal do 'interior' que se estende a norte. O crescimento urbano, tendencialmente ribeirinho por um largo período de tempo, veio apenas a ocupar de modo mais expressivo esse interior com a transformação do Passeio Público em Avenida de Liberdade em meados do século XIX.

É com este papel de arrabalde que a colina de Sant'Ana se apresenta à cidade durante um demorado período de tempo. Ladeando o Rossio a norte, é limitada pelos amplos vales correspondentes às duas linhas de água referidas, vales onde, desde finais do século XIX, encontramos as avenidas da Liberdade e Almirante Reis e em cujos talwegues desde muito cedo serpenteiam os corredores a que hoje atribuímos os nomes de Portas de Santo-Antão – Rua de São José – Rua de Santa Marta e Rua da Palma – Rua do Benfoso – Rua direita dos Anjos. Estes são exemplos claros das sugestões que o sítio dá à ocupação urbanística ou, por outras palavras, do modo como o relevo e a hidrografia determinam essa ocupação. Na verdade, a fim de permitir suaves desníveis ao menor custo possível, a maioria dos caminhos primordiais de uma cidade assenta sobre as porções do relevo que menor trabalho de nivelamento lhe exigem, sendo os talwegues, as linhas de fecho e as direcções tangentes às curvas de nível as escolhas mais naturais. Não raras vezes, os traçados urbanos que sobre elas vieram a

ganhar forma não passam da urbanização de primitivos caminhos de saída do núcleo urbano ou de azinhagas que ligavam as propriedades agrícolas do arrabalde. Importa assim conhecer a estrutura de eixos que veio impulsionar e condicionar a ocupação urbanística da colina; a par dos dois referidos eixos que envolvem a sua base e a limitam a nascente e a poente há a considerar os que se desenham ao longo da sua linha de festo e aqueles – raros – que a atravessam de um lado ao outro.

O primeiro corredor referido é, sem dúvida, um dos mais significativos de Lisboa. Partindo do Rossio com direcção norte, o caminho que durante muito tempo foi conhecido por Estrada de Sintra terá ainda sido uma das três principais vias romanas a ligar Olisipo aos seus arrabaldes. Por outro lado, o segundo, acompanhando a colina a nascente, não é de definição tão clara como o primeiro. A Rua de São Lázaro intercepta-o pouco depois do seu começo, subindo em direcção ao cabeço da colina. Quanto aos eixos que se dispõem sobre a linha de festo, é de considerar, de traçado relativamente rectilíneo, a antiga Rua Direita de Sant'Ana, hoje conhecida por Calçada de Santana. No seu término, a norte, encontra o Campo do Curral, um largo cabeço, e a Carreira dos Cavalos, outra via que se desenha sobre o festo. Tanto a Rua da Palma como a Calçada de Santana terão passado sob postigos abertos na Cerca Nova, alargando-se esta última logo após a transposição dos muros. Já a Rua das Portas de Santo Antão, como o seu nome deixa depreender, terá tido o seu começo nas portas homónimas. É possível daqui retirar a importância que estes três eixos terão tido não só para a circulação entre o núcleo urbano e os arrabaldes mas também para a urbanização extramuros. Por último, considere-se a Rua das Pretas que sobe com dificuldade a vertente poente da colina. Começando no seguimento da Rua do Salitre, via que desce ao Valverde a partir do Largo do Rato, entronca no topo da colina com a Calçada do Moinho de Vento e com a rua hoje conhecida por Santo António dos Capuchos. Esta última, por sua vez, vem encontrar a Rua de São Lázaro que desce ao vale da Ribeira de Arroios, encontrando aí o eixo Rua dos Cavaleiros – Calçada de Santo André. Poderá sugerir-se que este conjunto serpenteante de vias terá constituído uma primitiva circular que atravessava a cidade extramuros do Largo do Rato e suas imediações – Amoreiras, Campolide – ao Largo Rodrigues de Freitas, a partir de onde facilmente se alcança a Graça e São Vicente. Como foi já sugerido, é ao longo destas vias que se começa a dar a ocupação urbanística da colina, claro está, num primeiro momento, de cariz linear.

Outra estrutura que desempenha um papel preponderante no fomento da ocupação urbanística da colina é a Cerca Nova ou Fernandina. Descendo a colina de São Jorge pelas actuais Escadinhas da Saúde, encontra o vale da Mouraria, onde abre portas, suas homónimas, que mais tarde viriam a ser conhecidas por Arco do Marquês de Alegrete. Daí sobe a encosta nascente da colina de Sant'Ana, interceptando a Rua do Arco da Graça que, claro está, adopta o nome do arco sob o qual viria a passar, e a Calçada de Santana. Aqui inicia nova descida, serpenteando ao longo do lugar do actual Recolhimento da Encarnação, finda a qual encontra a Estrada de Sintra, onde abre as já mencionadas Portas de Santo-Antão. Embora, devido à falta de elementos que o atestem, não seja possível afirmar que esta área se terá visto ocupada antes do traçado da Cerca, é de considerar-se a inverosimilhança de esta se desenhar de modo tão tortuoso com vista a abarcar uma área desabitada. Especialmente uma

área que, quanto a Vieira da Silva, estaria particularmente exposta em situação de cerco: “Os pontos altos atingidos pela cerca, tais como os Montes de S. Roque e de Sant’Ana, ficavam dominados do campo que se estendia às suas frentes, do qual podiam ser batidos facilmente pelos tiros de armas de arremesso então usadas”.<sup>22</sup> Assume-se assim que a Cerca, ainda que salvaguardando a possibilidade de futura densificação através do abarque de áreas de menor densidade urbana e até mesmo de cultivo, vê o seu irregular traçado justificado pela procura da inclusão de toda a Lisboa construída à época. Naturalmente, com o seu término, a tendência de desenvolvimento urbano terá sido a de construir prioritariamente no espaço intramuros, tendência esta reforçada por determinações não só municipais mas também régias – note-se o decreto publicado por D. Manuel I em 1500 com vista ao “derribamento de todollos os ollivaez de muros a demtro”. Apesar de, neste decreto, não estar explícita a intenção de construir na área dos ditos olivais, pode assumir-se que este procurava libertar terrenos contidos pelo já denso tecido urbano, terrenos esses que viessem a responder à necessidade de habitação despoletada pela pressão demográfica que se começa a fazer sentir neste período.<sup>23</sup> Com efeito, no excerto da colina de Sant’Ana contido pela Cerca, foi tomando forma, ainda que lentamente, ao longo da calçada homónima e da Rua do Arco da Graça, um conjunto urbanístico em que se incluem, como parte da sua malha estruturante, a Rua Martim Vaz e a Rua do Convento da Encarnação.

Figura 21. Encosta sul da colina de Sant’Ana sobre o Rossio, por G. Bráunio, 1572



Figura 22. Encosta sul da colina de Sant’Ana sobre o Rossio, por G. Bráunio, 1593



<sup>22</sup> SILVA, A. Vieira da – A cerca fernandina de Lisboa, p.18.

<sup>23</sup> CARITA, Hélder – Lisboa Manuelina, p.85.

A preocupação com a eficiente defesa da cidade, tão premente em boa parte do século XV e nítida na demarcação clara do núcleo urbano em relação aos seus arrabaldes, vem dar lugar, a partir do primeiro quartel do século XVI, à segurança que o rápido crescimento ultramarino traz ao reino, a qual se traduz, em Lisboa, numa brusca expansão urbana extramuros. O conjunto de Sant'Ana, para além de se ver gradualmente mais consolidado, vê-se assim expandir fora de portas ao longo do prolongamento da sua Calçada. Note-se que, para além da ligeira mudança de direcção e do suave alargamento da via, também os distintos parcelamentos dos terrenos são indicativos dos dois momentos de construção. É tal a expansão desta área que em 1564 institui-se a nova freguesia de Sant'Ana. É de referir, no entanto, que apesar da sua posição privilegiada, numa encosta voltada a sul, sobranceira ao Rossio, a sua expansão não se deve ao interesse da aristocracia, para quem o novo Bairro Alto de São Roque, assim como as margens do Tejo se demonstravam manifestamente mais atraentes. Aliás, diz a tradição que Camões viria, miserável, a terminar a sua vida (1580) numa das primeiras construções edificadas no exterior da Cerca, na Calçada de Santana.

Naturalmente, também ao longo da importante corredoura das Portas de Santo Antão se faz sentir, em igual período, um brusco crescimento urbano, crescimento esse que se vem a reflectir na instituição da freguesia de São José em 1567. Um dos mais evidentes vestígios desse desenvolvimento é o conjunto do Bairro do Andaluz que, pela estabilidade que deixa transparecer nas coerentes formas da sua malha, coerência sem paralelo na restante colina, sugere ser fruto de uma única iniciativa. Ocupando parte da encosta poente, o conjunto estende-se para norte da tortuosa Rua das Pretas, no término da qual desenha a Rua do Passadiço, uma via também ela sinuosa, mas, ao contrário da primeira, de pequeno desnível. Perpendiculares a esta, várias estreitas vias descem até à Rua de São José, sendo algumas interceptadas por uma segunda via longitudinal, a Rua do Cardal de São José. As modestas proporções deste bairro vêm assim oferecer a quem pretende subir ao cabeço de Sant'Ana a possibilidade de o fazer através de uma interessante sucessão de impressões visuais. Ao 'corredor' de São José sucedem-se então as contrastantes 'fendas' do Andaluz que conduzem o caminhante ininterruptamente ao mais amplo Passadiço que, por sua vez, o entrega ao entroncamento onde termina a Rua das Pretas.

Por sua vez, a porção da corredoura que das Pretas desce a São Domingos vem a constituir-se rua através de um processo de urbanização mais comum à época. Com a gradual substituição do seu percurso semiurbano de habitação e seus jardins por um percurso contínuo de justaposição de lotes estreitos, a baixa altura frequentemente associada aos lotes mais amplos, dá lugar a uma maior altura. É de assumir que, fruto deste processo de acumulação, a linha de cumeeira da sua frente de rua dificilmente tenha sido contínua. Na verdade, não se tratando do resultado de um pré-ordenamento, de uma divisão regular do território, é bastante natural que a frente de rua e a sua cumeeira, para além de fragmentadas, sejam bastante heterogéneas. É possível daqui retirar a importância que a malha cadastral tem para a fisionomia da frente de rua; influenciando o seu ritmo, regularidade e diversidade, pode dizer-se que determina, de um modo directo, a arquitectura e a paisagem urbanas.

Quanto à encosta nascente da colina, sobranceira ao Regueirão dos Anjos, é de assumir, não só pela abertura do já mencionado postigo da Palma, mas também pela instituição da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos em 1564, que ela terá participado do mesmo fenómeno de célere urbanização. As transformações sofridas por esta área não permitem, no entanto, perceber a coerência de um conjunto urbano possivelmente desenhado de uma só iniciativa.

Se em meados do século XVI já as vertentes sul, poente e nascente da colina se encontram urbanizadas, somente nos seus finais se acentua a ocupação do largo planalto timidamente habitado pela pequena ermida de Sant'Ana, a origem do seu topónimo. Esta ermida, implantada no apetecível cabeço sobranceiro ao Rossio, vem em 1561 a ser incorporada no novo convento de freiras penitentes de Santo Agostinho que assim assume a evocação a Santa Ana. Implicando novos fluxos de pessoas e de bens, este convento, poderá assumir-se, leva à abertura do postigo de Sant'Ana e à extensão da calçada homónima que sob ele passa. Tal como ele, também outras casas religiosas apressadamente se vêm instalar em posições privilegiadas da colina e, claro está, a impulsionar a expansão urbana fora de portas. É de referir que a proximidade à Gafaria de São Lázaro, presente na encosta nascente da colina desde o século XIV, à Mouraria, vizinha de Sant'Ana ao longo do Vale de Arroios, e aos recém-instalados mercado de gado e açougue, primeiros ocupantes do amplo descampado central do planalto de Sant'Ana onde agora aflui o gado destinado ao abastecimento de Lisboa, não representa inconveniente que suplante a largueza de áreas, a fertilidade dos terrenos, a proximidade ao centro de Lisboa e a posição a ela sobranceira. É com este conjunto de benefícios que as várias ordens vêm a instalar-se sobre os cabeços e ao longo das encostas da colina, ladeando qualquer uma das três principais vias de acesso ao centro e garantindo as condições necessárias à sua subsistência – água abundante, solo fértil e relevo adequado às culturas pretendidas. A colina vê deste modo, ao longo de rápidos 30 anos, não só cimentar-se aquela que viria a ser uma das suas mais marcadas vocações funcionais, a monástica, mas também consolidar-se a estrutura cadastral que desde então viria a moldar a sua forma urbana, um conjunto disperso de extensas unidades muradas com baixa densidade de construção.

Assim, nove anos depois do início da construção do convento de Sant'Ana, em 1570, vêm instalar-se, num planalto sobranceiro ao Valverde e à movimentada estrada que nele corre, os frades franciscanos capuchos. O seu mosteiro de evocação a Santo António ergue-se ao centro da cerca que vem agora ladear a via que viria a ser conhecida por Rua de Santo António dos Capuchos, um dos caminhos que entroncam na Rua das Pretas. Recolhido e afastado do burburinho da cidade, estabelece apenas relação com ela através da igreja que avista o Campo do Curral e da alameda que os une.

Em 1575 lança-se a primeira pedra, num largo terreno de pendente acentuada ladeado pelo Campo do Curral a norte e pelo tecido já consolidado de Sant'Ana e São Lázaro a sul, daquele que viria a ser o majestoso colégio de Santo-Antão-o-Novo da Companhia de Jesus. A construção do seu vasto e monumental edifício de desenho regular na zona de menor cota do terreno é conseguida através de sucessivas movimentações de terra.

Nele, a relação com a cidade, a sul, para a qual se orienta a fachada principal da igreja e se abre a cerca, é claramente privilegiada. Ao topo da colina e ao seu açougue é apenas votada a longa e ininterrupta cerca que aqui encerra as áreas de cultivo do colégio. É possível considerar que esta opção terá reforçado aquela que já seria a posição periférica e isolada do topo da colina em relação à cidade. Pode ainda considerar-se que a influência desta grande propriedade murada sobre um tecido miúdo, de génese urbana espontânea, da qual é exemplo o desvio que implicou ao traçado da Rua de São Lázaro, desenhando-lhe um cotovelo que ainda hoje persiste, terá de igual modo contribuído negativamente para o já difícil atravessamento da colina.

Também descendo uma das encostas da colina, mas num contexto urbano bastante diferente, a casa de freiras clarissas de evocação a Santa Marta começa a construir-se, em 1583, num terreno ladeado pela estrada do Ververde e pelo extremo norte do Bairro do Andaluz. Também este convento privilegia, no seu desenho, a relação com a cidade mais consolidada, com a movimentada Rua de São José, ladeando-a com a fachada lateral da igreja e a sua entrada principal. O extremo nascente da sua cerca, quase contíguo à de Santo António dos Capuchos, encerra as áreas de cultivo aos campos que a circundam.

Por sua vez, na encosta nascente da colina, ladeando a estrada dos Anjos, instalam-se os frades cistercienses de Alcobaça que, em 1591, vêem ser lançada a primeira pedra do convento de Nossa Senhora do Desterro que se viria a manter em construção por mais de um século, não conseguindo, ainda assim, ver o seu ambicioso projecto concretizado. Assim como Santa Marta, este convento estabelece uma marcada relação com a Rua Nova que o ladeia, desenhando-lhe uma monumental frente de rua, a fachada principal da igreja que para ela se abre.

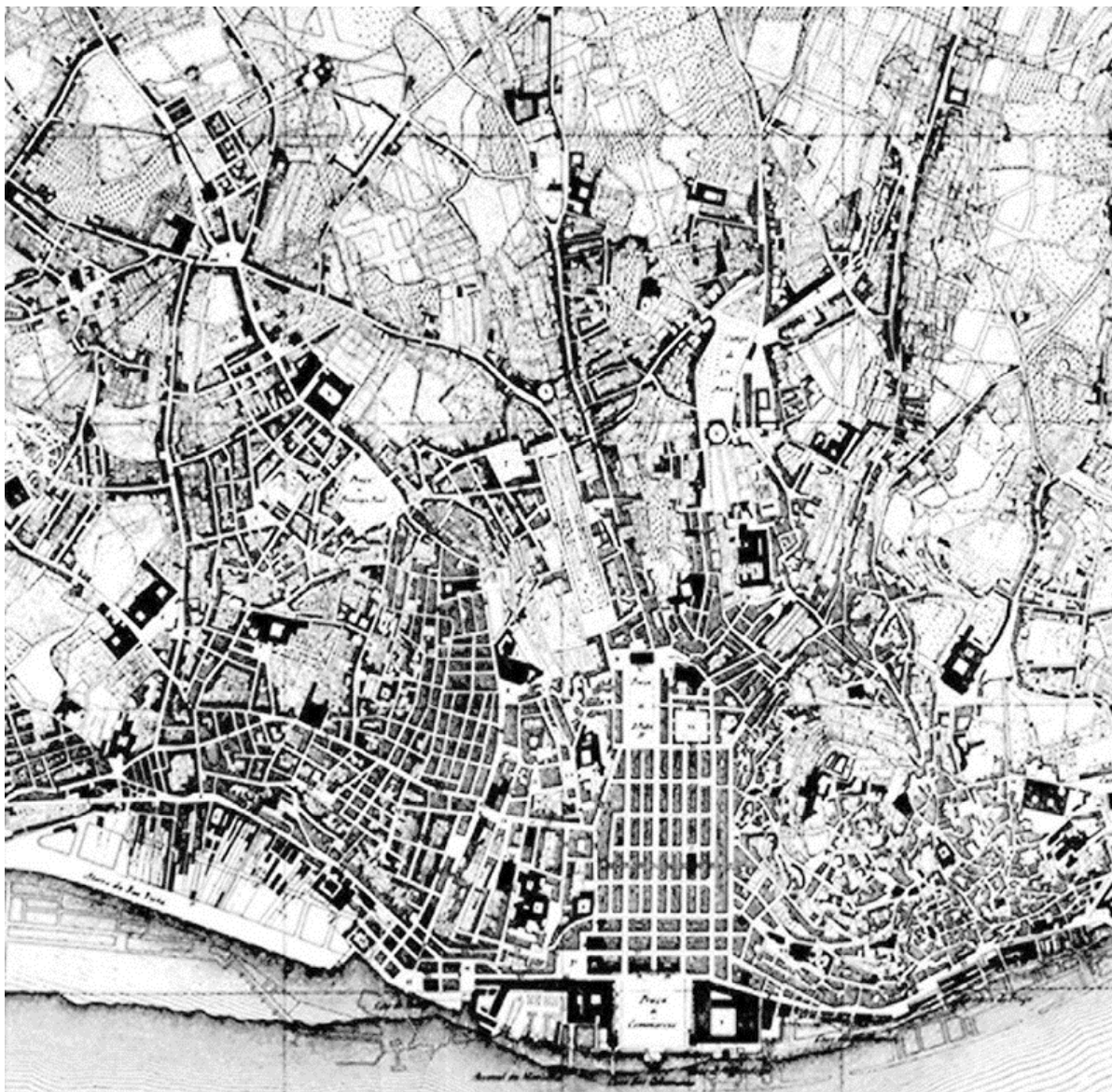
Findo o período de 30 anos de brusca ocupação monástica, apenas em 1617 se vem novamente a instalar uma casa religiosa na colina, o Recolhimento da Encarnação das Comendadeiras da Ordem de São Bento de Avis. Apropriando-se de parte do excerto da Cerca Fernandina que atravessa a encosta sul da colina, esta casa feminina instala-se nos terrenos das antigas casas de D. Aleixo de Meneses e, tal como Santa Marta, dispõe a sua igreja longitudinalmente ao largo a que dá nome, abrindo nele a sua entrada principal e privilegiando, desse modo, a relação com o denso tecido urbano que a circunda a sul e a nascente. É de referir que esta é a única casa a instalar-se na densa cidade intramuros, o que justificará as muito modestas proporções da sua cerca e, claro, dos seus terrenos de cultivo.

A última casa a juntar-se ao já vasto conjunto monástico da colina é o convento da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo. Volvido mais de um século desde a fundação da Encarnação, é em 1738 que se inicia a construção desta casa no vasto cabeço do sítio de Rilha Foles, uma larga propriedade que ladeia a Carreira dos Cavalos a poente. Também esta casa privilegia a relação com a cidade mais consolidada, instalando-se no extremo sul da sua cerca onde esta se abre à Rua do Rilha Foles, hoje conhecida por Rua Dr. Almeida Amaral.

O outrora arrabalde da cidade consolidada, cuja ocupação urbana se limitava às áreas imediatamente contíguas às principais estradas de acesso à urbe, viu-se, deste modo, rapidamente transformar-se às mãos das várias ordens religiosas que nele se instalaram. Contribuindo, num primeiro momento, para a criação de economias locais e para a fixação de pequenos grupos populacionais, desempenhando, portanto, um relevante papel no fomento da ocupação urbanística da colina, estas vastas casas e propriedades monásticas vêm, num segundo momento, com a consolidação e densificação urbana de Sant'Ana, a oferecer-lhe amplas estruturas e reservas de terreno que viriam a responder a prementes exigências funcionais e de áreas.

É no rescaldo do terramoto de 1755 que a colina vem responder à primeira dessas exigências. Encontrando-se vazio desde a expulsão da Companhia de Jesus, em 1761, o vasto Colégio de Santo-Antão-o-Novo é a resposta para a necessária realocação dos serviços hospitalares do destruído Hospital de Todos-os-Santos. Laicizado e rebaptizado de São José, inaugura assim aquela que virá, em pouco tempo, a tornar-se a

Figura 23. "Extracto da Carta Topográfica de Lisboa publicada em 1871, tendo sobrepostas a tinta encarnada as alterações feitas até 1911". 1911



nova vocação funcional da colina, a médica. Em 1834, na sequência da ruptura com o Antigo Regime e da implantação do Liberalismo, a Reforma Geral Eclesiástica vem encerrar as casas religiosas e expropriar os bens das várias ordens que as geriam. As seis estruturas monásticas que amplamente ocupam Sant'Ana vêem-se agora vazias e prontas a receber qualquer uso que beneficie de tão vastas áreas e da posição, crescentemente mais central, da colina. Santo António dos Capuchos, Santa Marta, Desterro e Rilha Foles são então ocupadas por serviços hospitalares outrora residentes em São José e que nelas procuram, além de área, uma mais eficiente organização espacial. A mais tardia apropriação hospitalar do convento de Arroios, assim como a construção tanto do Hospital Pediátrico de D. Estefânia, em 1860, em terrenos do Paço Real da Bemposta, como da Escola Médica, em 1906, sobre o local onde durante alguns anos se ergueu a Praça de Touros de Sant'Ana, vêm reforçar e assumir plenamente esta opção ocupacional da colina.

É na sequência desta conversão funcional que se procede à redefinição da posição do topo da colina na cidade. Estando até aqui o seu acesso essencialmente dependente das já mencionadas Rua de São Lázaro, Rua das Pretas, Calçada de Sant'Ana e Carreira dos Cavalos, a nascente, poente, sul e norte respectivamente, é em 1880, com o início da urbanização da antiga quinta dos Condes de Redondo, anexa ou convento de Santa Marta, que se redefina esta tão limitada e difícil rede de vias. De plano reticulado e regular, o novo Bairro de Camões traça o amplo eixo Rua do Conde de Redondo – Rua Joaquim Bonifácio – Rua Jacinta Marto que vem ligar a Rua de Santa Marta à realinhada e alargada Carreira dos Cavalos, desde então conhecida por Rua Gomes Freire, e ainda à Rua dos Anjos. Dessa nova 'circular' parte a Rua Luciano Cordeiro que encontra no seu término a alameda que liga Santo António dos Capuchos ao Campo do Curral. É de referir que esta é a única via que, além da redesenhada Carreira dos Cavalos, vem ligar esse mesmo campo, agora conhecido por Mártires da Pátria, ao novo esquema viário das Avenidas Novas. Deste modo, apesar do excerto norte da colina se ver amplamente urbanizado e facilmente acedido, a rede de serpenteantes, estreitas e íngremes vias do seu mais antigo tecido urbano permanece em grande parte inalterada. Não há dúvida de que o topo da colina e a sua rede viária abandonam a condição de península, no entanto, dificilmente se poderá dizer que o antigo tecido das suas encostas, vales e pequenos cabeços se tenha visto extensamente articulado com essa mesma rede agora inaugurada. A articulação que de facto se verificou entre os dois tecidos foi conseguida através da destruição de partes do tecido existente – note-se a Rua de Santa Marta com Avenida Duque de Loulé e a Travessa do Enviado d'Inglaterra com Rua do Conde de Redondo – de terraplanagem e de aterros – atente-se na Rua Luciano Cordeiro e na considerável altura que ganhou relativamente à cerca do convento de Santa Marta.

Servindo-se de idênticos processos, a Avenida Rainha D. Amélia, hoje conhecida por Almirante Reis, vem atravessar, em igual período, o já consolidado tecido do vale de Arroios. Iniciando a sua subida na Rua Nova da Palma, traz à encosta nascente da colina novas dinâmicas populacionais que justificam o desenvolvimento urbano para lá da envolvente imediata do amplo eixo. Surge assim uma pequena urbanização nas imediações do hospital do Desterro que tem como via principal a Rua Capitão Renato Baptista.

Por sua vez, na encosta poente da colina, intensifica-se, no último quartel do século XIX, a ocupação do sítio do Torel. São vários os pequenos palacetes revivalistas de grande unidade estética que vêm redesenhar este excerto da colina até então, e desde meados do século XVIII, apenas habitado pela propriedade e palacete do Torel, origem do topónimo do sítio.

Finda a descrição do complexo tecido que hoje cobre a colina, dos momentos da sua conformação de maior importância e dos eventos das vidas das populações que nele se reflectiram, é possível concluir que a forma urbana que hoje nela observamos resulta não só de um exercício de composição de sucessivas adições, destruições e substituições, mas também de uma íntima relação com o sítio. Os primeiros caminhos a percorrer a colina reflectem o seu relevo e hidrografia. Por sua vez, as primeiras ocupações urbanas têm lugar ao longo desses caminhos, desenhando-se as respectivas frentes de rua consoante as proporções da estrutura cadastral que os envolve, estrutura essa que se desenha não só com referência à própria rua como também ao relevo. Novamente o sítio vem influenciar a implantação das várias estruturas monásticas que encontram na colina as condições necessárias à sua subsistência, assim como a implantação das quintas de recreio de importantes famílias ou de largas estruturas como o mercado de gado e respectivo açougue. Estes elementos, quais ilhas muradas, relacionam-se com a restante cidade através de azinhagas traçadas entre as suas vastas propriedades. A ocupação urbana linear que vai transformado estes caminhos em ruas é pontualmente intercalada por áreas cujas formas são o resultado de um planeamento prévio – conjunto da Calçada de Sant'Ana, Bairro do Andaluz, Bairro de Camões e conjunto do Desterro – áreas estas que demonstram, na sua estrutura, procurar ligações ao restante tecido que com elas confina. Nos excertos de tecido já consolidados, a adição começa então a dar lugar a destruições e substituições pontuais e, portanto, a uma renovação. Poderá dizer-se, no entanto, que a necessidade de renovação poucas vezes resulta da alteração dos usos para os quais os vários elementos da colina foram desenhados. Na verdade, é de referir a extraordinária inércia da vasta maioria do tecido da colina face às radicais alterações de uso que sofreu.

São estes os traços gerais da transformação da colina que lhe conferem a imagem urbana com que os seus habitantes se identificam e pela qual nutrem um sentimento de pertença. Não resta dúvida de que a imagem de Sant'Ana resulta do intenso diálogo entre o seu sítio e a arquitectura que o povoa, das construções que nele se acumulam. O sítio é não só evidente em todas as formalizações da arquitectura – traçados, cadastro e formas tipológicas do edificado – mas também ele mesmo é um protagonista da paisagem urbana, conferindo-lhe uma fisionomia particular e constituindo um pano de fundo às sequências urbanas. Por sua vez, os vazios urbanos, espaços sociais por excelência, constituem outra importante parte da paisagem urbana da colina, tal como o edificado singular que pontualmente os confina e desenha. Atente-se tanto no Campo Mártires da Pátria como nas numerosas estruturas conventuais e na sua capacidade de continuamente integrarem a identidade da colina apesar das radicais transformações dos seus usos.

### 3.2 DO ASILO AO HOSPITAL DE SANTA MARTA

Assim como a heterogénea cidade histórica conserva a memória dos vários momentos que a construíram, também as estruturas que teimosamente nela persistem conservam os vestígios dos vários eventos que antecedem as suas actuais formas. Sendo o convento de Santa Marta uma dessas teimosas estruturas, será pertinente, com o fim de verdadeiramente conhecer a forma que hoje lhe observamos e de lhe identificar os traços que a têm vindo continuamente a desenhar, atentar-se no demorado processo que a erigiu e transformou.

É em 1570 que o percurso desta casa religiosa se inicia. Fundada com o fim de albergar as órfãs e viúvas dos serviçais reais vitimados pela grande peste de 1569, vem instalar-se, como foi atrás mencionado, num terreno ao largo da estrada do Valverde, a norte do Bairro do Andaluz. São assim asseguradas a fertilidade dos terrenos pela proximidade a uma linha de água e a fácil assistência à comunidade de religiosas pela contiguidade não só a uma área já urbanizada, mas também a um dos principais eixos de saída do núcleo da cidade. Era tal a vocação das jovens, pela qual viviam em clausura voluntária, que em 1577, ao cabo das intervenções dos padres da Companhia de Jesus da casa de São Roque e do Arcebispo de Lisboa, recebem autorização por parte do Papa Gregório XIII para a conversão do asilo em convento regido pela ordem de Santa Clara e pelos seus princípios de clausura e pobreza.

A construção das novas dependências do convento inicia-se em 1583 e prossegue ao longo dos próximos anos de acordo com o projecto de Nicolau de Frias. Ainda que não se veja concretizado por inteiro, este primeiro projecto não só desenhará a capela-mor da igreja, mas também delineará o seu corpo, a cozinha e o refeitório. Como vestígio mais claro deste inicial momento de construção, resta o tecto da capela-mor, visível por entre uma 'fresta' aberta no segundo tecto que hoje o cobre. É de mencionar a influência que D. Helena de Sousa tem na execução da capela-mor, a qual se vê concluída em 1593 em boa parte devido aos seus donativos. Suportando todos os seus custos, inclusivamente os da sua posterior decoração, esta senhora vê garantida a possibilidade de não só erigir a sua residência sobre a sacristia, mas também de abrir nela uma tribuna na qual assistiria às funções litúrgicas.

Com vista a completar esta primordial estrutura conventual, em 1612 dá-se início a novas obras, desta vez em conformidade com o projecto de Pedro Nunes Tinoco. É de referir que o novo desenho não se limita apenas a colmatar a estrutura existente, procurando, por outro lado, conferir-lhe tanto uma organização mais adequada ao quotidiano da comunidade religiosa como uma proporção e estilo compatíveis com os princípios dessa mesma comunidade.

Considerando que a igreja traçada por Nicolau de Frias não se coadunava com a grandeza prevista para a estrutura conventual, pelo seu novo projecto, Nunes Tinoco adapta a já finalizada capela-mor, introduzindo no seu interior a sua nova versão, e desenha, condicionado pelo anterior plano, a nave e os coros. Também as dependências conventuais – a sacristia, a sala do capítulo, a cozinha, o refeitório, as salas de trabalho, os

lavatórios, a roda dos enfeitados e a portaria, no piso térreo, organizadas em torno do claustro que medeia a circulação entre elas, e os dormitórios e biblioteca que se distribuem nos pisos superiores – são desenhadas e redesenhadas por este arquitecto régio. A sala do capítulo fica assim localizada na ala norte, marginando a capela-mor, assim como a biblioteca que sobre a primeira se estende. A portaria e a roda, por sua vez, abrem-se ao exterior na ala sul. Por último, o refeitório e a sua cozinha instalam-se na ala nascente. Os mecanismos de que este novo projecto se serve para permitir o convívio entre o isolamento das professoras, a presença de auxiliares às lides da igreja, da casa e da cerca, e a visita de fiéis são sugeridos pelo modelo funcional que se foi consolidando com cada casa clarissa. Atente-se na espessura da parede utilizada enquanto espaço de mediação entre o exterior – os visitantes – e o interior – a comunidade – através de bolsas comunicantes ou de rodas. Atente-se ainda na igreja, implantada longitudinalmente à Rua de São José para onde abre a sua porta lateral, e no facto de esta não permitir acesso ao claustro, à sala do capítulo ou aos coros. É verdade que tanto o coro-baixo, sobrelevado em relação à nave, como o coro-alto espreitam a igreja por entre as treliças que vedam as suas aberturas, no entanto, a partir de nenhum deles é possível aceder-lhe.

As áreas de cultivo e jardins são, por outro lado, desenhadas de acordo com um modelo funcional que não diz respeito apenas à regra clarissa. Murado ao longo do seu perímetro, o território da cerca contém hortos, pomares, poços, tanques e pequenas áreas de lazer ajardinadas que, além da subsistência da comunidade que deles depende, procuram garantir um ambiente propício tanto à meditação e repouso, como ao lazer e exercício físico. Não esquecendo que se trata de uma comunidade que vive em clausura, é de referir que estes espaços e elementos exteriores constituem por isso uma importante parte da realidade em que ela se move.

Assumindo que o desenho dos espaços exteriores desta estrutura monástica não se transforma radicalmente entre o projecto de Pedro Nunes Tinoco e as cartografias elaboradas, em meados e finais do século XIX, respectivamente por Filipe Folque e por Francisco Goullard, isto por em fonte alguma se referir novo projecto que os tenha como objecto de intervenção, procede-se não só à enumeração dos seus elementos, que se julgam assim já existir em inícios do século XVII, mas também à descrição da respectiva geometria. A nascente do edifício conventual estende-se, ao longo do desnível da colina, um talhão de generosas proporções em que se organiza o horto da cozinha, sucedendo-lhe um segundo talhão, a uma cota superior, ocupado pelo horto da botica com as suas ervas aromáticas e medicinais, por um lago, por um poço e ainda por aquilo que se poderá considerar uma casa de fresco; envolvendo-os, um pomar de numerosas árvores, possivelmente macieiras, pereiras e figueiras, espria-se até ao limite murado, atraindo pássaros e contribuindo para a biodiversidade deste pequeno terreno murado. Quatro estreitos caminhos atravessam este largo território, um a eixo dos talhões, dois acompanhando os seus muros de suporte e um último ao longo do limite sul deste território, marginando o alto muro até ao portão que se depara com a Travessa de Santa Marta e a Rua do Passadiço. A transição entre o edifício conventual e este território é conseguida através de um par de escadas articulado com um corredor que prolonga a galeria sul do claustro. A norte, por sua vez, organiza-se um pomar de citrinos numa sucessão, talvez anárquica quando

comparada com o desenho dos já mencionados talhões, de irregulares patamares murados. Por último, o jardim formal contido pelo claustro, procurando aludir ao éden, desenha-se com recurso a estatuária, à água e a vegetação de grande valor simbólico, da qual é exemplo a roseira ou a figueira.

Se a organização dos usos e o desenho dos espaços da estrutura conventual são essencialmente regidos por um conjunto de princípios com origem ora no tipo funcional do convento feminino, ora na regra espiritual clarissa, a linguagem com que essa organização e desenho se concretizam é opção do arquitecto e do seu tempo. Nunes Tinoco é neste período influenciado tanto pela estética maneirista, como pelos modelos de influência vernacular segundo os quais são desenhados os edifícios da Companhia de Jesus. Não esquecendo a influência que os padres de São Roque têm não só na fundação da casa de Santa Marta, mas também no apoio espiritual da sua comunidade, poderá assumir-se que os princípios formais e estéticos da arquitectura da Companhia de Jesus tenham estado especialmente presentes na concepção do projecto de Nunes Tinoco. O estilo chão com que então se concretiza a casa de Santa Marta, informado pelas influências mencionadas, concede-lhe uma estrutura robusta e nitidamente assumida, intercalada por simples e claras superfícies planas. A decoração, de azulejo na sua maioria, mas também de talha dourada ou de frescos, vem responder, no interior da estrutura conventual, à franca nudez das suas formas.

É com este fim que, terminada a obra do conjunto em 1636, se iniciam em 1675 os seus trabalhos de ornamentação. Estando estes dependentes das pontuais doações de famílias nobres ou de irmandades religiosas, viriam a prolongar-se, claro está, com interrupções, ao longo do século seguinte. Inicialmente é dada primazia aos locais de culto e às suas imediações, tendo-se prolongado até 1700 o revestimento em azulejo da capela-mor, do corpo da igreja, das capelas laterais, do coro-baixo e dos nichos que se abrem no claustro. É de mencionar que é com esta intervenção que o maneirismo se vê introduzido na prática da azulejaria portuguesa. Também o barroco vem entretanto contaminar os simples interiores da estrutura conventual. Um retábulo em talha dourada é assim introduzido na igreja, assim como os painéis de azulejo pintados a azul-cobalto por Gabriel del Barco são aplicados numa das dependências do convento e grutescos se vêem pintados nos tectos do coro-baixo e da capela-mor.

Em 1701 é iniciada nova intervenção no claustro, desta feita com vista à sua recuperação e decoração. João Antunes, o autor do projecto, respeitando o desenho inicial, prevê apenas o reforço da estrutura já existente e a instalação tanto de lambris em azulejaria azul-cobalto nas suas galerias como de um chafariz central, qual ensaio de ornamentação barroca integrada num tradicional esquema maneirista. Também sob a sua direcção, a ala nascente da estrutura, ocupada por dormitórios nos dois pisos superiores, se vê ser expandida para norte em 1719.



Figura 24. Convento de Santa Marta, por Filipe Folque, 1857

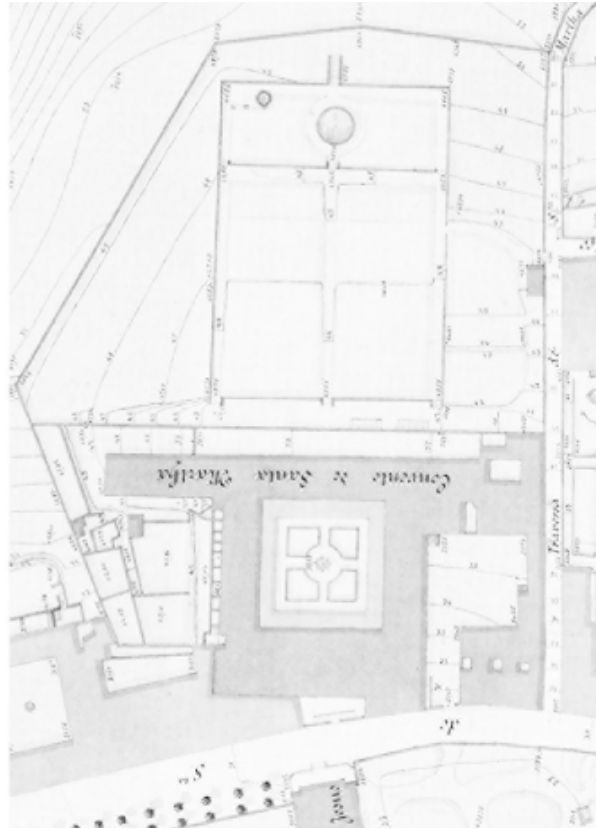


Figura 25. Convento de Santa Marta, por Francisco e César Goullard, 1878

Figura 26. Convento de Santa Marta, por Silva Pinto, 1910

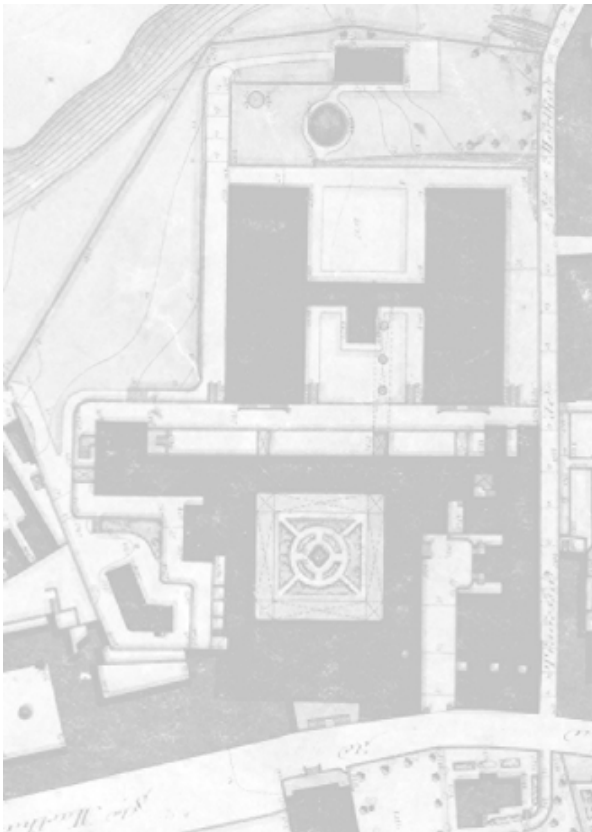


Figura 27. Convento de Santa Marta na actualidade



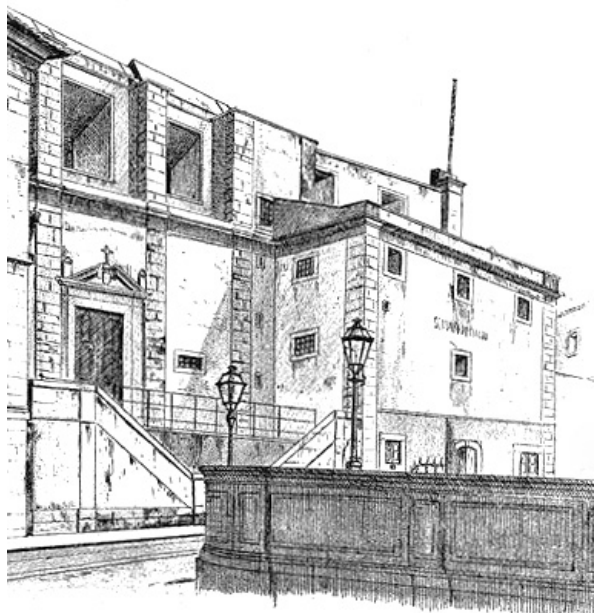
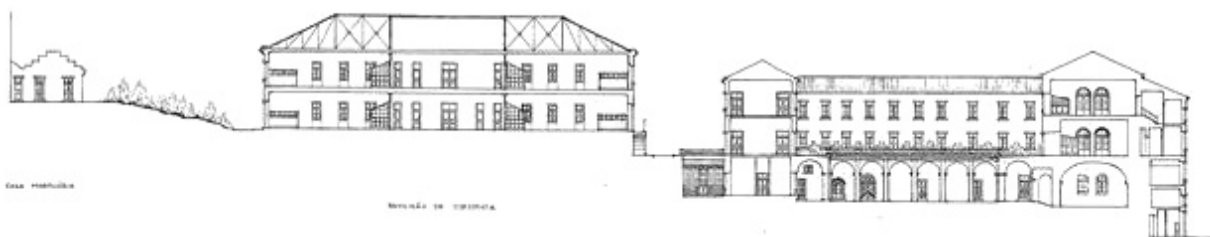
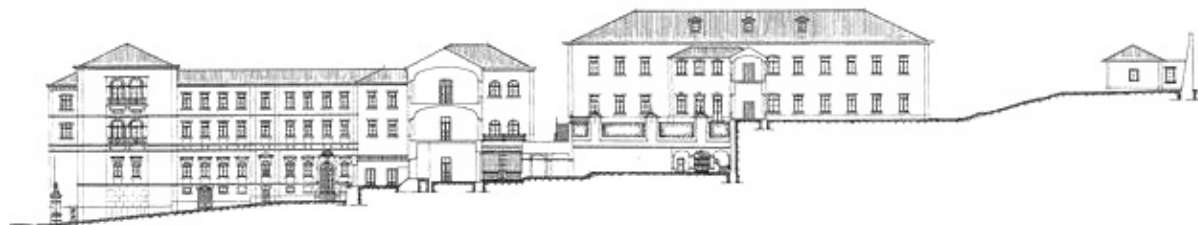


Figura 28. Fachada poente da igreja anterior à intervenção hospitalar



Figura 29. Fachada do novo edifício de consultas externas, por Joshua Benoliel, 1912

Figura 30. Secções longitudinais do Hospital Escolar de Santa Marta



Culminando o demorado processo de decoração do conjunto conventual, já em 1730 se inicia o revestimento da sala do capítulo. Os painéis de azulejo onde figuram episódios religiosos a azul-cobalto e que, por completo, cobrem a sala já em 1740 são da autoria de Valentim Almeida.

Mais cedo do que esperaria a comunidade de professoras, é em 1755, no rescaldo do grande terramoto, que novas obras de recuperação são exigidas pela estrutura conventual. Ainda que os danos causados pela catástrofe sejam de pequena gravidade, são os necessários a levar as religiosas a refugiarem-se em barracas apressadamente erigidas sobre os terrenos de cultivo, barracas que só viriam a abandonar após a conclusão das obras de recuperação.

O segundo e último momento em que a vida da congregação se vê radicalmente transformada tem lugar já em 1834, com a Reforma Geral Eclesiástica. O encerramento definitivo da instituição conventual apenas se dará com a morte da última professa, em 1889, ano em que a estrutura é cedida à Irmandade dos Clérigos Pobres que aí funda o Hospício do Clero. A presença desta congregação é, no entanto, breve, sendo anulada a concessão que lhe garante a gestão da estrutura conventual já em 1903.

No mesmo ano, Hintze Ribeiro, presidente, à época, do Conselho de Ministros, cede a Curry Cabral a propriedade de Santa Marta. De modo a receber os serviços do já desajustado Hospital do Desterro, este médico, professor e investigador, encomenda ao engenheiro Luiz Pereira um projecto para a profunda transformação do conjunto conventual que lhe permita vir a responder às exigências funcionais e de higiene de um moderno hospital.

Em três anos apenas, entre 1905 e 1908, Santa Marta alterar-se-á por completo. As suas fachadas, com excepção das da igreja, são redesenhadas: uma nova composição de vãos, claro está, com diferentes proporções e cantarias, de frisos e de outros elementos de decoração é traçada na fachada sul da ala sul; por sua vez, as restantes fachadas vêem somente os seus vãos transfigurados, que igualam assim as proporções, mas não as cantarias um pouco mais elaboradas da já descrita fachada sul. Também as decorações de azulejaria do claustro se vêem com novos remates desenhados num barroco revisitado; a galeria do primeiro piso, por seu lado, vê-se agora forrada com painéis consonantes com os remates acrescentados no piso inferior.

Substituindo o corpo que, ladeando a Rua de Santa Marta, permitia as transições entre os coros, ergue-se agora um edifício cujo desenho da fachada em muito corresponde à prática cénica praticada no restante conjunto. Nele têm lugar as consultas externas e o dispensário.

São igualmente alterados os pés-direitos do conjunto que ganha assim pisos técnicos a par de um quarto piso que mais claramente transforma aquelas que terão sido as proporções de parte dos espaços do piso térreo. A sala do capítulo, numa intervenção com vista ao restauro do seu tecto, vê igualmente a sua espacialidade alterada. A transição entre os vários pisos é agora conseguida não só por um novo conjunto de amplas escadas, mas também por elevadores e monta-cargas.

Sobre o talhão do horto da cozinha, erguem-se agora dois largos pavilhões que comunicam entre si através de uma galeria que, por sua vez, estabelece ligação com o antigo edifício conventual através de uma passagem subterrânea que a une ao corredor que anteriormente conduzia as professoras às escadas que as levariam aos terrenos de cultivo. Estes terrenos mantêm apenas o seu espelho de água e a vocação de espaço recreativo, tendo o seu desenho sido completamente transfigurado.

Findas as obras de conversão, a estrutura hospitalar com as suas quinze enfermarias, trinta e quatro quartos e capacidade para setecentos doentes fica vazia e expectante durante dois anos, sendo, por fim, cedida à Escola Médico-Cirúrgica em 1910. Os serviços do Desterro não chegam assim a abandoná-lo e Santa Marta, apesar do enorme esforço da sua conversão, vê-se ocupado para um fim distinto. Em 1927, a igreja, já despojada de qualquer objecto de culto e da larga maioria da sua decoração, com excepção apenas da sua azulejaria, é também cedida à mesma instituição que a ocupa com o seu economato. Por sua vez, a sala do capítulo vê-se, no decorrer da década de quarenta e num processo de adaptação às funções de museu e de sala de aula, alvo de uma intervenção de 'restauro' que preenche vazios dos seus painéis de azulejo com peças de outras origens.

Em 1950, a estrutura hospitalar é integrada nos Hospitais Cívicos de Lisboa e sete anos mais tarde são iniciadas obras de remodelação com vista à instalação dos serviços de cardiologia e cirurgia cardíaco-torácica. Tanto os pavilhões edificadas no início do mesmo século como a antiga estrutura conventual sofrem intervenções que apenas serão finalizadas em 1960. Um dos exemplos dessas operações é a conversão do coro-baixo em capela, com a qual se vedam as aberturas que outrora terão permitido às professoras assistir à liturgia e se revestem as paredes com um lambrim de azulejo branco e os pisos com parquet.

A última grande obra a que o complexo é sujeito levanta, entre 1971 e 1983, ao largo da Rua de Santa Marta e em contiguidade com os coros baixo e alto, um novo bloco com seis pisos destinados às consultas externas e aos serviços administrativos. Desde então e até aos dias de hoje, apenas obras de beneficiação e restauro têm lugar na antiga estrutura conventual: em 1994 substitui-se o pavimento das galerias do claustro e restauram-se tanto a azulejaria do conjunto como as fachadas da igreja, já em 2001 procede-se ao restauro dos interiores da igreja e, por último, em 2003, iniciam-se obras de requalificação da sacristia e do coro-baixo.

Nos seus 431 anos de existência, o sítio de Santa Marta viu-se, num complexo processo que mediou reconstruções, adições, extensões, destruições e restauros, capaz de permanecer com e apesar das enormes transformações a que foi sujeito. A cidade foi-se consolidando em seu torno e a outrora ilha monástica construída nas margens da estrada do Valverde e do Bairro do Andaluz, viu-se envolvida pela ordenada cidade liberal de oitocentos. Nela não têm lugar a sua forma, que permanece como se de uma cicatriz se tratasse, nem o seu uso que, por outro lado, cedo se vê substituído pelo hospitalar.

Não há dúvida de que é grande a inércia dos traços gerais da estrutura conventual e grande a transitoriedade dos usos que a ocupam. Note-se que a forma tipológica da casa claustral mantêm-se sem qualquer

alteração, muito embora, como se verificou, a compartimentação e parte do sistema distributivo que primeiramente nela se desenharam se tenham transformado com a conversão de usos. As alas dessa casa claustral receberam adições, extensões, novos pisos, nova compartimentação, mas o vazio que confinam preserva a mesma clareza e o mesmo papel distributivo com que inicialmente foi desenhado. De facto, tanto as galerias do claustro, como os corredores interiores que ladeiam o seu vazio preservam o mesmo papel preponderante que possuíam já no primordial sistema distributivo da casa conventual.

É de referir que as galerias do claustro são dos poucos espaços que chegam aos dias de hoje muito próximos da sua condição inicial; a igreja, a sacristia, a sala do capítulo e o coro-baixo que, preservando uma espacialidade próxima daquela com que inicialmente foram desenhados e mantendo grande parte dos seus revestimentos, completam esse conjunto de espaços. A sua perseverança poderá dever-se à singular experiência espacial que possibilitam tanto pelo seu desenho longamente apurado, como pelas artes decorativas que complementam e enriquecem esse desenho. Esse apuramento deve-se não só aos sucessivos modelos que precedem este conjunto de espaços, mas também às intervenções pontuais que o foram rematando. Poderá adivinhar-se semelhante apuramento no desenho da fachada da igreja que até hoje e, neste caso, sem qualquer transformação se levanta ao largo da Rua de Santa Marta.

Também o modo como esta vasta estrutura se abre à cidade se mantém muito semelhante ao original: a sua entrada principal, ainda que redesenhada pela mais recente adição à estrutura, o edifício de consultas externas, coincide com o outrora largo portão da estrutura conventual. Por sua vez, a área hoje ocupada pelos dois largos pavilhões hospitalares abre apenas, tal como quando se encontrava preenchida pelos campos de cultivo, passagens de serviço: no excerto sul do alto muro, o portão que se deparava com o término da rua do Passadiço, é substituído por outro próximo da extremidade nascente da propriedade; no vértice em que se encontram os muros que limitam a propriedade a norte e a nascente abre-se agora uma nova passagem para a também nova Rua da Sociedade Farmacêutica. Deste modo, não há dúvida de que o sítio de Santa Marta continua a dar primazia à sua relação com a corredoura das Portas de Santo-Antão e, portanto, com o núcleo mais antigo da cidade, em detrimento da sua relação com o topo da colina e com o mais recente tecido que a cobre.

Por último, é de referir que, apesar de a ampla propriedade preservar o seu limite face à crescente pressão urbana, as movimentações de terra que a malha ordenada do tecido oitocentista implica levam à transformação daquela que seria a relação do território murado com a sua envolvente. Vendo-se, outrora, não só fisicamente isolado, mas também visualmente inacessível, este território vê-se agora, qual logradouro, exposto às traseiras dos altos edifícios que ladeiam a Rua Luciano Cordeiro.

São estas as permanências que têm vindo continuamente a informar o devir do sítio de Santa Marta. Poderá sugerir-se e deverá até afirmar-se que, em qualquer futura intervenção, deverão ser estes traços, tanto gerais, como particulares, a desenhar, salvaguardando assim a imagem do conjunto, os vários futuros sítios de Santa Marta.

## 4 DE SANTA MARTA À CIDADE

*“O que se constrói deve ser para durar, mas não deve ser um colete-de-forças, permitindo alternativas de uso e uma facilidade de adaptação a alterações funcionais. O convento é um exemplo formidável.”*

Á. Siza Vieira

Não resta dúvida de que a forma tipológica de que muito se serve o programa conventual é notavelmente versátil, versatilidade essa que é atestada com clareza pela casa claustral de Santa Marta. Comprovando e reforçando novamente a sua polivalência e valor patrimonial, é no contexto do eminente encerramento dos serviços dos Hospitais Cívicos de Lisboa que se vem propor não só um novo uso para o sítio de Santa Marta mas também, e acima de tudo, uma intervenção que tenha como pretensão ser apenas uma das muitas a ocorrer no seu devir.

Partindo então deste princípio de contínua e gradual transformação, de convívio de diferentes tempos que se moldam constante e reciprocamente, com que tanto o sítio de Santa Marta, como a colina de Sant’Ana se vieram a consolidar, propõe-se um conjunto de novas construções e também de pontuais destruições e substituições. Neste conjunto de acções, além do princípio pelo qual se rege, deverá ser nítida a intenção (i) de relacionar dois tecidos urbanos distintos que neste momento convivem apenas à margem um do outro e (ii) de valorizar o património ainda visível bem como aquele que, apesar de desaparecido, continua tangível na estrutura que hoje observamos, (iia) recuperando traços da outrora estrutura conventual, traços esses a que o conjunto deve a sua imagem e que, poder-se-á afirmar, se tem vindo a ver diluída com cada construção irreflectida, e (iib) valorizando os traços que lhe imprimem tão notória permanência. Não esquecendo a influência que o conjunto monástico e hospitalar continuamente tem tido nas dinâmicas urbanas e populacionais da colina de Sant’Ana, é ainda da maior importância definir devidamente a nova vocação funcional desta estrutura. Trata-se, sem dúvida, de uma extraordinária oportunidade para a integração, num tecido urbano e social denso, envelhecido e essencialmente habitacional, de serviços que requalifiquem o quotidiano desta colina e igualmente do centro histórico da cidade de Lisboa.

Envolvido a norte e a nascente pelo largo e ordenado tecido da Lisboa de oitocentos e a sul e a poente pelo exíguo e serpenteante tecido dos arrabaldes de quinhentos, Santa Marta, qual enclave que se transfigura em rótula de ligação, é a oportunidade para a articulação de dois tecidos que tão poucas vezes se encontram. É com esse fim em mente que se propõe, por um lado, o atravessamento pedonal entre o beco da Rua da Sociedade Farmacêutica e o término da Travessa de Santa Marta e ,por outro lado, a reconsideração do modo como o sítio de Santa Marta encontra o comprido quarteirão ladeado pela Rua Luciano Cordeiro. Os dois novos edifícios desenhados contiguamente aos limites nascente e nordeste da propriedade, assim como um terceiro que remata a frente poente da Sociedade Farmacêutica, vêm assim tentar articular duas estruturas que até aí apenas chocavam no seu enclausuramento. Também a frente que os logradouros desse quarteirão desenhavam ao território murado da antiga estrutura conventual se vê reconfigurada com este conjunto de três corpos. Os dois primeiros,

erguendo-se ao nível desses logradouros, redesenham o muro com as suas cêrceas contínuas e, deste modo, o limite visual da propriedade. Nesta posição ambígua entre a condição de blocos que rematam um quarteirão e de muros que encerram os terrenos da outrora estrutura conventual, ambos negam a sua condição de edifício, exibindo fachadas pontuadas por um número reduzido de estreitos vãos e abrindo-se, por isso, em sucessivos pátios. O terceiro, por sua vez, afirma claramente ser apenas mais um no conjunto de vários blocos que, construídos acronicamente, conformam o quarteirão. Por último, o atravessamento pedonal procede-se ao largo destas novas adições que, ao encontrarem a travessa e a rua, se abrem em largos pátios, quais dispositivos de transição. Poderá considerar-se que a primazia que o conjunto de Santa Marta sempre deu à sua relação com a estrada do Valverde se vê assim finalmente equiparada pela abertura da sua cerca ao quotidiano de Sant'Ana e do respectivo topo.

Esta tão peculiar estrada do Valverde de tão peculiar frente de rua vê, por seu lado, o sítio de Santa Marta abrir-se-lhe tal como o fazia em tempos conventuais. Demolido o bloco hospitalar das consultas externas e liberta a fachada sul dos coros, ergue-se agora um novo edifício, de proporções mais comedidas e, poderá argumentar-se, de cêrcea mais consonante com aquelas que o envolvem, no mesmo local onde outrora se teria encontrado um conjunto de baixas habitações que em muito se assemelhavam às que ainda hoje se erguem no vizinho Bairro do Andaluz. Com este edifício, desenha-se um pequeno largo murado que, enquanto recupera, através do muro, aquela que terá sido a relação do conjunto conventual com a Travessa de Santa Marta, oferece a esta última a largueza de áreas que dificilmente se encontra em qualquer outro espaço público do contíguo Andaluz.

Também a demolição dos dois largos pavilhões hospitalares e construções anexas vem tornar possível recuperar tanto a vocação funcional original do território em que se erguiam como parte da sua primitiva espacialidade. É de referir que os novos edifícios limítrofes, desenhando, como foi já mencionado, um novo limite físico e visual a este espaço, contribuem de igual modo para a recuperação de algum do isolamento tão característico das cercas conventuais femininas. É também de mencionar que este novo vazio contribui, a par desses novos edifícios que tanto reformulam o limite do sítio de Santa Marta, como rematam o quarteirão da Luciano Cordeiro, para a articulação dos dois tecidos distintos envolventes e para a transição entre eles.

Tanto o desenho como os usos deste largo espaço que vem assim integrar o pequeno conjunto de áreas verdes públicas da colina, inspiram-se nos do outrora território conventual. Dois talhões estendem-se assim ao longo do declive do território em geometrias que se poderão relacionar com as dos dois talhões conventuais. O primeiro, tirando proveito da plataforma de nível criada para a instalação dos amplos pavilhões hospitalares, vê em si instalado um moderno 'horto da cozinha' que, tal como o conventual, se propõe auxiliar na subsistência da comunidade e dos serviços que se vierem a instalar neste conjunto. O segundo talhão, sobrelevado em relação ao primeiro, é ocupado, no seu excerto de maiores dimensões, por um jardim de cheiros ou um também moderno 'horto da botica'; por sua vez, o seu excerto que confina com a Travessa de Santa Marta vê-se ocupado por um pequeno pomar. Já próximo do nível da plataforma em que assentam os novos edifícios-muros, também

contiguamente à travessa, se instala um segundo pomar. Tratando-se, a referida plataforma, do nível de maior altura deste novo arranjo paisagístico, é neste passeio sobranceiro às áreas de cultivo que se processa o atravessamento mais directo entre o já mencionado beco e travessa. É de mencionar que, para lá das descritas áreas produtivas, também pequenos jardins se sucedem, a norte dos amplos talhões, conduzindo ao referido passeio quem deambula entre os muros desta nova estrutura verde.

A norte da primordial estrutura conventual, na sequência da demolição das dependências hospitalares e das adições adoçadas à ala norte conventual, instala-se um pomar de citrinos distribuído por um conjunto de patamares murados de diferentes níveis. A ele é possível aceder-se através de uma rampa que, tendo início no pátio de entrada norte, acompanha e vem tornar mais espessos os muros noroeste e poente à medida que se abre aos vários patamares a ela contíguos.

Por fim, também ao largo da ala nascente do corpo claustral, com a demolição dos acrescentos hospitalares que vieram ocupar o outrora pátio conventual, se recupera a relação que este corpo outrora manteve com o território da cerca. Além de o seu piso térreo ter de novo a hipótese de se estender para o exterior, o conjunto vê-se a reaver o par de escadas que, desse pátio, levaria as professoras aos seus terrenos de cultivo. Ao lado desta reconquista, mantém-se a ligação subterrânea que o hospital traçou entre a casa conventual e os largos pavilhões. Ora, desaparecidos os pavilhões, este longo corredor termina agora numa rampa que ascende aos hortos.

Recuperado, em grande medida, o modo como a primordial estrutura conventual se relacionava não só com o território contido pela sua cerca mas também com a Rua de Santa Marta e a travessa sua homónima, e valorizados, de igual modo, alguns dos traços a que o conjunto deve tanto a sua permanência como a sua imagem, deve proceder-se a igual recuperação e valorização dos espaços que teimosamente têm vindo a habitar a casa claustral e de desenhar condignamente os restantes que se viram deturpados pelas vicissitudes hospitalares.

Removidos os pisos técnicos e aquele que entretanto se acrescentou entre o piso térreo e o piso da galeria claustral, redesenham-se os acessos verticais e, claro, o restante sistema distributivo. Este possui agora, quais gonzos, dois núcleos principais nos encontros da ala nascente com as alas sul e norte. O primeiro ocupa o mesmo corpo em que se encontrava já o hospitalar e o segundo instala-se num novo corpo de semelhantes proporções que se vem adoçar às duas alas, a nascente e a norte. Destes núcleos, a que se juntam os lavatórios, partem corredores contíguos ao vazio claustral que tanto ligam os dois núcleos como se estendem até à ala poente.

Sendo o piso térreo rico em património conventual, propõe-se recuperar algumas das suas primordiais espacialidades através da remoção da compartimentação hospitalar, da reconstituição, apenas esquemática, tanto dos pés direitos como dos tectos conventuais e da aplicação de revestimentos consonantes com os originais.

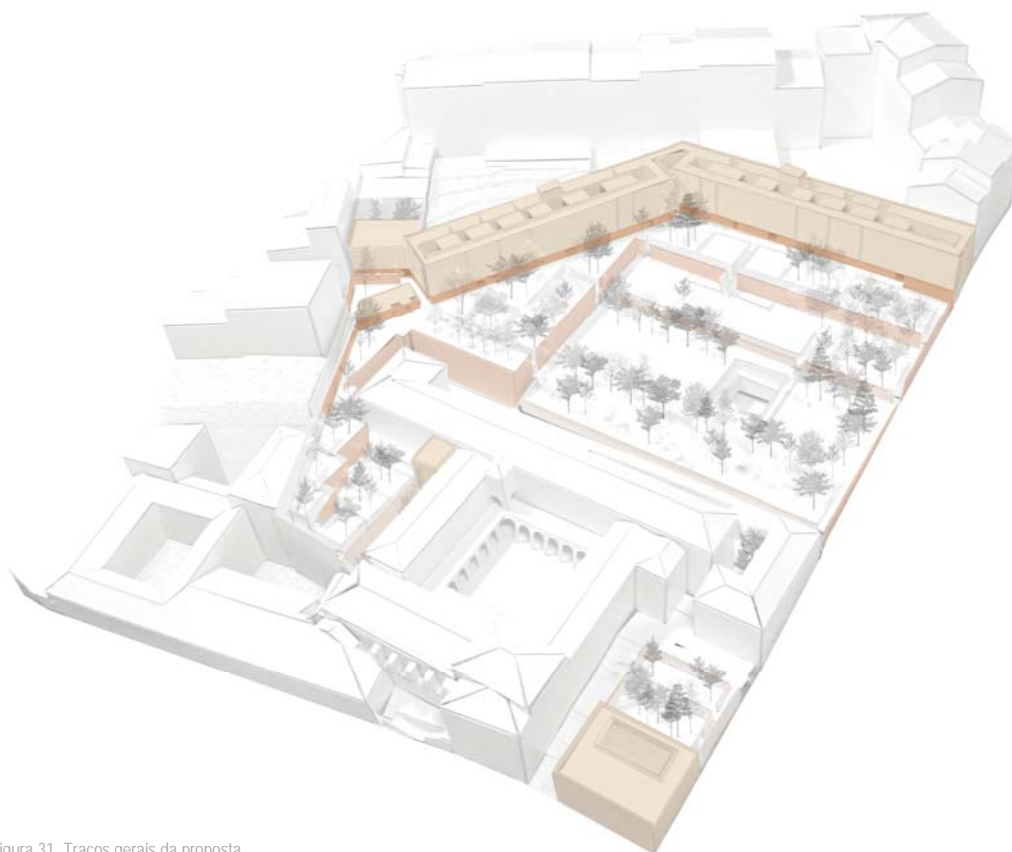


Figura 31. Traços gerais da proposta

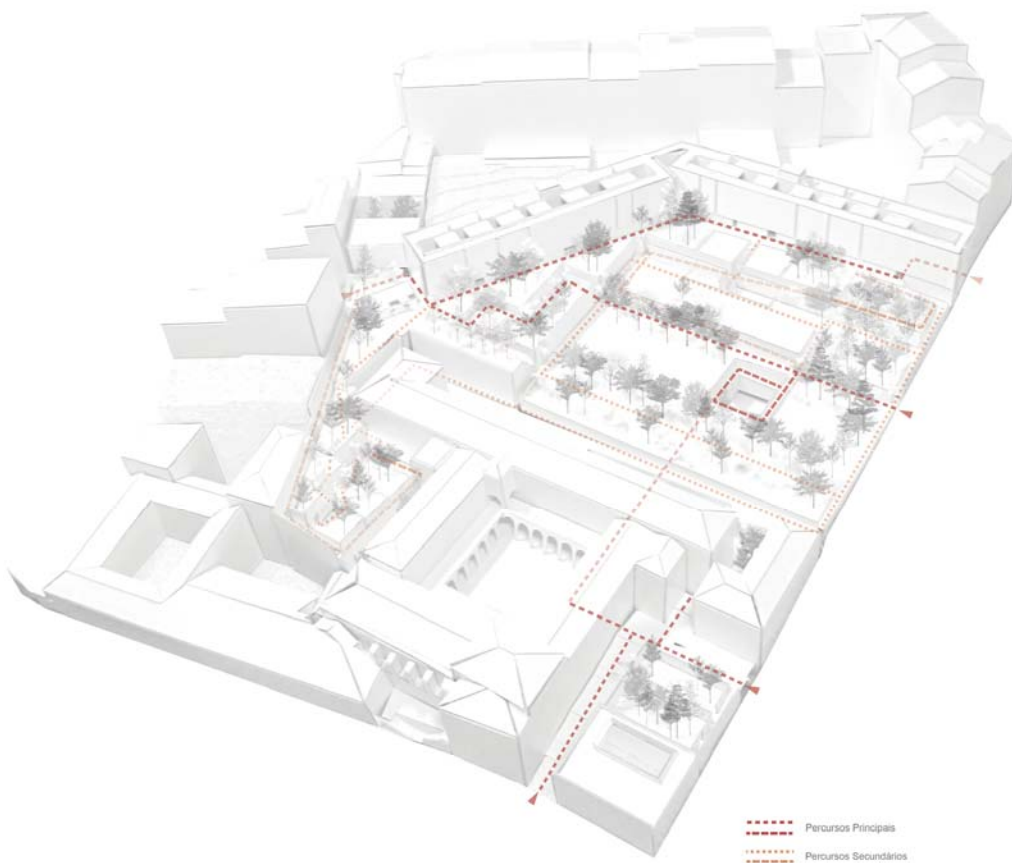


Figura 32. Possibilidades de atravessamento do recinto

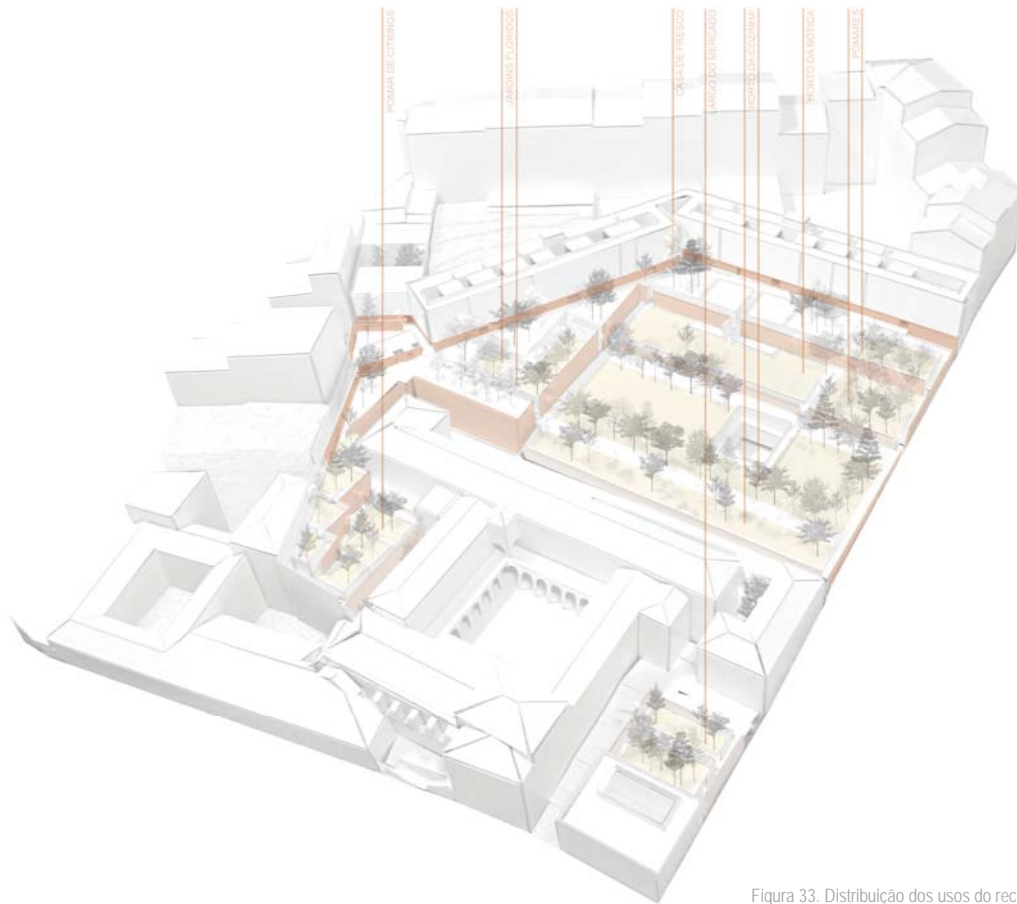


Figura 33. Distribuição dos usos do recinto

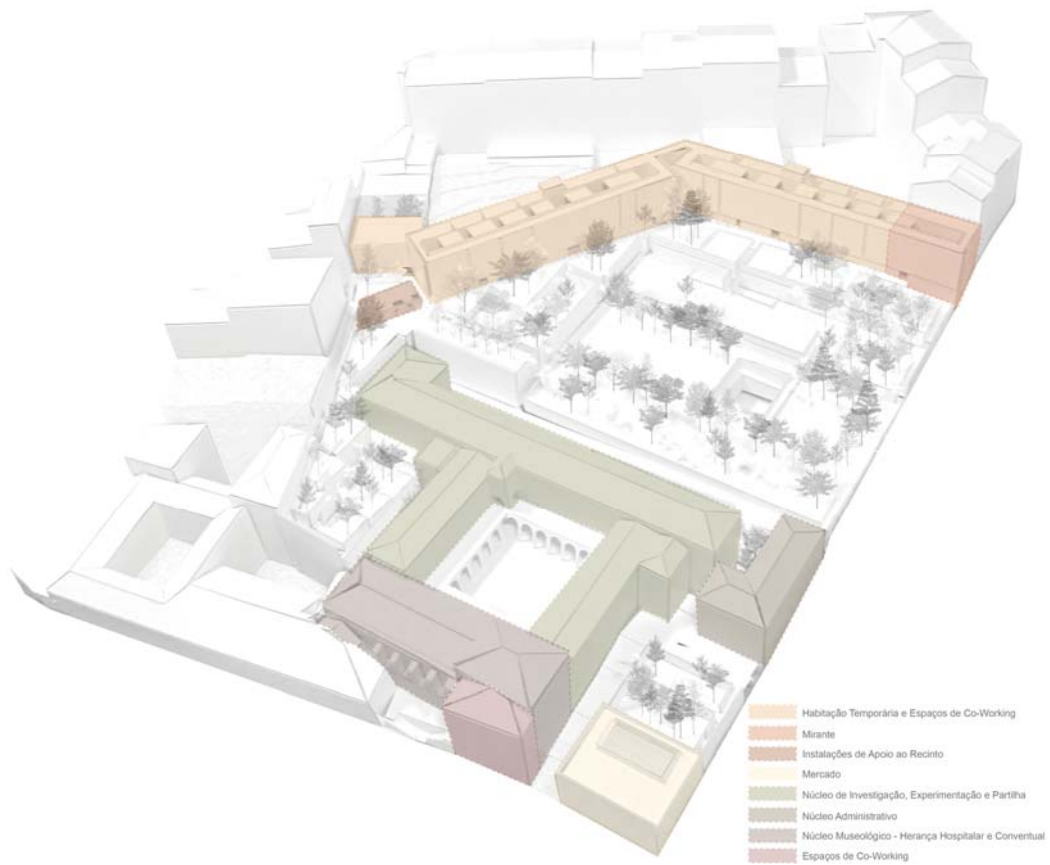


Figura 34. Distribuição dos usos do edificado

Findas estas operações de destruição, substituição e adição, importa agora assegurar a salvaguarda deste conjunto e da sua imagem através de usos que sejam não só adequados à sua escala e dignos do seu património mas também aptos a suportar a sua manutenção. A escolha destes usos, tal como se mencionou anteriormente, não deverá de igual modo esquecer a excepcional oportunidade que este conjunto representa para a requalificação do quotidiano de Sant'Ana e até do centro de Lisboa.

É com estas preocupações que se sugere a apropriação do sítio de Santa Marta por um conjunto heterogéneo de usos que, sob o mote do alimento, contribua para a constituição de um novo sistema de interesse social e com protagonismo sócio-económico em Sant'Ana. O tema do alimento surge, por um lado, a propósito da memória gastronómica ligada às ordens religiosas, responsáveis em grande medida pelo rico património de doçaria de que a gastronomia portuguesa dispõe e, por outro lado, como continuação da vocação social do hospital de Santa Marta. Poder-se-á afirmar que tanto a gastronomia como a medicina e a religião, ainda que por vias distintas, procuram o cuidado do corpo e do espírito.

Propõe-se então que o mencionado conjunto de usos seja gerido por um novo Centro Internacional de Gastronomia (CIG). Este, respondendo a um fenómeno de crescente interesse pela tradição e simplicidade das cozinhas locais, interesse esse mediado pela paixão da inovação e experimentação, vem oferecer um espaço quer para o estudo do alimento quer para o intercâmbio cultural gastronómico. Chefes de todo mundo têm assim neste centro a oportunidade de partilhar as suas experiências e conhecimentos e de, deste modo, virem a enriquecer-se profissional e pessoalmente bem como a promover a investigação gastronómica. Vivendo no centro durante a sua estadia em Lisboa, os profissionais integram uma verdadeira fábrica de ideias em que se incluem áreas para a prática e a investigação da gastronomia cujo principal objectivo é motivar a troca activa de ideias e a frequente experimentação. Como gerador de trocas, este centro não poderia ignorar a sua relação com a cidade. Desta forma, abrindo-se a ela e procurando fazer parte activa do seu quotidiano, oferecerá um grande número de actividades gastronómicas aos seus habitantes, nas quais se incluem cursos livres, conferências e refeições temáticas.

É com estas actividades entre outras que o centro abre ao público tanto o piso térreo como o primeiro piso da casa claustral. Sob as galerias e nos espaços em que mais nitidamente se identifica a herança conventual – a igreja, o coro-baixo, a sala do capítulo e a sacristia – é possível encontrar um pequeno núcleo museológico em que tanto o processo de transformação do sítio de Santa Marta como o património conventual e hospitalar são expostos e descritos. Na ala nascente, naqueles que seriam os espaços da antiga cantina conventual e da respectiva cozinha, encontra-se agora o restaurante em que o CIG expõe os pratos dos seus visitantes ao público. Por sua vez, na extremidade sul da mesma ala, está agora instalada a secretaria e recepção do Centro. No piso superior, sobre o restaurante e a sua cozinha, estende-se a cantina dos profissionais e a sua grande cozinha comunitária de experimentação acompanhada de duas largas dispensas. Sobre a secretaria é possível encontrar duas amplas salas equipadas com o equipamento necessário à ministração dos cursos livres. Ainda no mesmo

piso, na ala sul, distribuem-se três salas de aula de apoio a esses mesmos cursos. O coro-alto vê-se agora ocupado por um auditório destinado aos ciclos de conferências. Por sua vez, na ala norte, sobre a sala do capítulo, tal como a outrora biblioteca conventual terá espalhado as suas estantes, também a biblioteca de gastronomia espalha as suas. O último piso, de acesso reservado aos profissionais visitantes, contém, além de um conjunto de espaços laboratoriais para a investigação e a inovação, na ala nascente, um outro conjunto de salas polivalentes, nas alas norte e sul. Sobre o coro-alto instala-se outro auditório também ele reservado aos profissionais.

A residência temporária que albergará tanto os chefes visitantes como outros indivíduos que se candidatem aos apartamentos vagos entre as estadias dos profissionais, ocupa os dois compridos blocos que agora redesenham os limites nascente e nordeste. Estes blocos, interligados por uma galeria interior que os atravessa, organizam ao longo dessa os seus vinte e cinco apartamentos. Estes desenvolvem-se em torno dos respectivos vazios que tanto lhes trazem luz como organizam a sua compartimentação. Sob os dois blocos estende-se um longo estacionamento subterrâneo que, permitindo a entrada de veículos pela Travessa de Santa Marta e a respectiva saída pela Rua da Sociedade Farmacêutica, garante serventia tanto às residências como aos terrenos de cultivo. Deve referir-se que é a partir de um monta-cargas existente à saída deste estacionamento que os produtos necessários às cozinhas entrarão nelas diariamente. Também o novo bloco que vem rematar a frente poente da Sociedade Farmacêutica se vê interligado aos dois blocos residenciais pela já mencionada galeria. Aqui encontram-se duas amplas salas onde se poderão arrendar espaços de trabalho.

Por fim, o bloco que vem ladear a Rua de Santa Marta vê-se ocupado por um pequeno mercado de produtos hortícolas que se desenvolve em torno do seu pátio e que se estende, em dias de movimento, para o largo contíguo.

O aluguer temporário de habitação, de estacionamento, de espaços de trabalho, de espaços de comércio, assim como as inscrições dos chefes visitantes e as actividades abertas ao público são, espera-se, as principais fontes de rendimento que permitem ao CIG não só manter a sua actividade mas também gerir condignamente a vasta estrutura do sítio de Santa Marta.

Deve reafirmar-se que o conjunto de usos descrito é apenas uma das inúmeras hipóteses de ocupação desta versátil estrutura. É por esse motivo que as operações levadas a cabo com vista à valorização tanto da própria estrutura como da sua relação com Sant'Ana e a cidade são descritas em primeiro lugar e com indiferença aos novos usos sugeridos. O contrário, tendo em conta o valor arquitectónico e urbano desta estrutura que longamente vem a perdurar, pode argumentar-se, seria além de inapropriado, contraproducente; atentaria reduzir um conjunto que vem a dar repetidas provas da sua pertinência para uma pluralidade de utilizações, a uma única leitura funcional e, acima de tudo, focar-se-ia num aspecto que, com a sua transitoriedade, pequena influência tem não só na permanência de muitos dos traços do conjunto, mas também na imagem que esses traços constroem para o conjunto.



Figura 35. O mercado reestabelecendo a relação do sítio de Santa Marta com a rua sua homônima; vista da Rua de Santa Marta

Figura 36. Entrada sul do recinto; vista do término norte da Rua do Passadiço



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é inegavelmente feita pelo convívio dos vários tempos que por ela passam. Sobrepondo novos princípios aos antigos, acrescentando outros aos existentes, vai-se construindo demoradamente e em constante tensão consigo própria. Os seus traços inspiram-se tanto no sítio em que se implanta como nas formas dos traçados urbanos, dos cadastros e das construções que se vão sucessivamente sedimentando uns sobre os outros. Essas formas, por sua vez, vão-se apurando com cada contribuição que as molda e que as torna numa parte indissociável da imagem que os habitantes guardam da sua cidade.

É por isso importante não esquecer que tanto as funções que cada tempo considera pertinentes como as leituras de valor que esses tempos fazem das formas da sua cidade passam por ela precisamente com cada tempo. Deve assim evitar-se cair na ingenuidade de julgar qualquer tempo mais pertinente que os passados ou os futuros. Cada tempo, regido pelos seus princípios transitórios, contribuirá apenas para um longo processo que o excede e que dele é, em grande medida, independente.

As formas que permanecem na cidade conseguem-no assim por via das várias transformações levadas a cabo pelos vários tempos, transformações essas que as reafirmam e enriquecem. Pontuais demolições com vista à valorização de um denso e antigo tecido urbano, assim como adições que, informadas pela memória que a cidade vai construindo de si própria, em si integram os traços que imprimem permanência ao seu contexto, são princípios de actuação a ter em conta em cada intervenção que se propõe contribuir para a permanência da cidade e da sua imagem. Deste modo, apenas a análise das formas ainda visíveis e daquelas que, já desaparecidas, tanto informaram a conformação da cidade permite a consolidação de um conjunto de intenções de projecto que, de outro modo, pode argumentar-se, estariam desligadas do seu contexto.

É informado por este conjunto de ideias que este trabalho, ao cabo das breves análises da colina de Sant'Ana e do sítio de Santa Marta, propõe olhar para as intervenções em contextos consolidados como hipóteses para a igual valorização dos vários tempos que conformam a cidade e para a reafirmação dos seus vários elementos permanentes.

Uma cidade em que convivem distintos espaços que, perdurando e constituindo a imagem urbana, permitem às várias gerações que os vêm a habitar não só espreitar o passado mas também consolidar a sua identidade cultural deve assim ser o principal objectivo de qualquer intervenção no universo urbano.



## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[DOCUMENTOS QUE INFORMARAM O CONJUNTO DE IDEIAS EM QUE SE APOIOU ESTE TRABALHO]

AGUIAR, José – *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP publicações, 2002.

ARCE, Rodrigo de - Urban Transformations & The Architecture of Additions. *Architectural Design, Urban Transformations*. London: Academy Editions, 1978. 48: p. 237-266.

BACHELARD, Gaston - *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2008.

BARTHES, Roland – Semiology and the Urban. In LEACH, Neil, ed.– *Rethinking Architecture: A reader in cultural theory*. London: Routledge, 1997. p. 166-172.

CHOAY, Françoise – *Alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2013.

DEVILLERS, Christian - Habitat & Formes Urbaines: Typologie de l'Habitat & Morphologie Urbaine. *L'Architecture d'Aujourd'hui, Recherche Habitat*. Paris: Archipress & Associés, 1974. 174: p. 18-22.

ECO, Umberto – Function and Sign: The Semiotics of Architecture. In LEACH, Neil, ed.– *Rethinking Architecture: A reader in cultural theory*. London: Routledge, 1997. p. 182 -201.

EISENMAN, Peter – *Moving arrows, eros and other errors : An architecture of absence*. London: Architectural Association: 1986.

EISENMAN, Peter – Berlin: Submission to the Restricted International Competition "South Friedrichstadt as a Place to Live and Work". In BÉDARD, Jean F.; BALFOUR, Alan H., eds. - *Cities of Artificial Excavation: The Work of Peter Eisenman, 1978 – 1988*. Montréal: Canadian Centre for Architecture, 1994. p. 73-103.

FUSCO, Renato de - *Arquitetura como 'mass medium': Notas para uma semiologia arquitetónica*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1970.

HEIDEGGER, Martin - *Construir Habitar Pensar*. In publicação do "Colóquio de Darmstadt II" sobre "Homem e Espaço". Darmstadt: Neue Darmstädter Verlagsanstalt, 1954. p. 145-162. (tradução do original alemão por Carlos Botelho. Revisão: Pedro Marques de Abreu)

MUKAROVSKY, Jan - *Escritos sobre estética e semiótica da arte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

NORBERG-SCHULZ, Christian - *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1991.

PORTOGHESI, Paolo - *Depois da Arquitectura Moderna*. Lisboa: Edições70, 1999.

ROSSI, Aldo - *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Cosmos, 2001.

ROSSI, Aldo – Uma arquitetura analógica. In NESBITT, Kate, ed. – *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p.379-383.

YEDID, Adam – *Centres historiques. Méthodes d'analyse*. Paris: Les Éditions du STU, 1989

[DOCUMENTOS QUE INFORMARAM A ANÁLISE TANTO DA COLINA DE SANT'ANA, COMO DO SÍTIO DE SANTA MARTA]

CARITA, Hélder – *Lisboa Manuelina*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CORTESÃO, Luísa – O antigo Convento de Santa Marta. As intervenções em curso. *Monumentos*. Lisboa: DGEMN, 1995. 2: p. 66 - 71.

GONÇALVES, Joana – *Do sentido de lugar: A cerca de Santa Marta de Lisboa*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2013.

MATOS, José; PAULO, Jorge – A Colina de Sant'Ana. Para uma visão de conjunto. In LOBO, Inês, ed. – *Colina de Santana. Projecto urbano*. Lisboa: ESTAMO, inês lobo arquitectos lda., CML, 2013. p. 24-27.

Mosteyro das Religiosas de S. Marta de Serafica Ordem de S. Francisco. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa na qual se dá a notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas, igrejas, capelas e irmandades desta Cidade*. Lisboa: Imprensa Municipal de Lisboa, 1972. Tomo II.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: IHS Libreria del Colegio Imperial, 1620.

RODRIGUES, Maria João, et al. – *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1975. Vol. V, tomo II.

ROSADO, Ana – *A habitação característica do Antigo Regime na encosta de Santana: Tipologias e Modos de Habitar*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura. Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, 2013.

SALTA, Ana Maria – *Factores estruturantes da Colina de Sant'Ana em Lisboa, séculos XIV a XVII* [Texto policopiado]. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2001.

SARAIVA, José – *Documentos da fundação do Convento de Santa Marta de Jesus em Lisboa*. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1948.

SILVA, A. Vieira da – *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: Publicações Comemorativas do VII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, 1947.

SILVA, A. Vieira da – *A cerca fernandina de Lisboa*. Lisboa: CML, 1948.

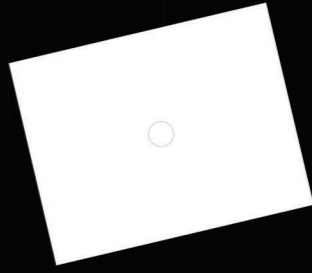
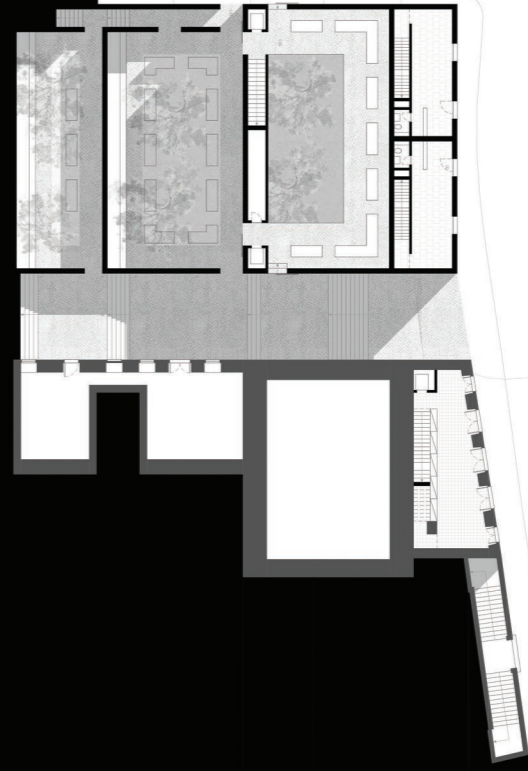
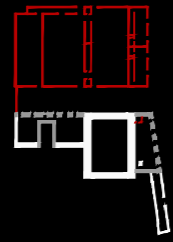
SIZA VIEIRA, Álvaro – Hugo interviews Álvaro Siza Vieira (1). In OLIVEIRA, Hugo – *hugo's peep box* [em linha]. Actual. 27 Maio 2013. [Consult. 16 Nov. 2013].

Disponível em: <URL: [http://www.youtube.com/watch?v=L8RuWqELi\\_M](http://www.youtube.com/watch?v=L8RuWqELi_M)>.

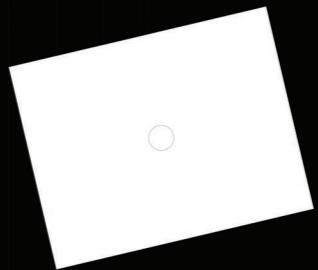
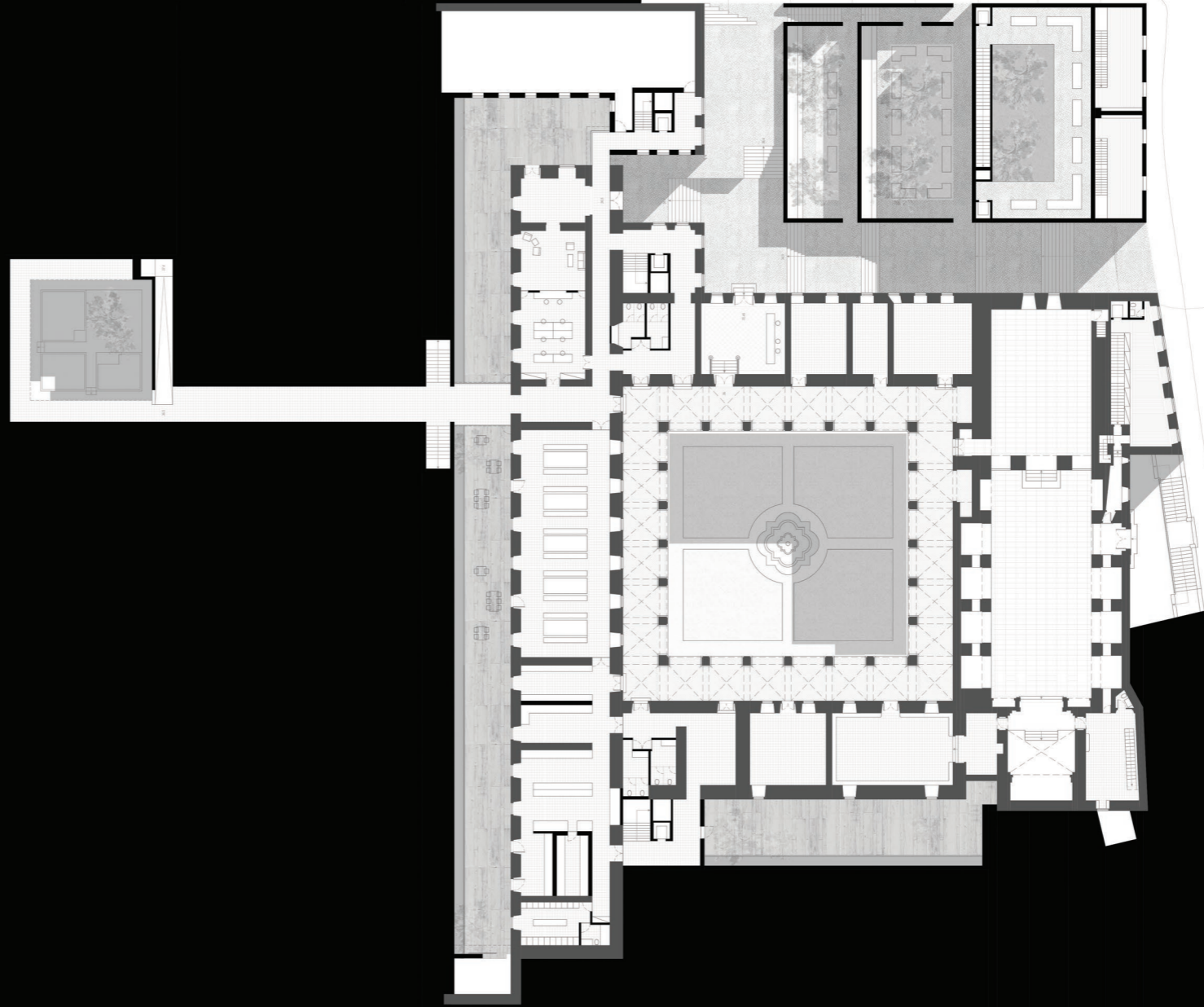
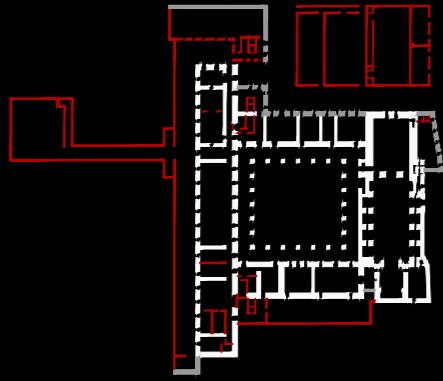
## ANEXOS

### DESENHOS DO PROJECTO

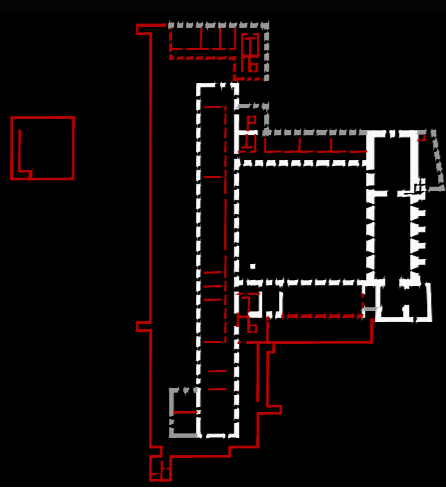
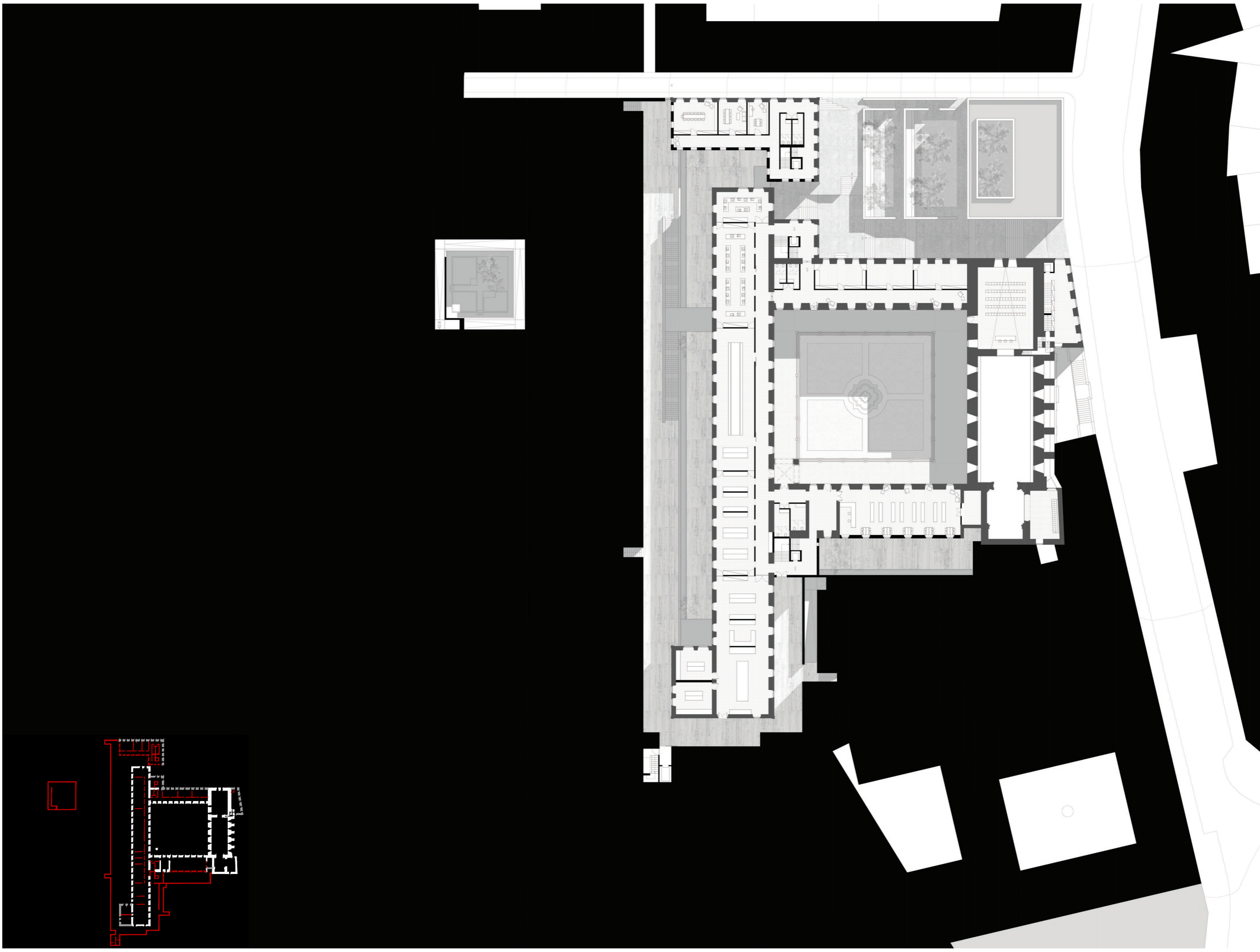
01. Planta à cota 35; 1:600
02. Planta à cota 38; 1:600
03. Planta à cota 44; 1:600
04. Planta à cota 49,5; 1:600
05. Planta à cota 51,5; 1:600
06. Planta à cota 54,6; 1:600
07. Planta à cota 57,8; 1:600
08. Planta de implantação; 1:600
09. Alçado da frente nascente da Rua de Santa Marta; 1:600
10. Corte transversal; 1:600
11. Corte transversal; 1:600
12. Alçado da frente norte da Travessa de Santa Marta; 1:600
13. Corte longitudinal; 1:600
14. Corte longitudinal; 1:600
15. Corte transversal; 1:600
16. Corte transversal; 1:600
17. Corte longitudinal; 1:600
18. Corte longitudinal; 1:600
19. Secção construtiva; 1:70
20. Pormenores construtivos; 1:20

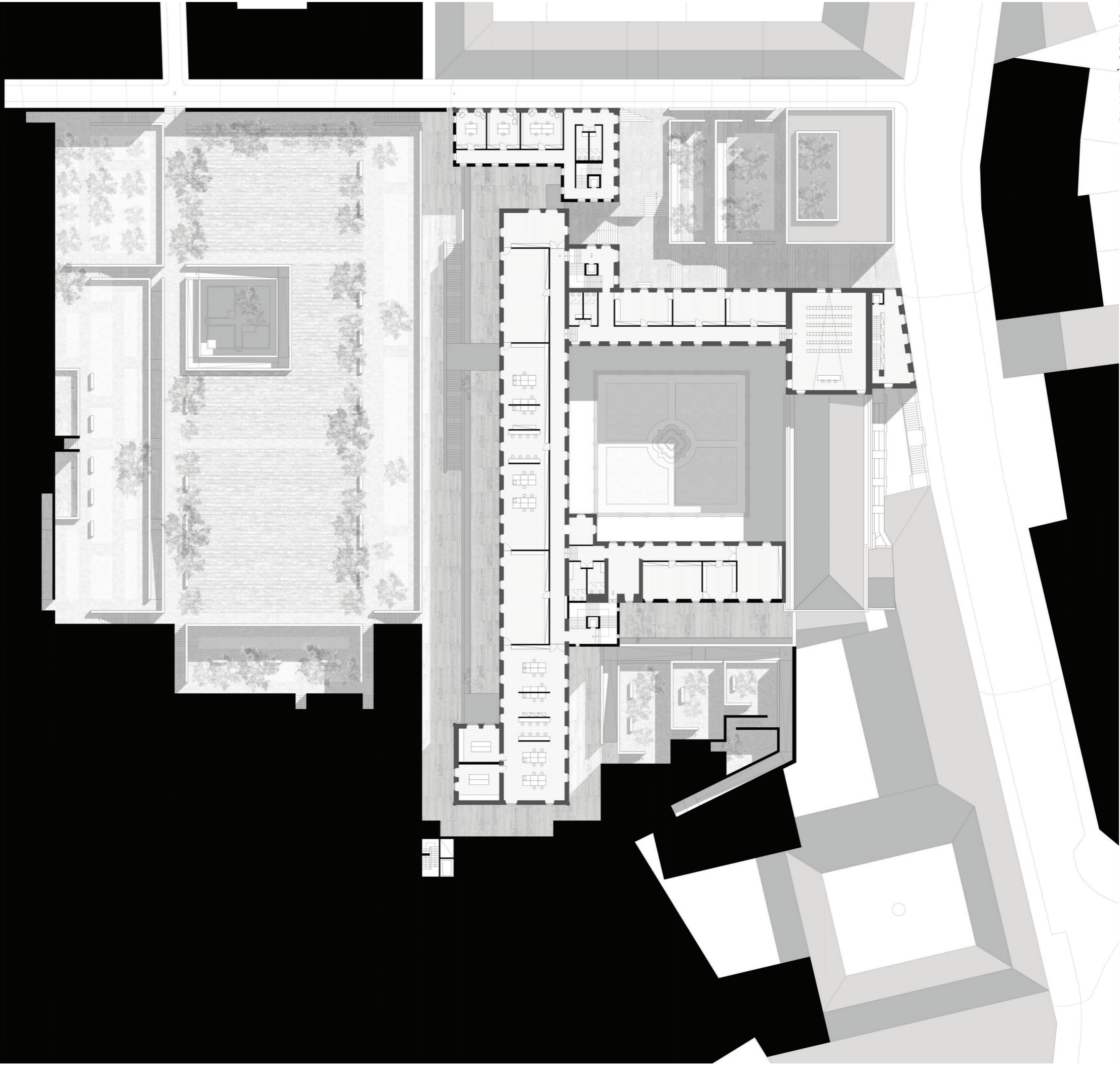
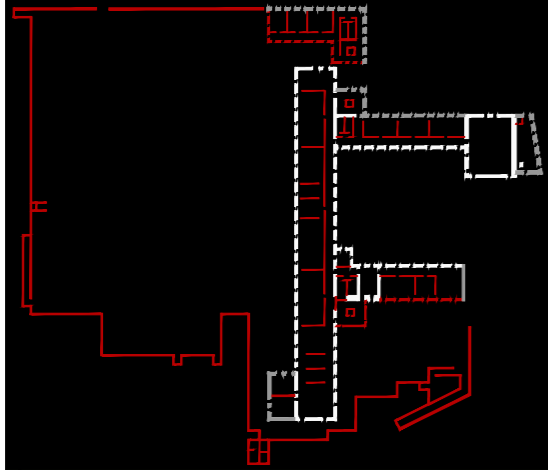


01 PLANTIA A COTA 35  
1:600

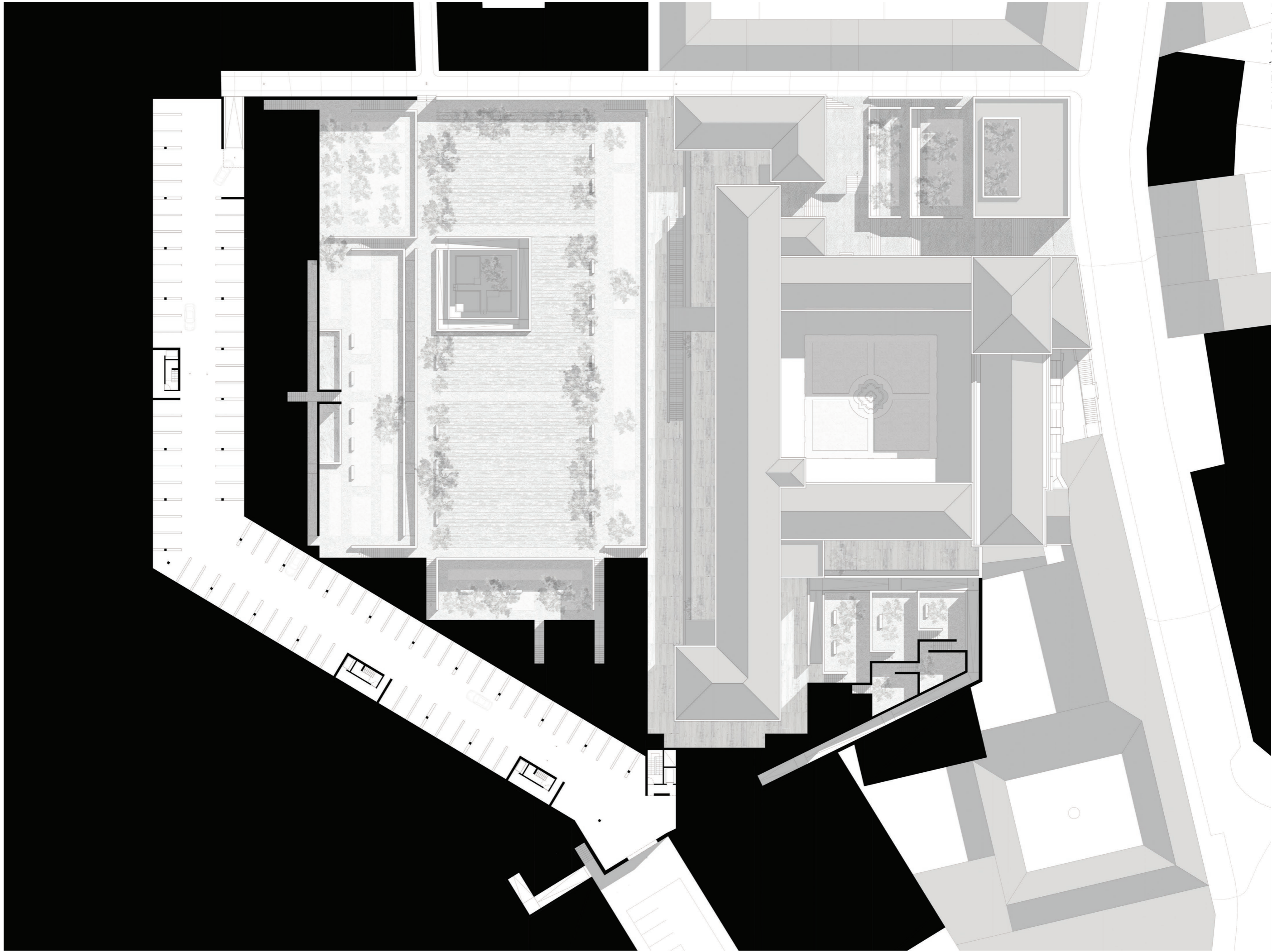


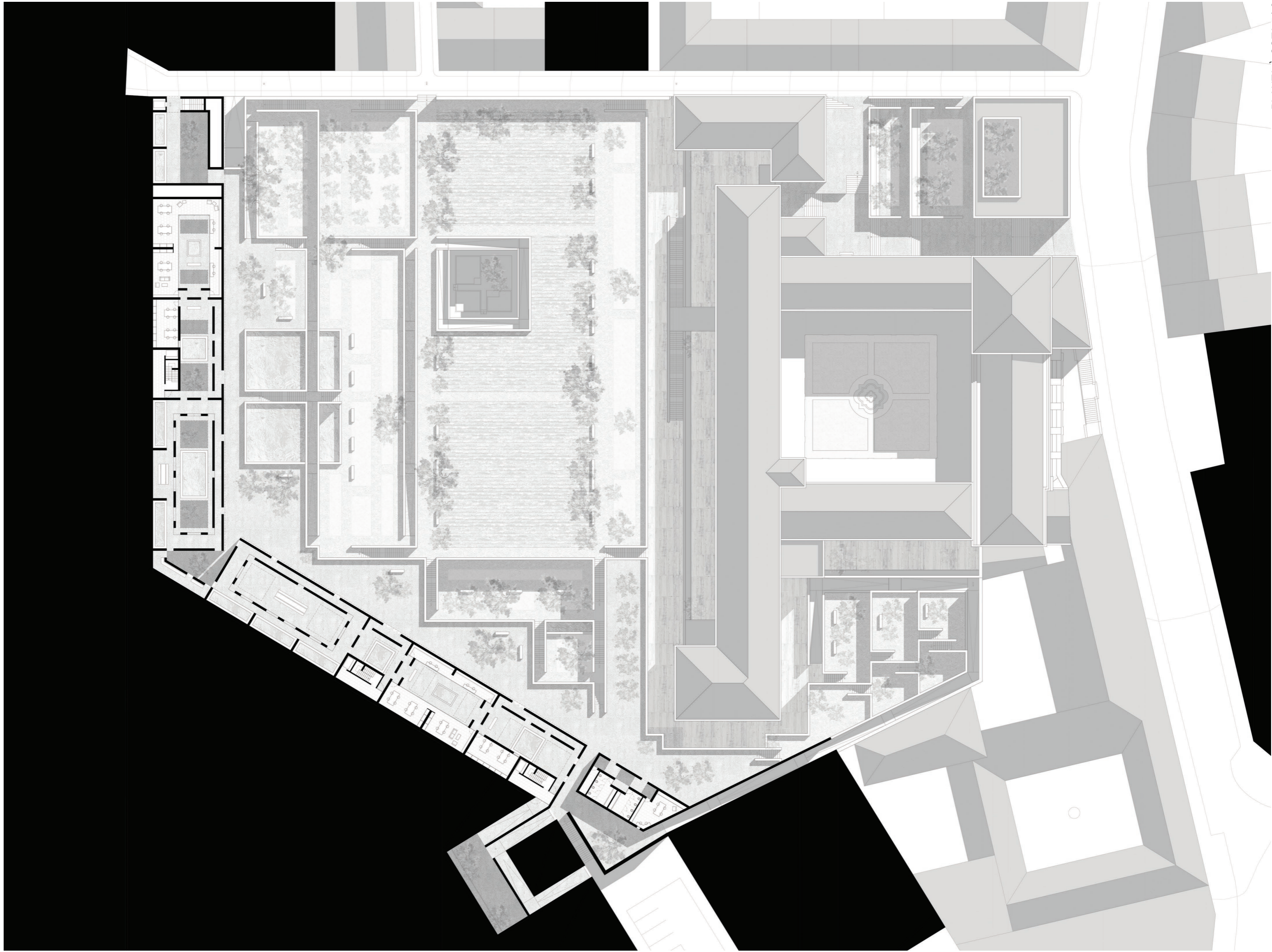
02 PLANTA A COTA 38  
1:600



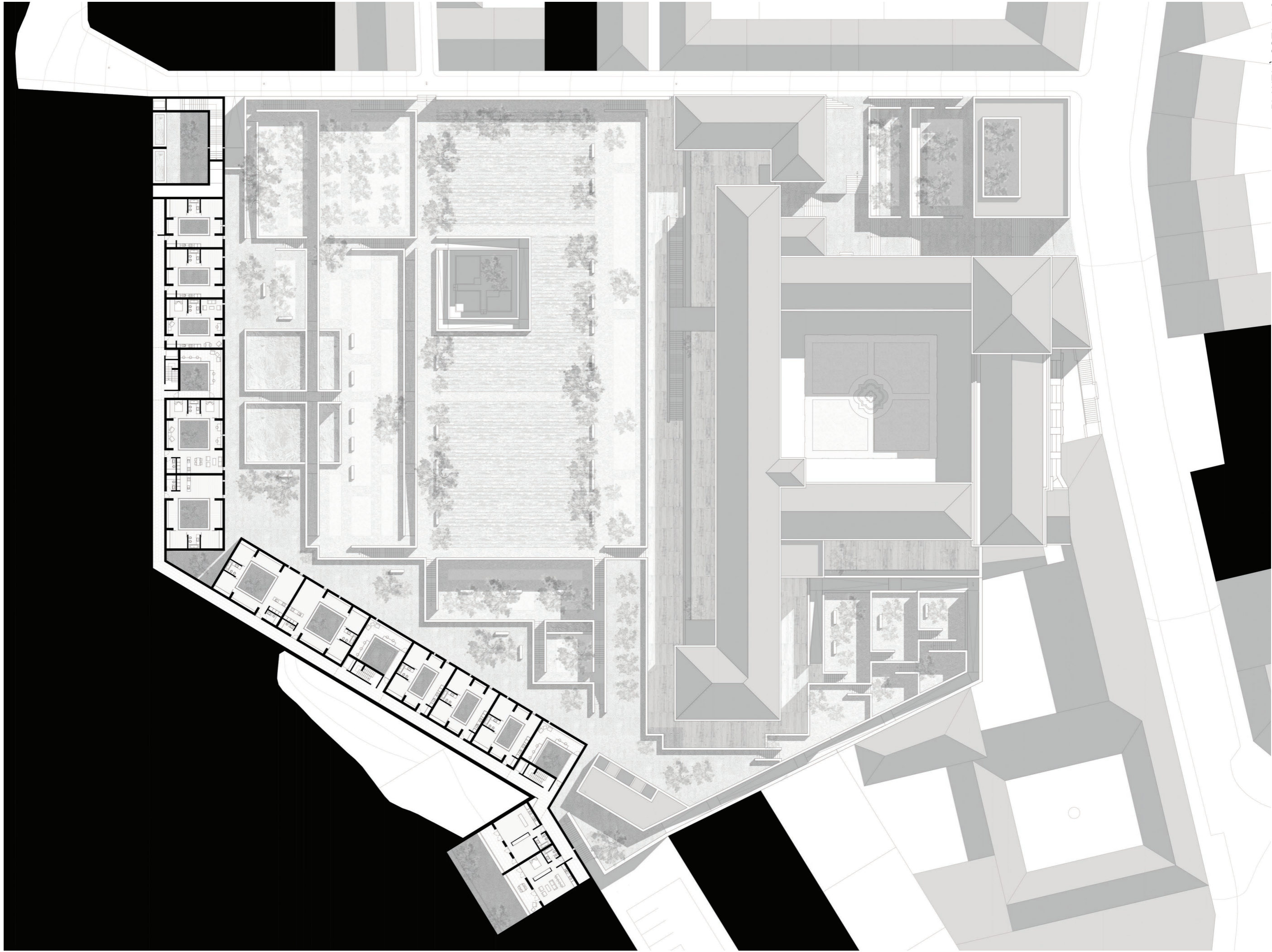


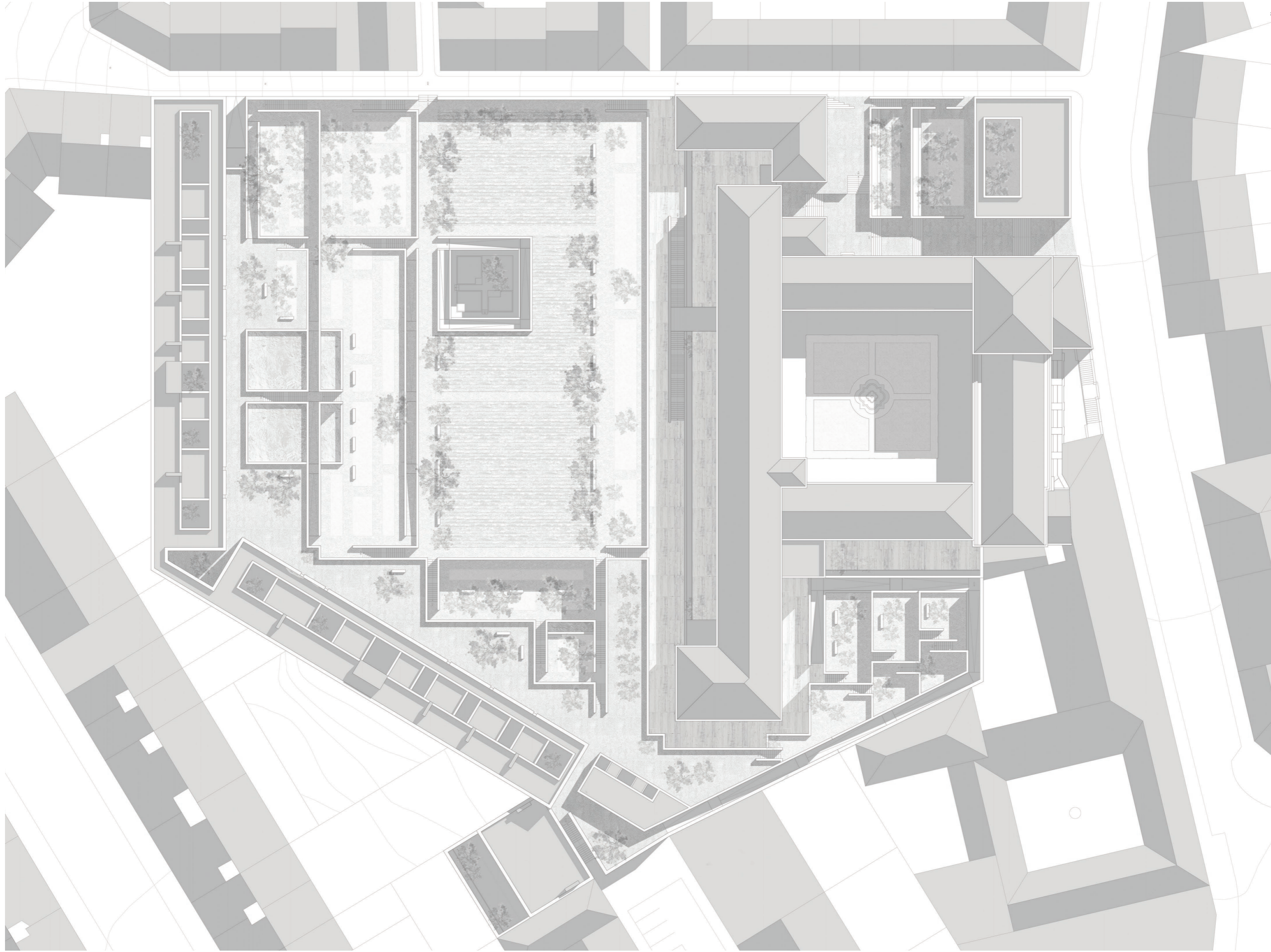
04 PLANTA À COTA 49,5  
1:600





06 PLANTA À COTA 54,6  
1:600



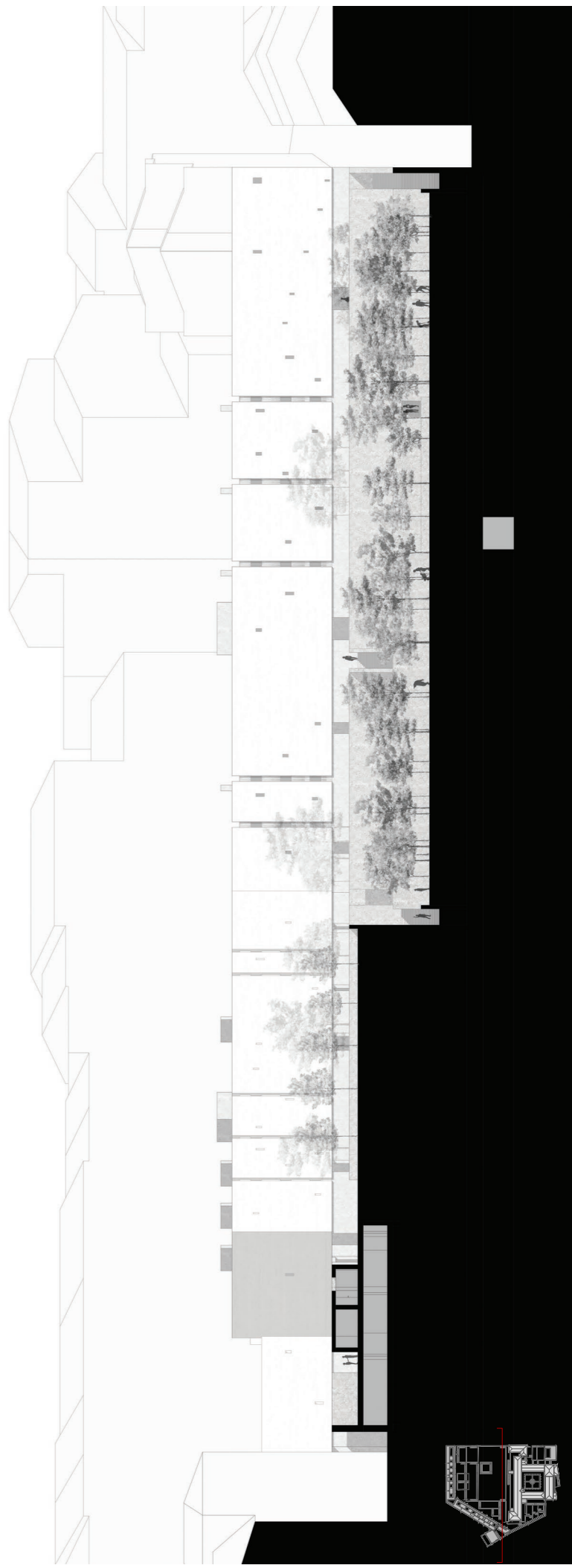




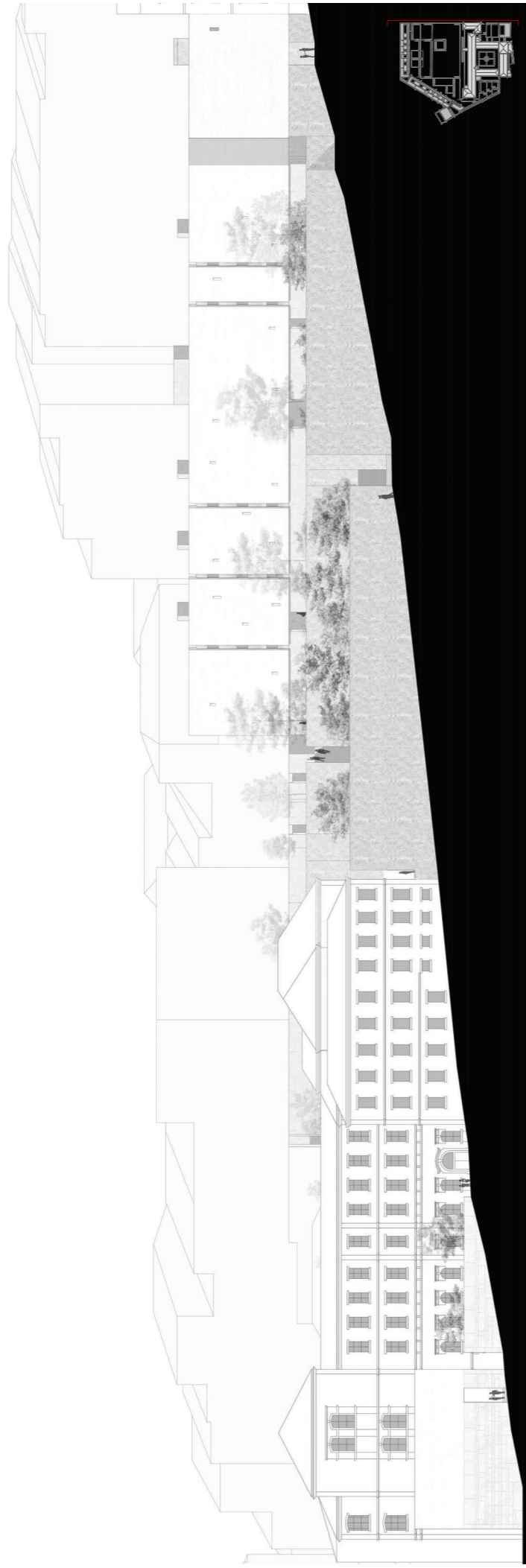
09 ALÇADO DA FRENTE NASCENTE DA RUA DE SANTA MARTA  
1:600



10 CORTE TRANSVERSAL  
1:600



11 CORTE TRANSVERSAL  
1:600



12 ALÇADO DA FRENTE NORTE DA TRAVESSA DE SANTA MARIA  
1:600



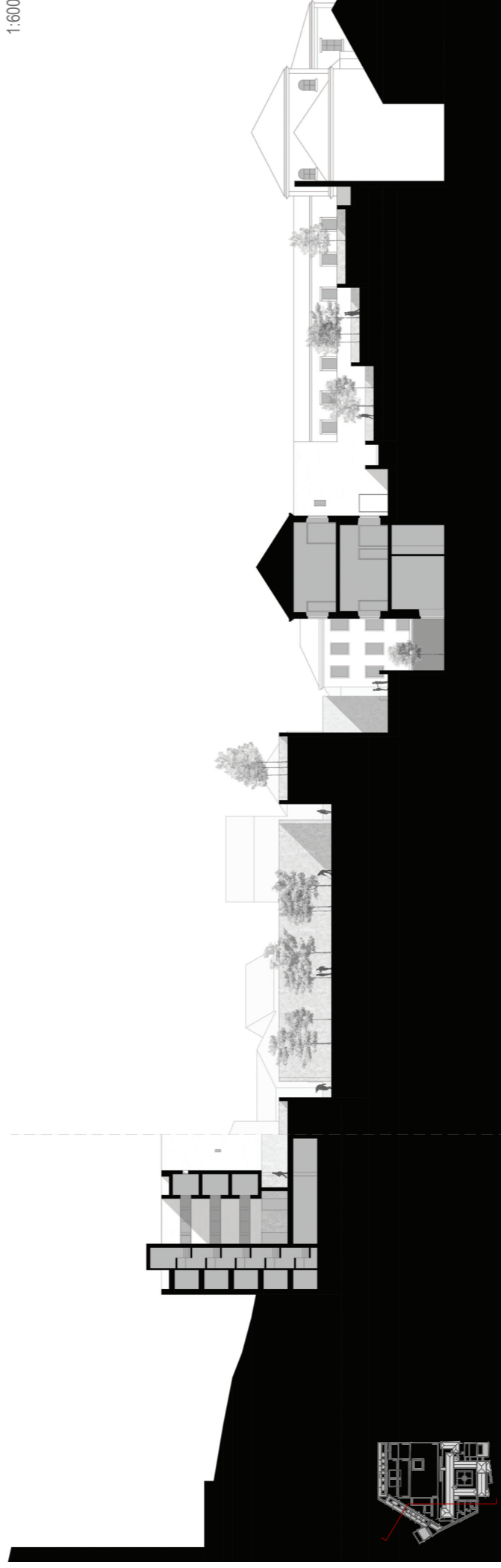
13 CORTE LONGITUDINAL  
1:600



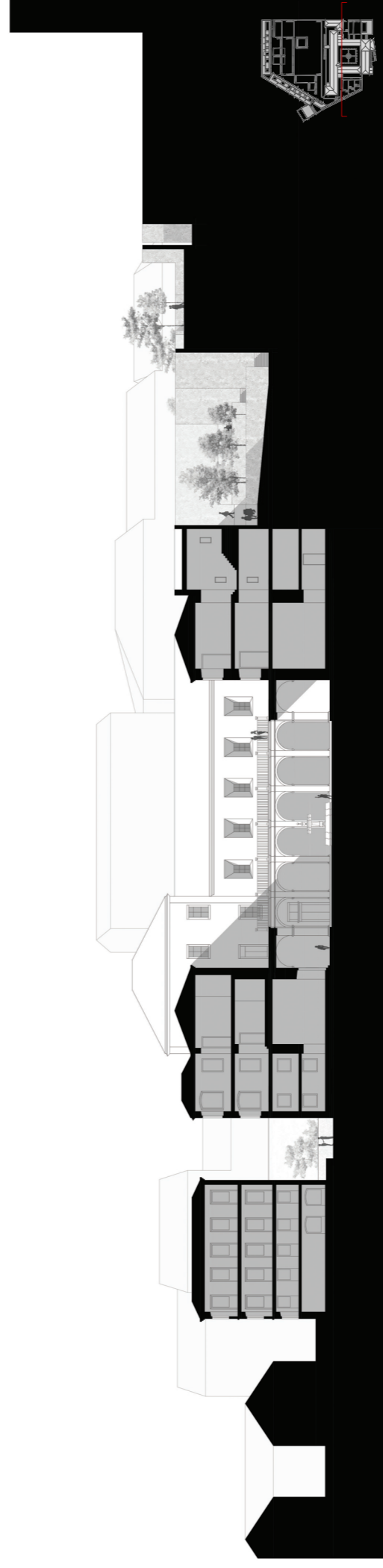
14 CORTE LONGITUDINAL  
1:600



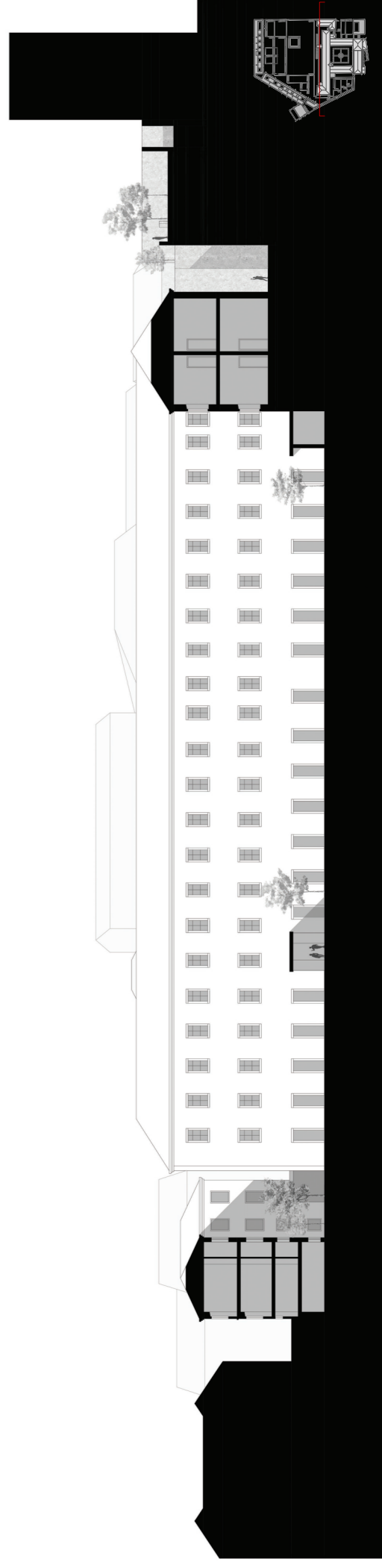
15 CORTE LONGITUDINAL  
1:600



16 CORTE LONGITUDINAL  
1:600

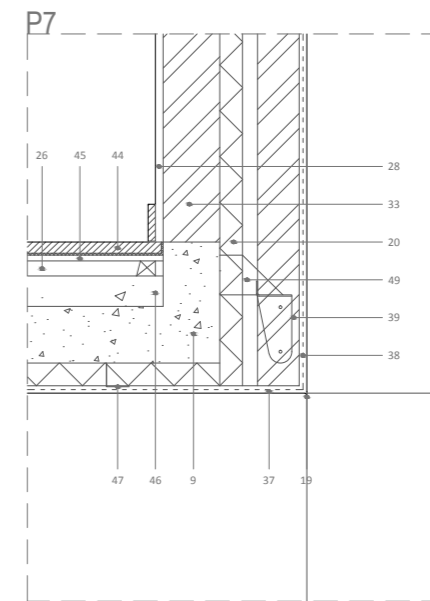
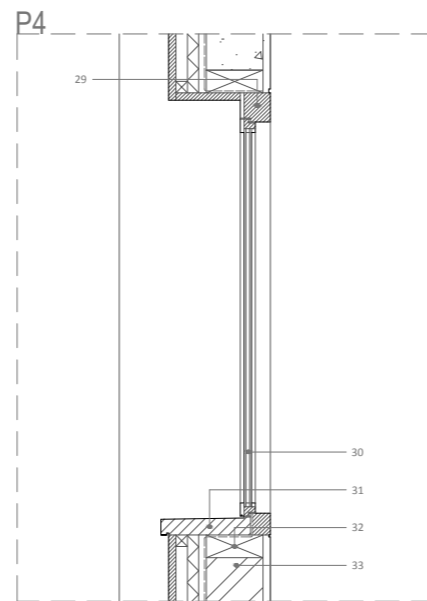
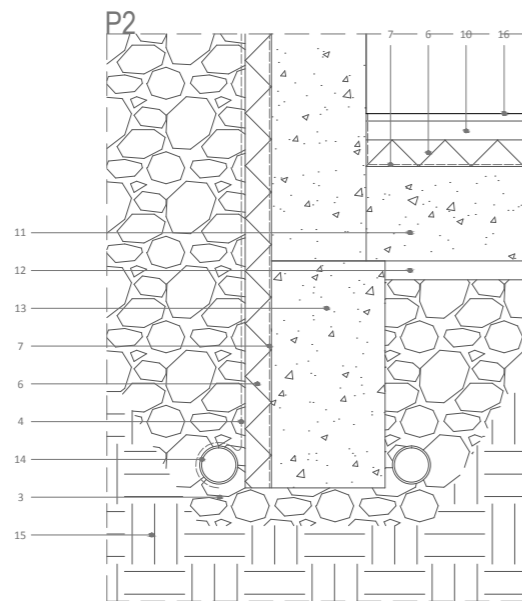
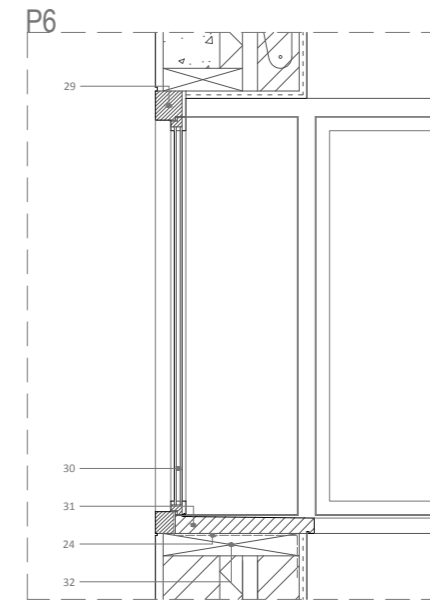
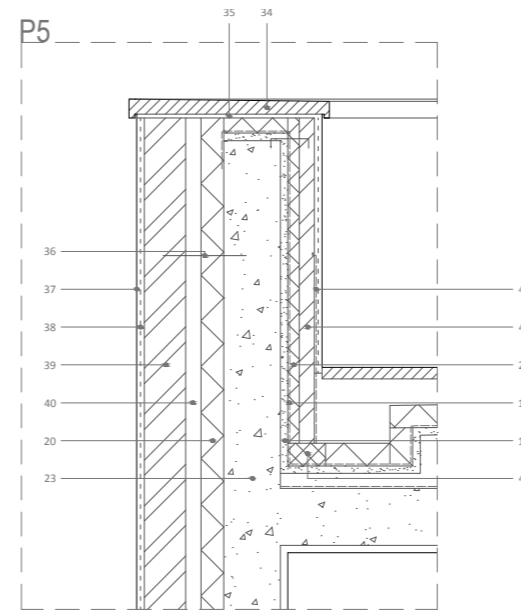
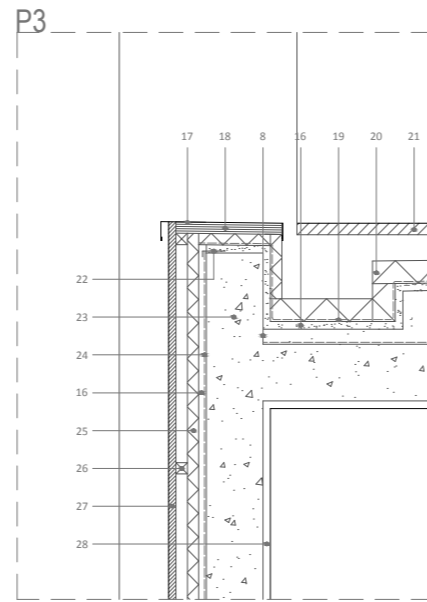
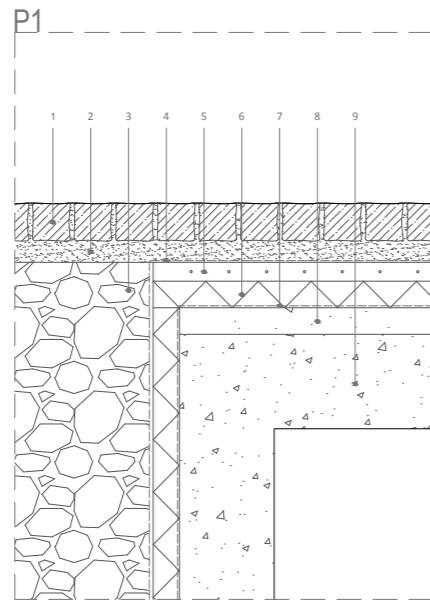


17 CORTE TRANSVERSAL  
1:600



18 CORTE TRANSVERSAL  
1:600





1. Calçada em Calcário branco - 100 x 100 x 100mm
2. Leito de areia
3. Enrocamento
4. Geotextil
5. Laje flutuante em betão armado - 50mm
6. Isolamento térmico em poliestireno extrudido - 70mm
7. Tela de impermeabilização asfáltica
8. Camada de forma em betão de leca - inclinação mínima de 1,5%
9. Laje em betão armado
10. Betonilha armada com malhasol - 50mm
11. Laje térrea em betão armado
12. Betão de limpeza
13. Viga de fundação em betão armado

14. Tubo de drenagem - Ø 100mm
15. Terra compactada
16. Betonilha de regularização
17. Capeamento em zinco envelhecido
18. Contraplacado de pinho - 30mm
19. Tela de impermeabilização vinílica
20. Isolamento térmico em poliestireno extrudido - 60mm
21. Lajeta de betão branco polido
22. Perfil de remate
23. Viga em betão armado
24. Membrana impermeabilizante
25. Isolamento térmico em poliestireno extrudido - 30mm
26. Ripado de madeira

27. Tábua de *Carvalho Alvarinho* envelhecido (sulfato de ferro) - 20mm
28. Emboço - 15mm + Reboco em argamassa de cal liso - 5mm
29. Caixilharia em chapa de aço metalizado (projeção de partículas de zinco) e em *Carvalho Alvarinho* envernizado (verniz de poliuretano)
30. Vidro duplo - 5 + 10 + 5mm
31. Peitoril em betão branco polido
32. Barrote de madeira
33. Tijolo cerâmico - 300 x 200 x 150mm
34. Capeamento em betão branco polido
35. Argamassa de assentamento
36. Grampo de ligação para alvenaria tipo Halfen
37. Reboco hidrófugo
38. Malha de fibra

39. Tijolo cerâmico - 300 x 200 x 110mm
40. Caixa de ar - 40mm
41. Argamassa de impermeabilização
42. Tijolo cerâmico - 300 x 200 x 40mm
43. Isolamento térmico rígido tipo Foamglas-Perinsul
44. Tábua de *Pinho* encerada (cera natural)
45. Placa de MDF - 15mm
46. Camada de enchimento em betão de leca
47. Perfil para a fixação da malha do reboco
48. Perfil de alumínio
49. Suporte para alvenaria tipo Halfen

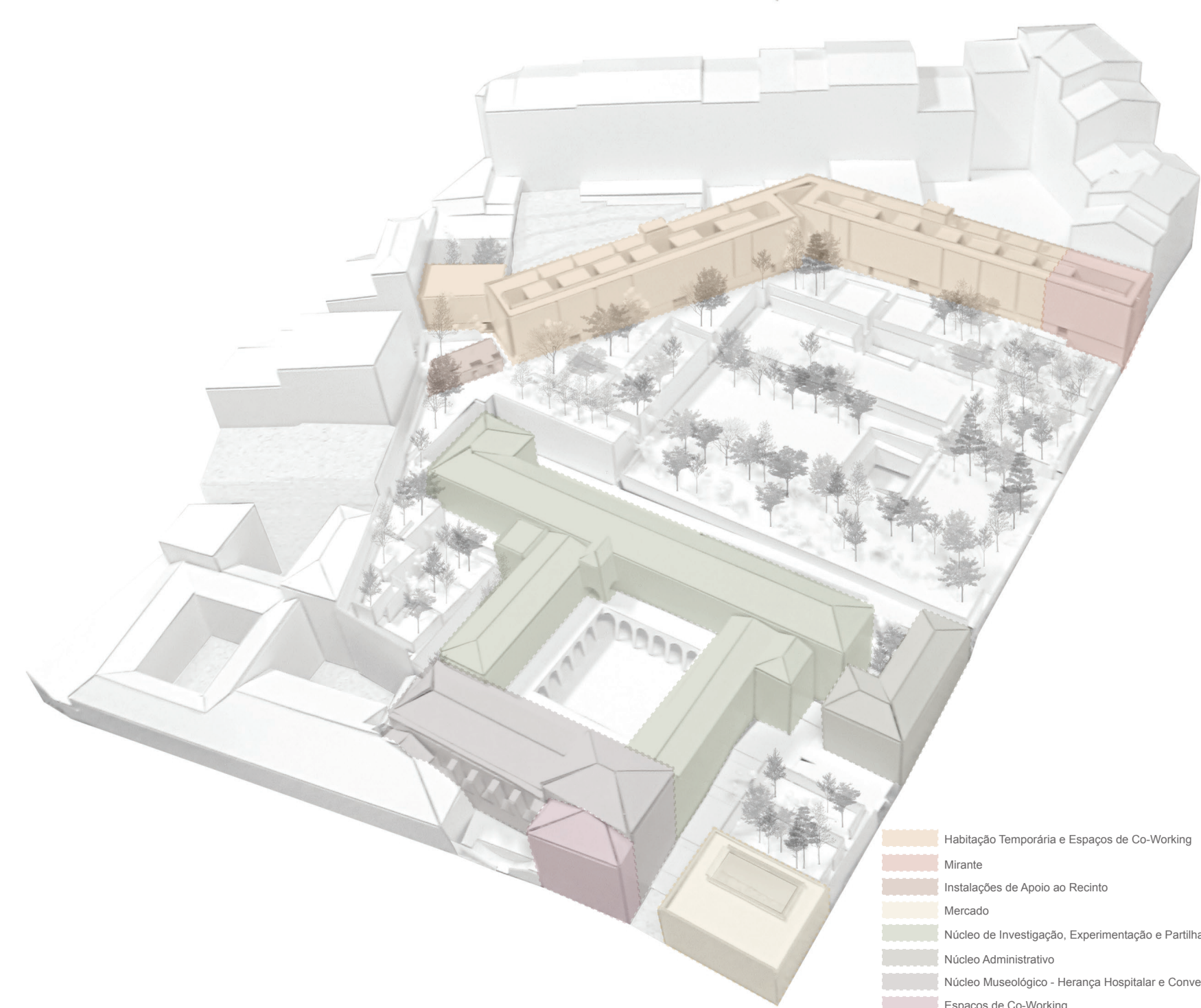
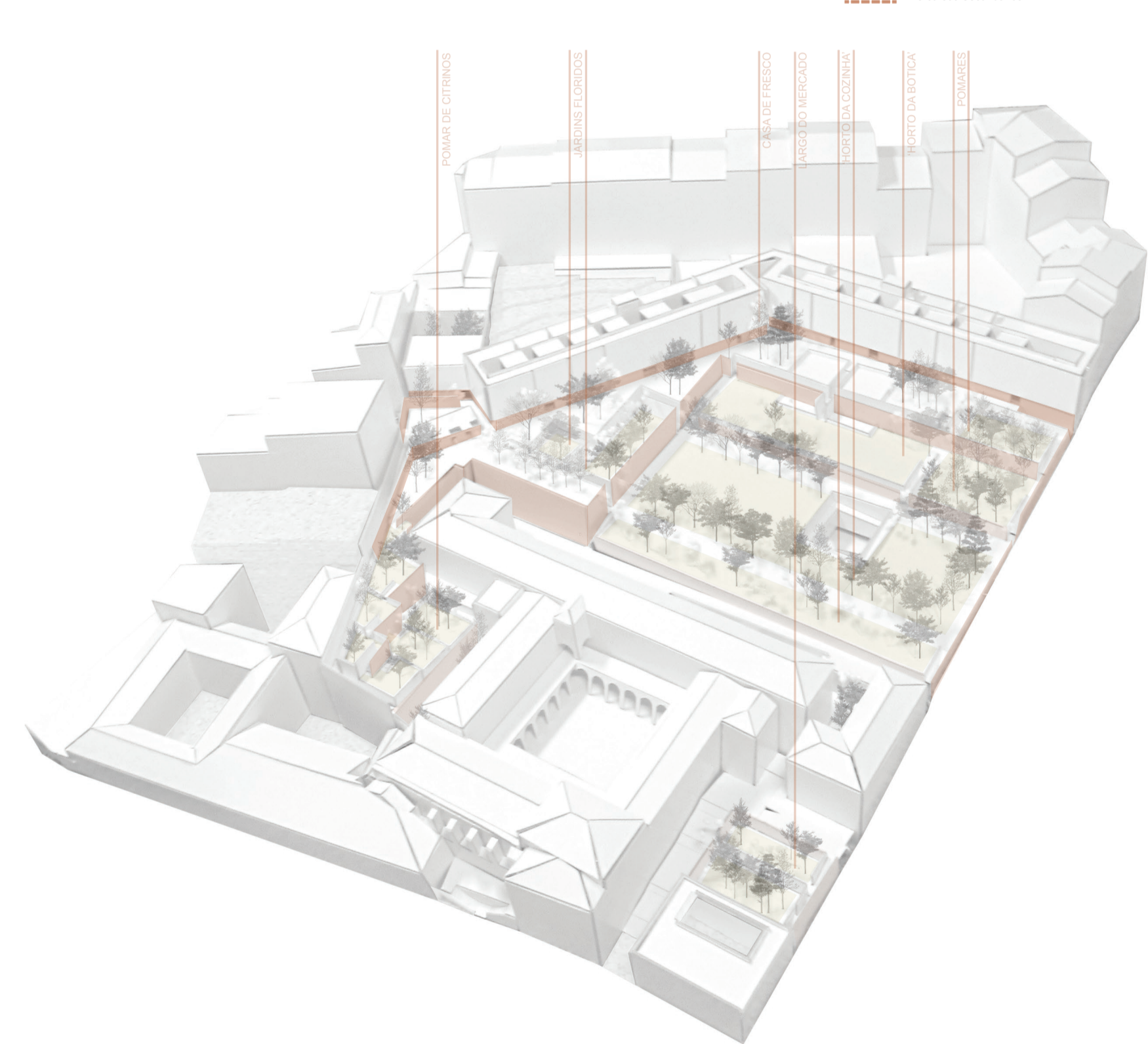
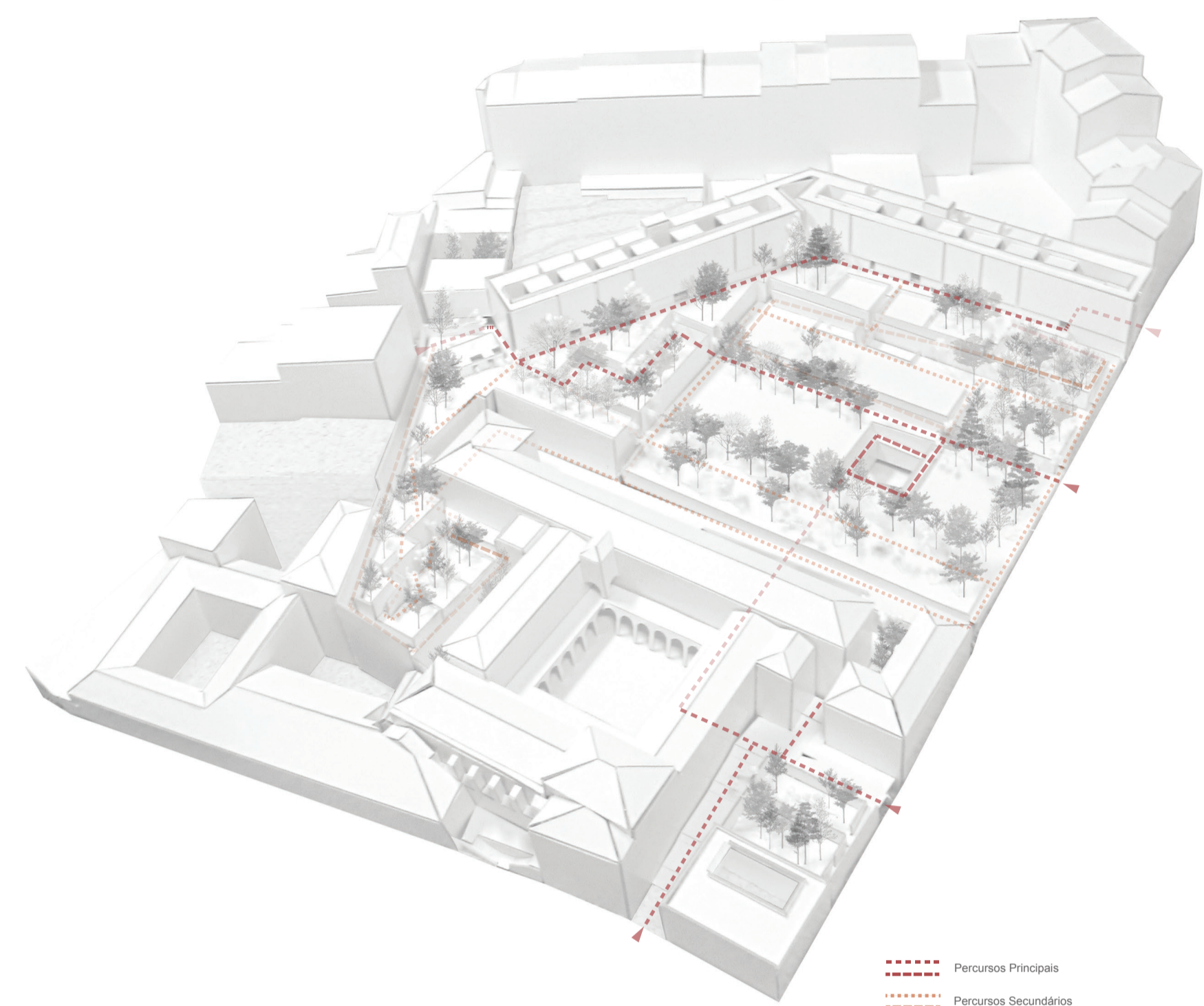
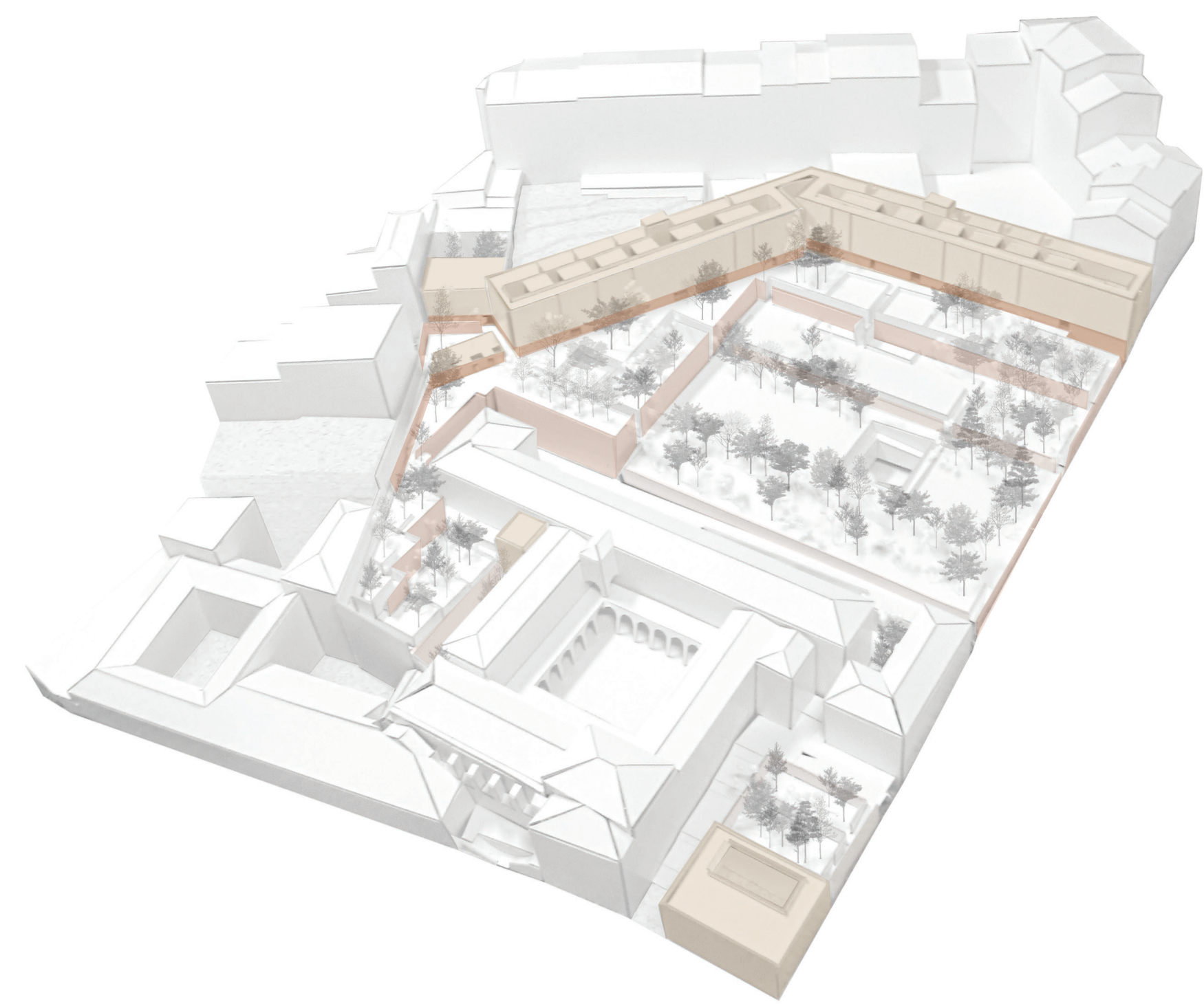
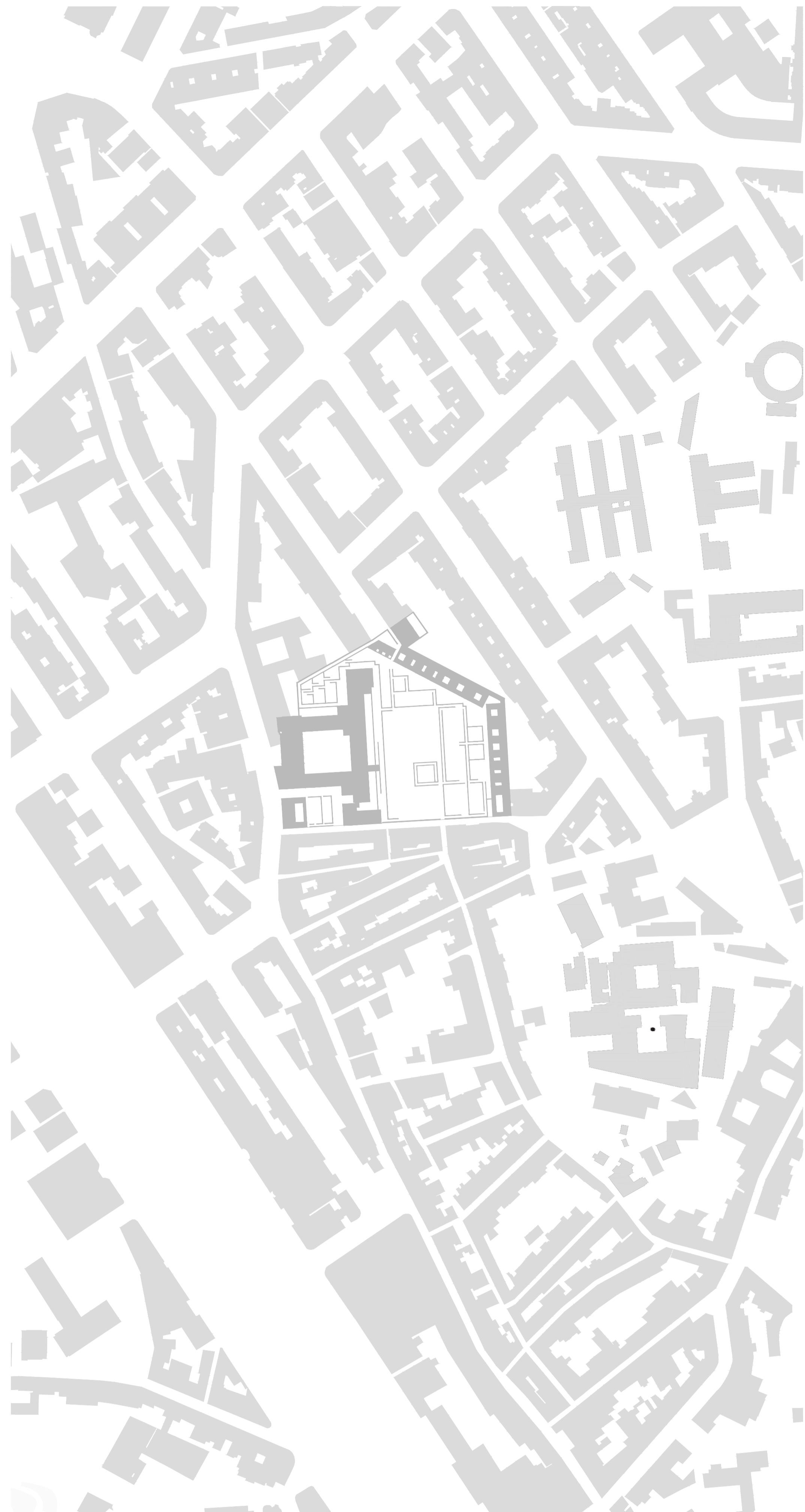
FOTOGRAFIAS DA MAQUETE DO PROJECTO





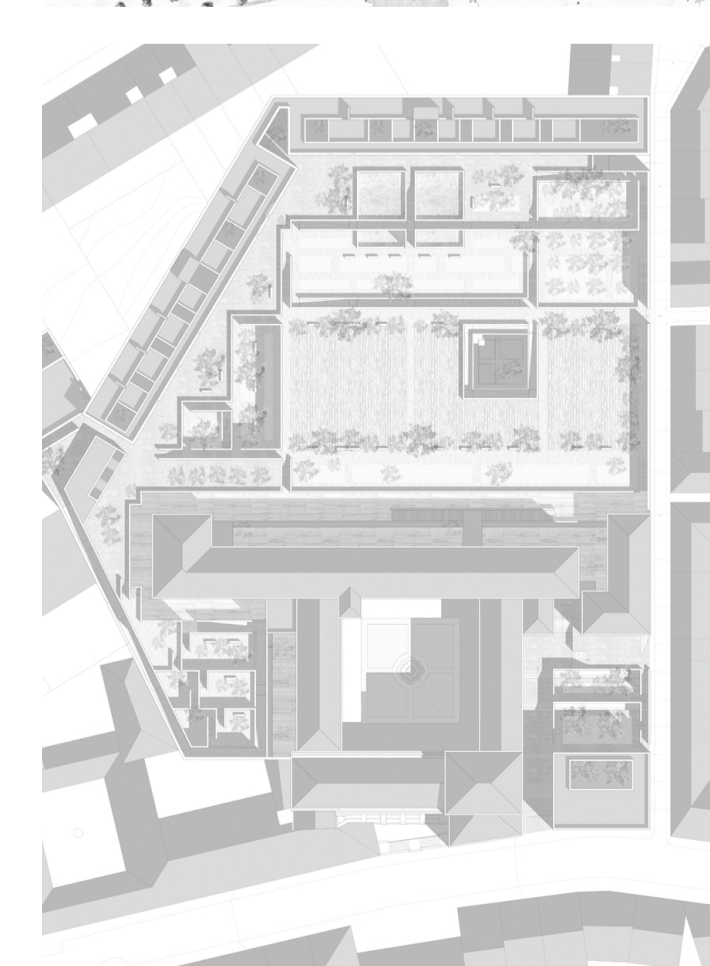
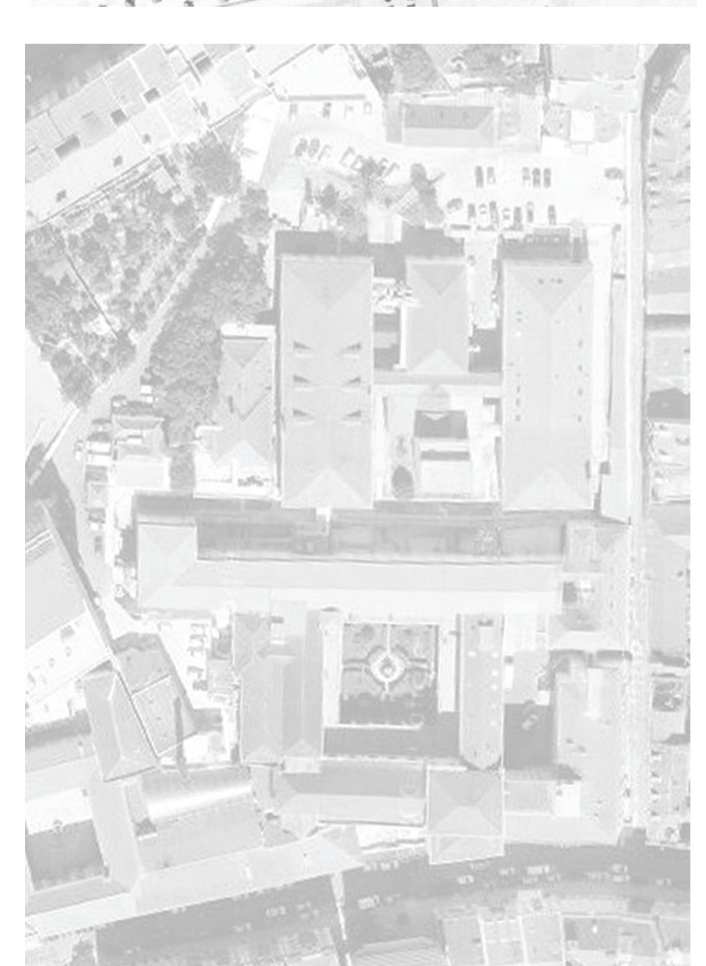
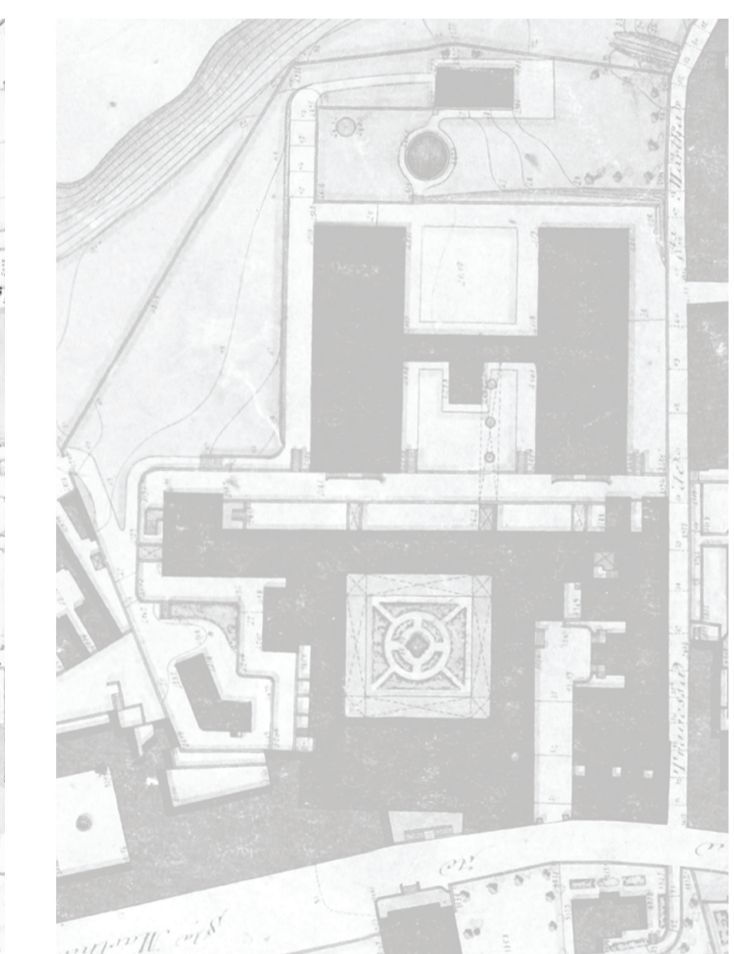
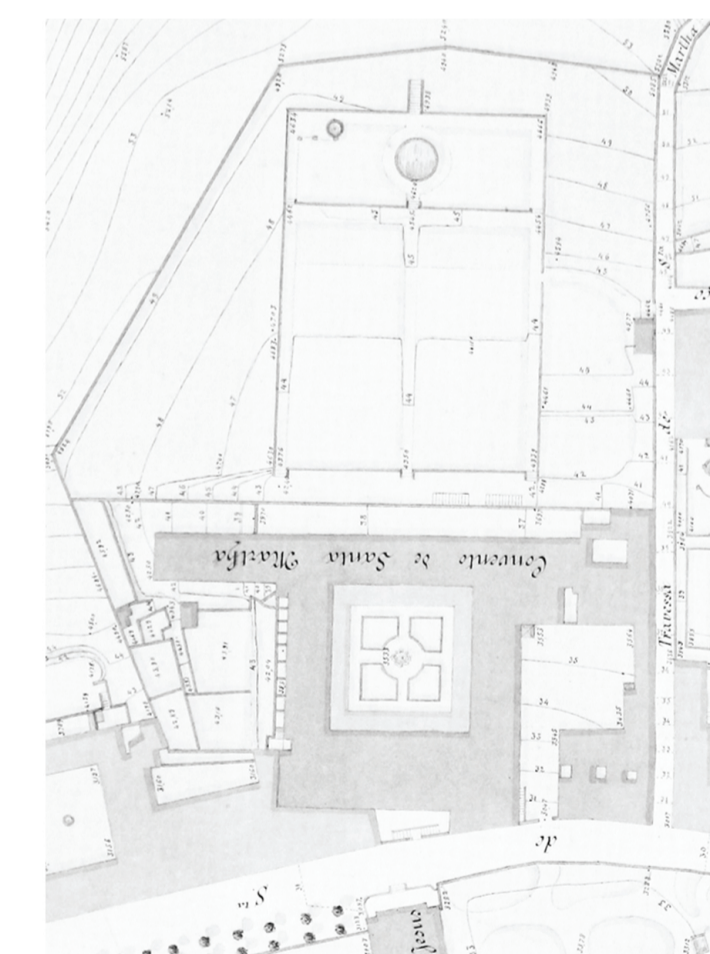
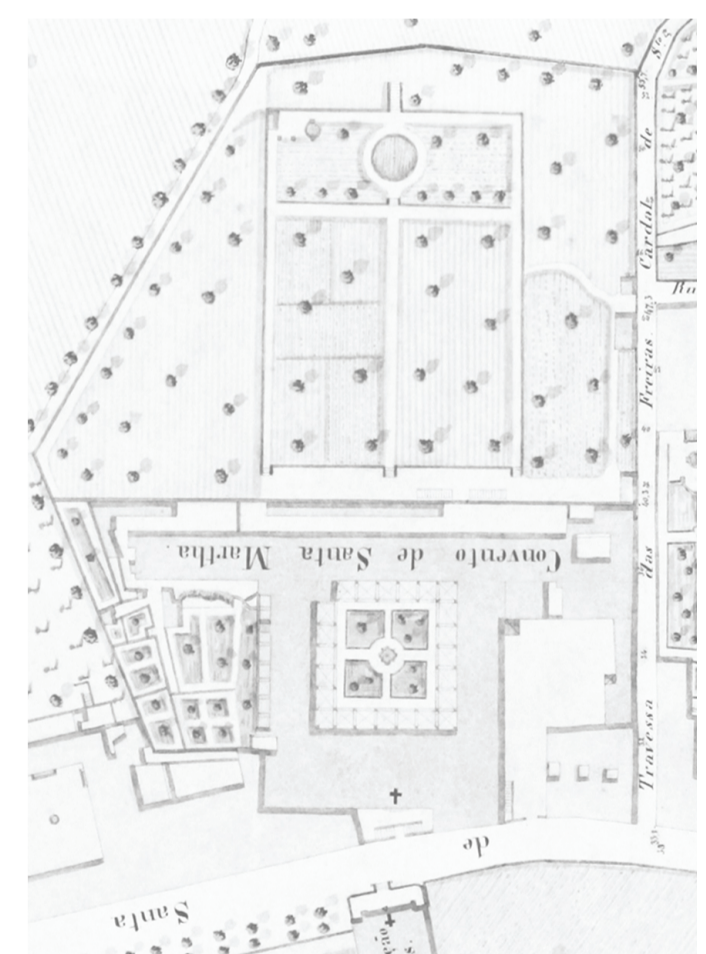


## PAINÉIS SÍNTESE DO PROJECTO



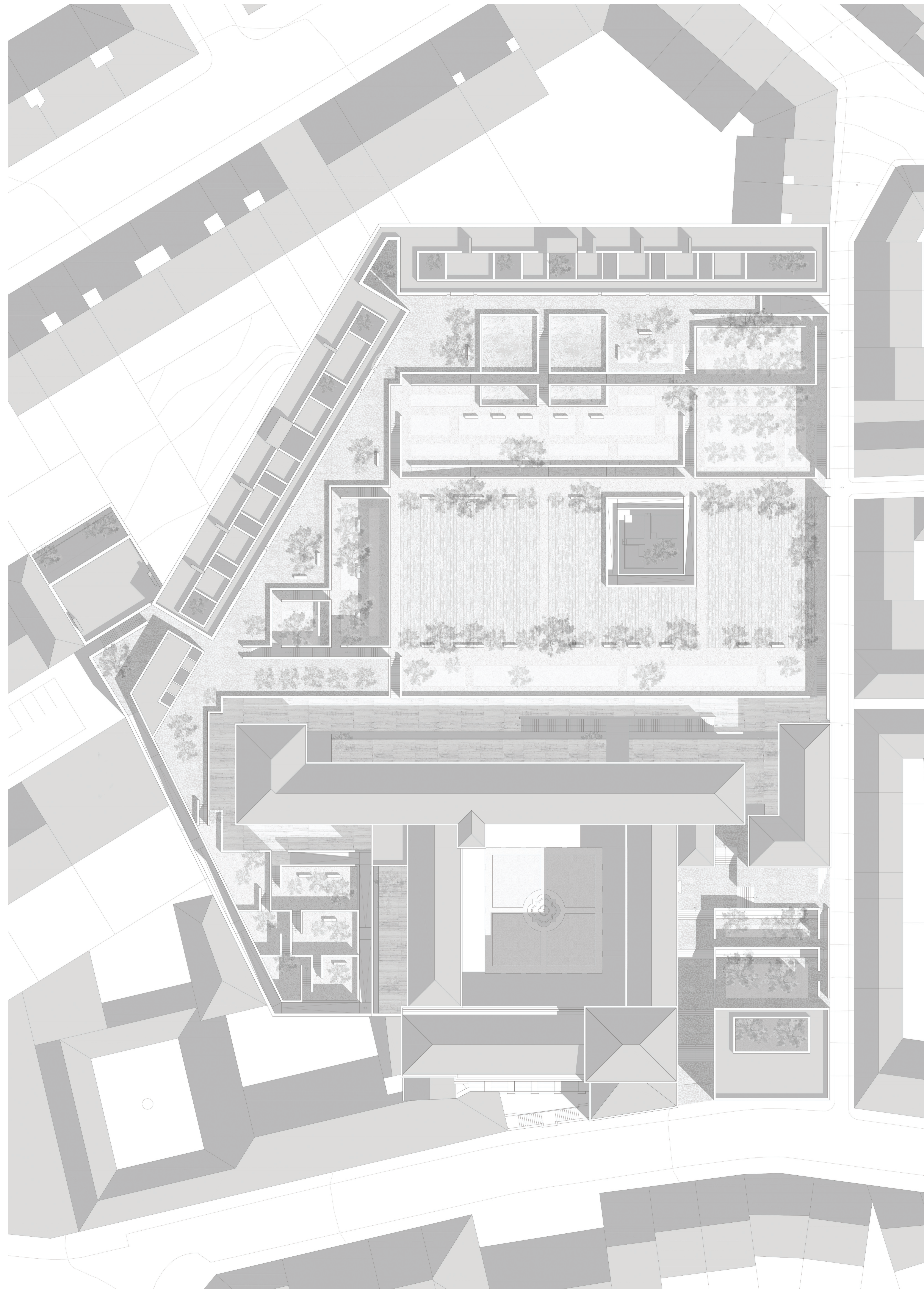
- - - - - Perímetro Primário  
- - - - - Perímetro Secundário

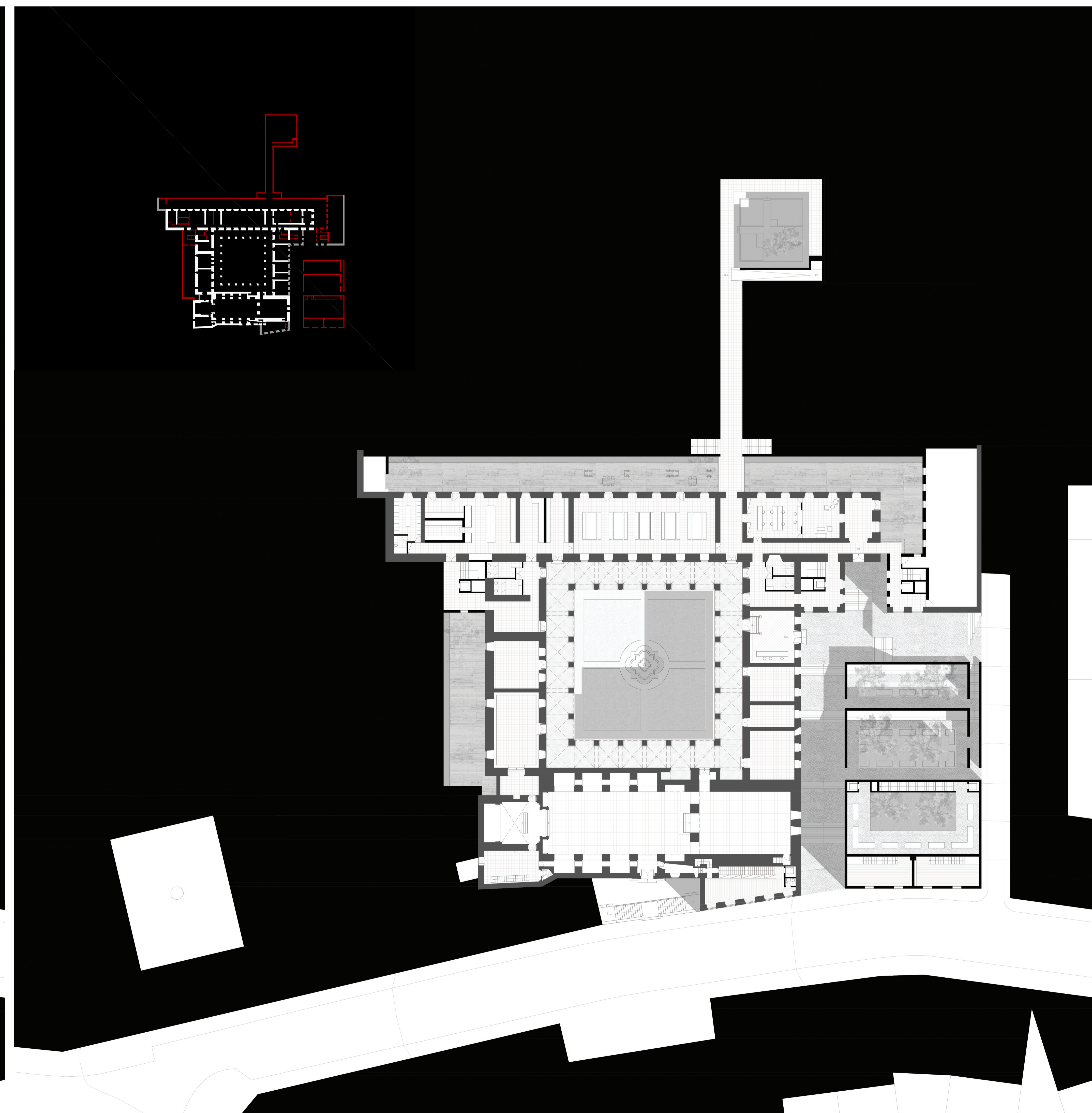
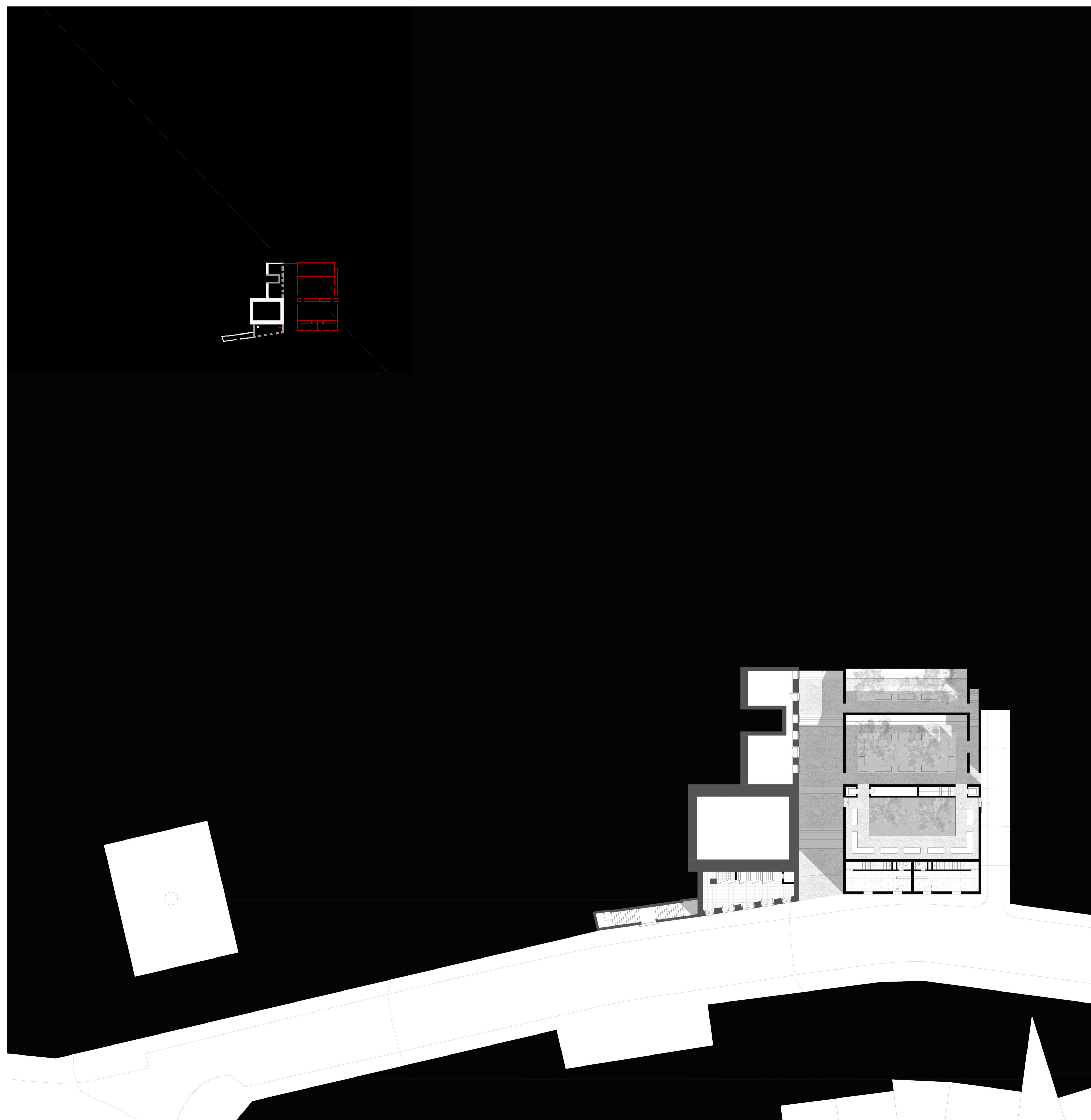
■ Habitação Temporária e Espaços de Co-Working  
■ Mercado  
■ Espaços de Apoio ao Recinto  
■ Mercado  
■ Núcleo de Investigação, Experimentação e Partilha  
■ Núcleo Administrativo  
■ Núcleo Museológico - Herança Hospitalar e Conventual  
■ Espaço de Co-Working

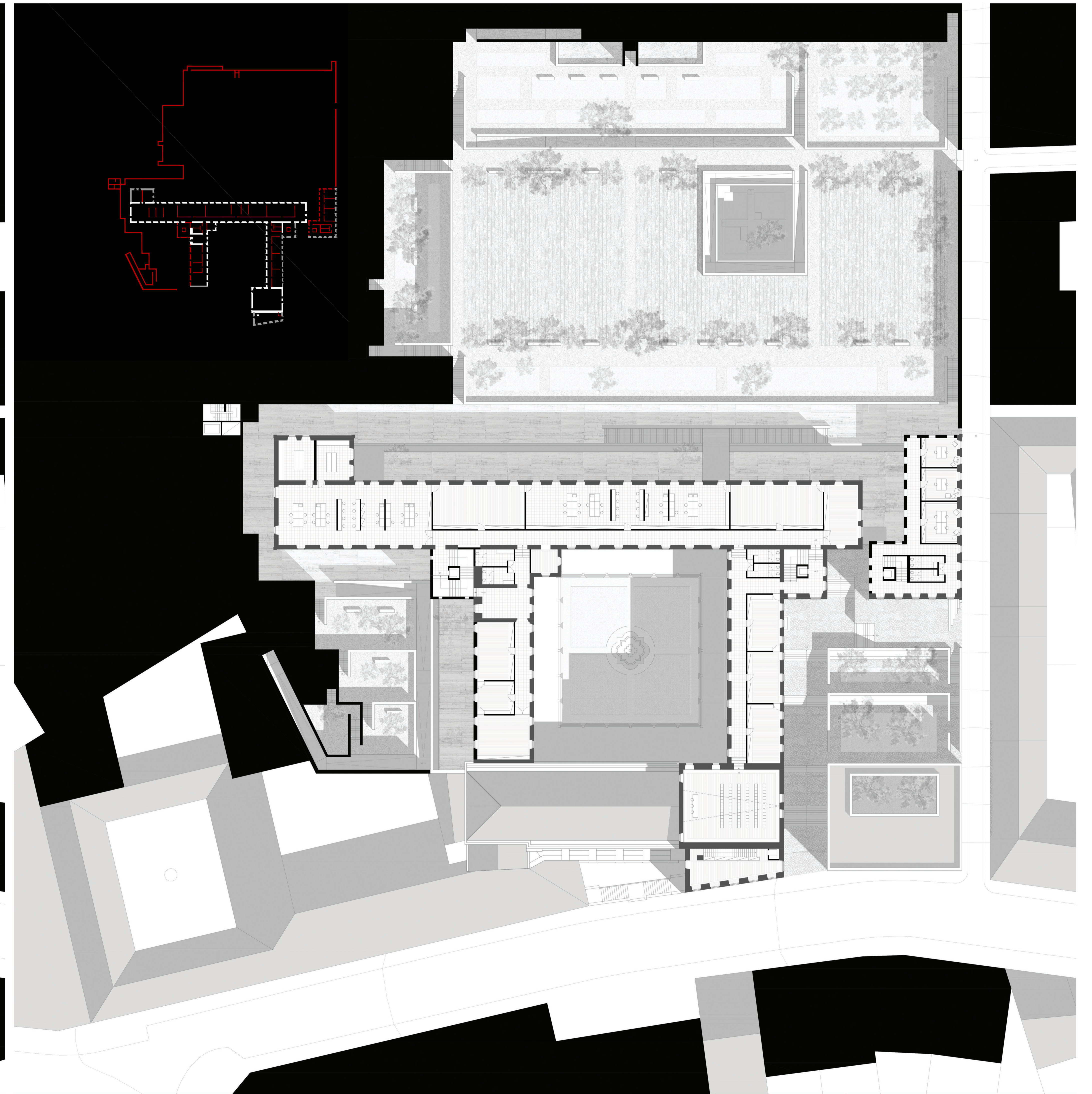
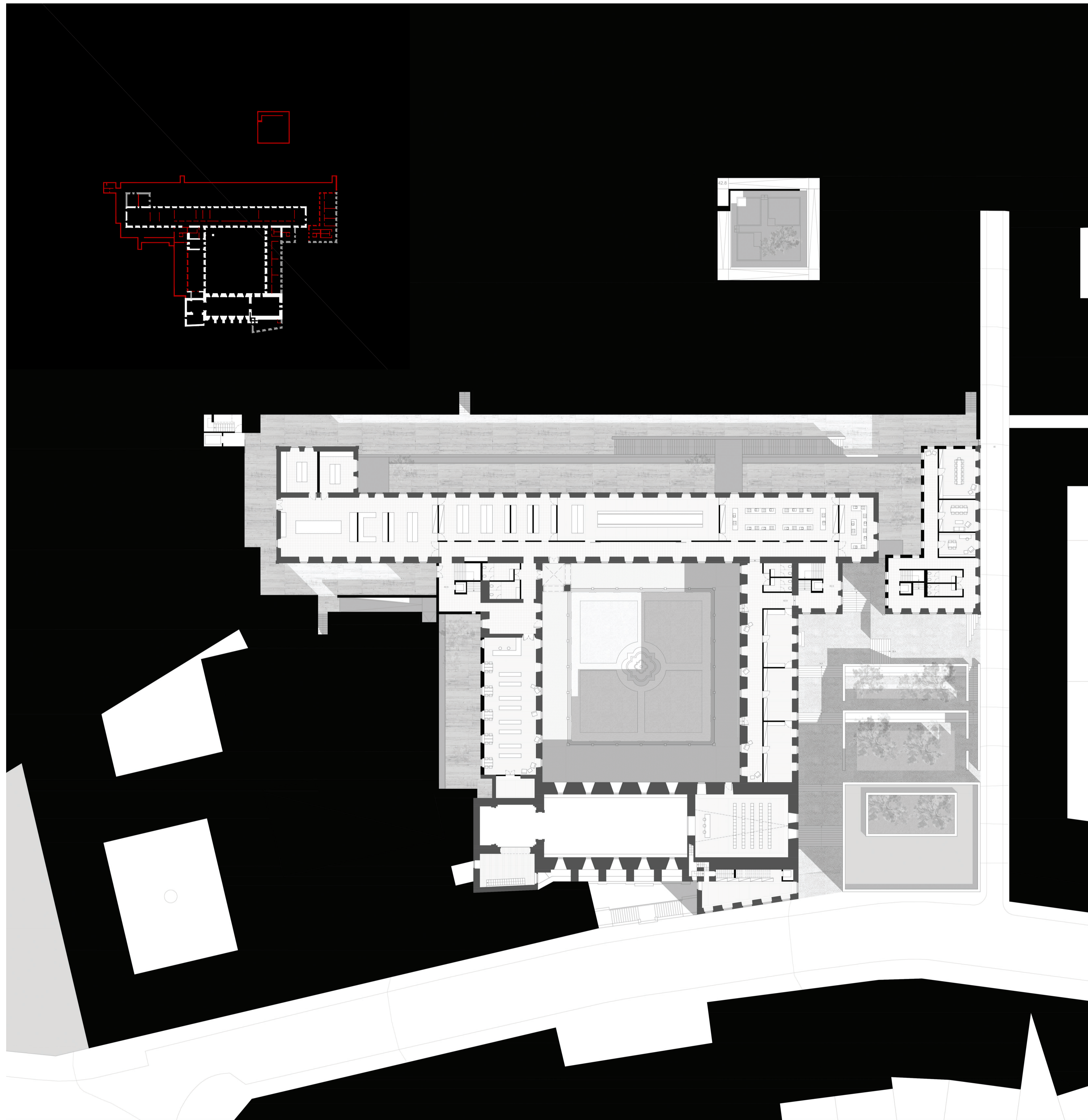
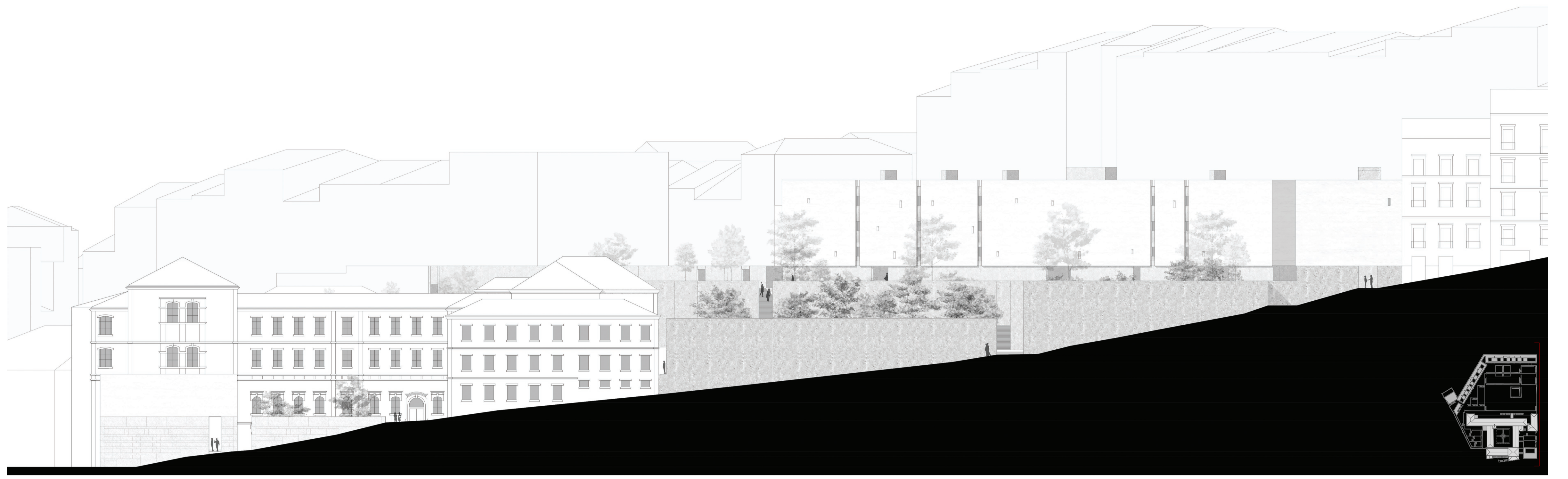


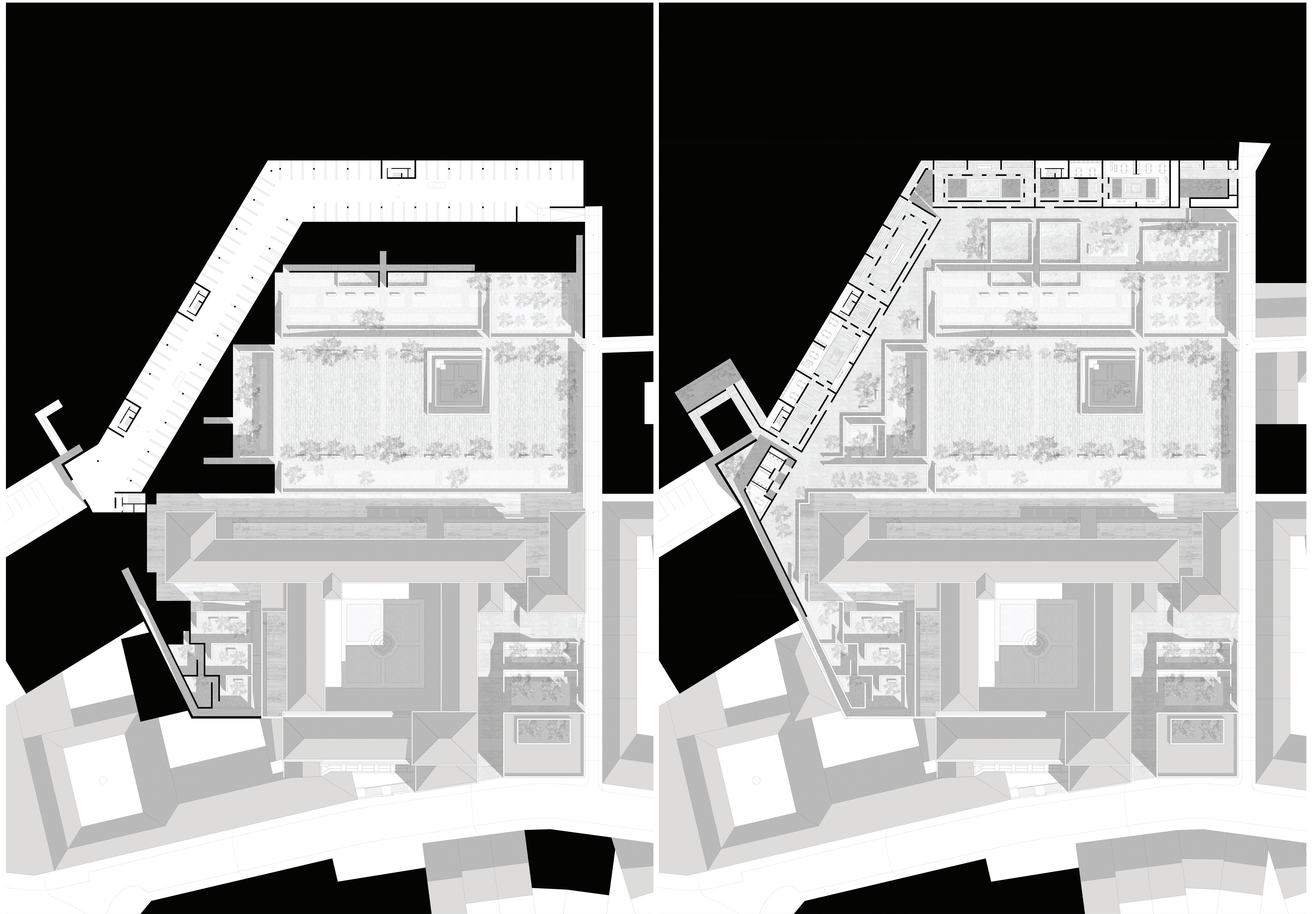
Não resta dúvida de que a forma tipológica de que muito se serve o programa conventual é notavelmente versátil, versatilidade essa que é atestada com clareza pela casa de Santa Marta. Comprovando e reforçando novamente a sua polivalência e valor patrimonial, é no contexto do encontro encastrado dos serviços dos Hospitais Cívicos de Lisboa que se vem propor não só um novo uso para o sítio de Santa Marta mas também, e acima de tudo, uma intervenção que tenha como pretensão ser apenas uma das muitas a ocorrer no seu devir.

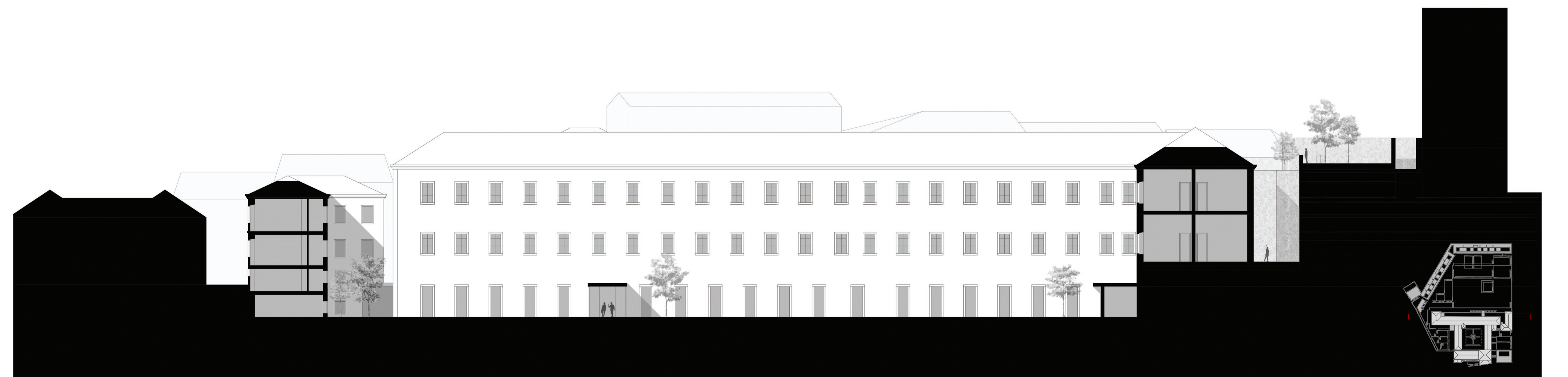
Partindo então deste princípio de contínua e gradual transformação, de convívio de diferentes tempos que se movem constante e progressivamente, com que tanto o sítio de Santa Marta, como a colina de Santa Ana se vierem a consolidar, propõe-se um conjunto de novas construções e também de portais destruições e substituições. Neste conjunto de ações, além do princípio pelo qual se trata, deverá ser nítida a intenção (i) de relacionar dois tecidos urbanos distintos que neste momento convivem apenas à margem um do outro e (ii) de valorizar o património ainda visível bem como aquele que, apesar de desaparecido, continua tangível na estrutura que hoje observamos. (iii) recuperando traços da cultura estrutura conventual, traços esses a que o conjunto deve a sua imagem e que, poder-se-á afirmar, se tem vindo a ver diluída com cada construção irreflexa, e (iv) valorizando os traços que lhe imprimem tão notória permanência. Não esquecendo a influência que o conjunto monástico e hospitalar continuamente tem sido nos dinâmicas urbanas e populacionais da colina de Santa Ana, é ainda da maior importância definir devidamente a nova vocação funcional desta estrutura. Trata-se, sem dúvida, de uma extraordinária oportunidade para a integração, num tecido urbano e social denso, envelhecido e essencialmente habitacional, de serviços que reequilibrem o quotidiano desta colina e igualmente do centro histórico da cidade de Lisboa.

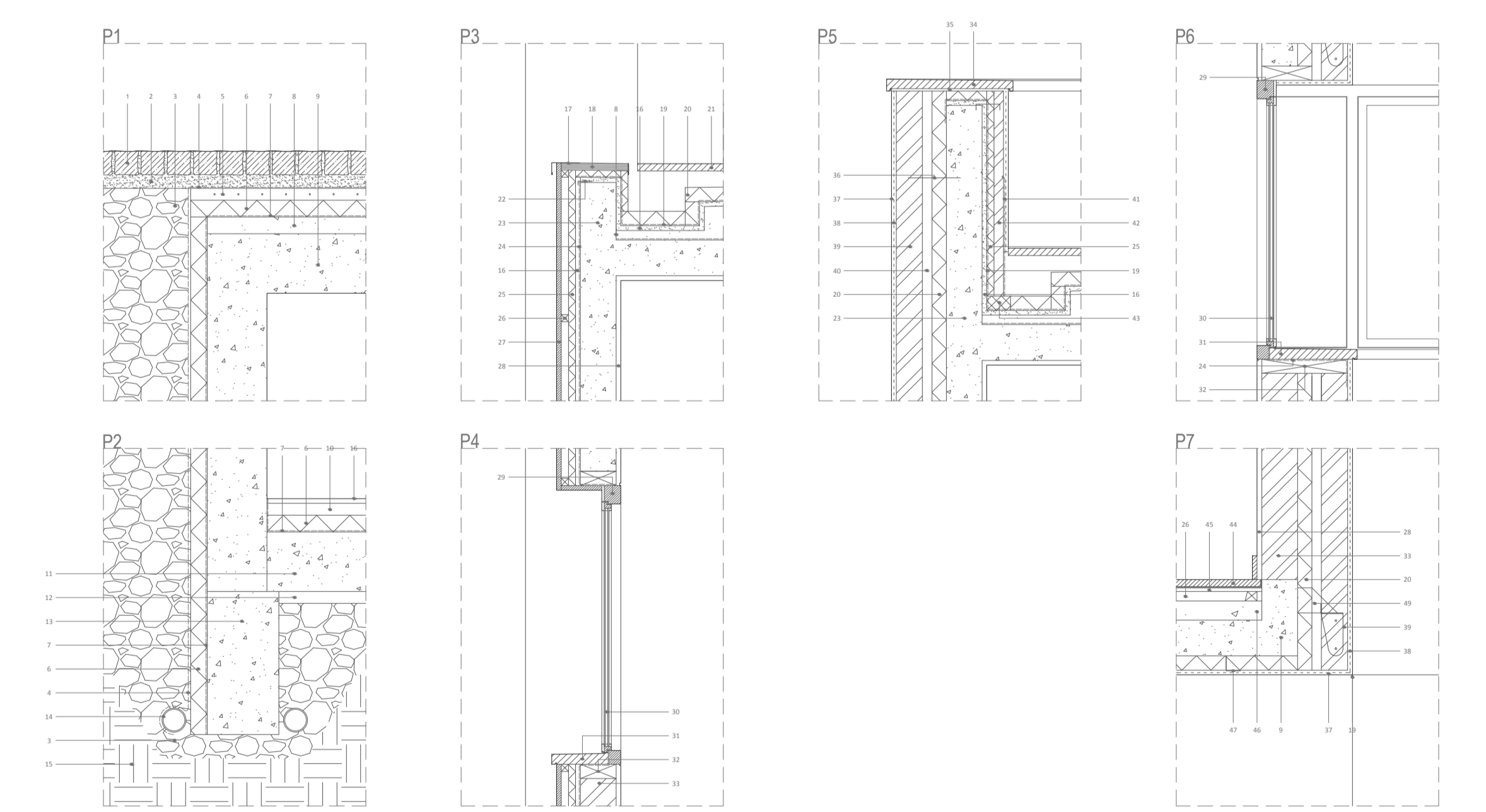
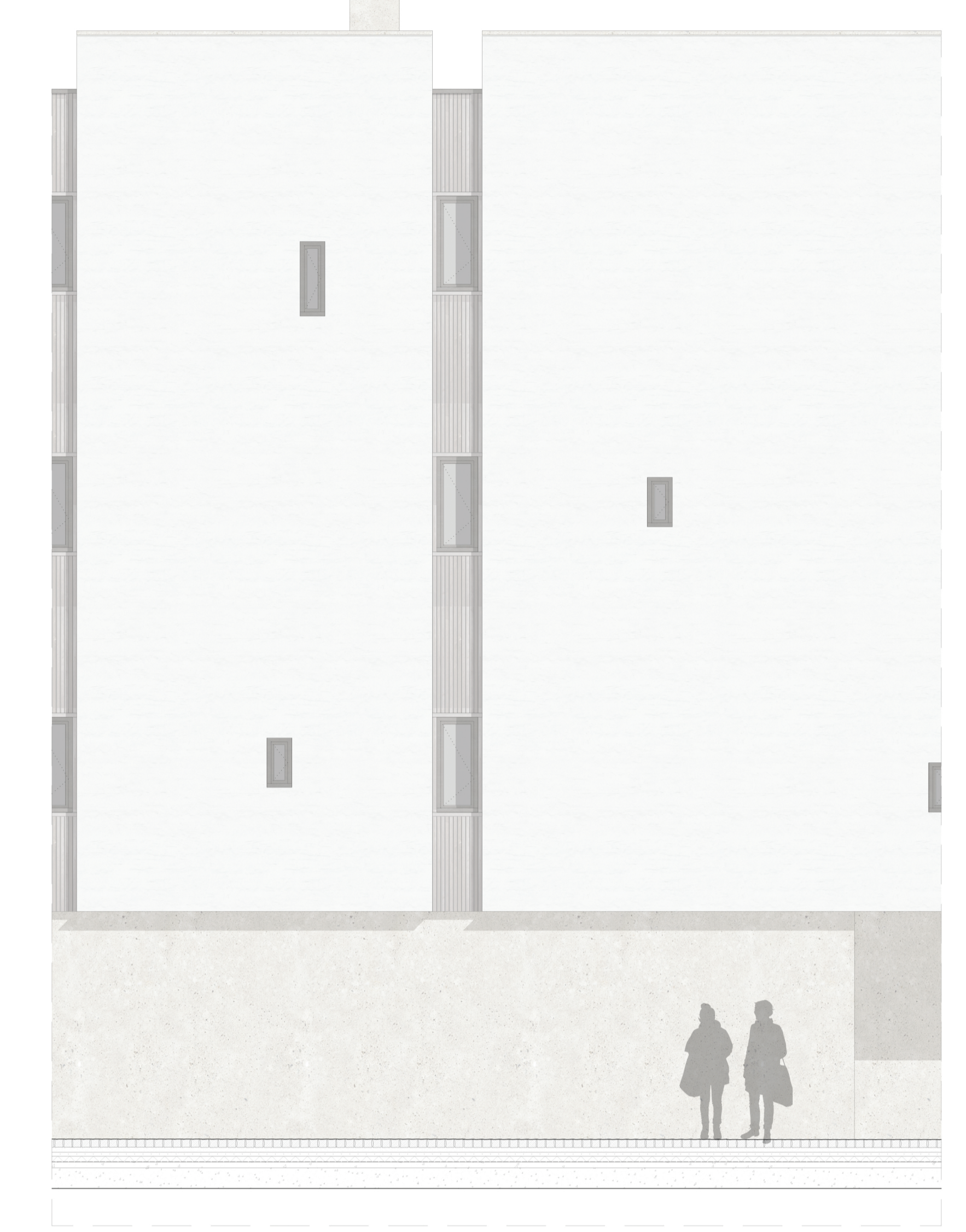
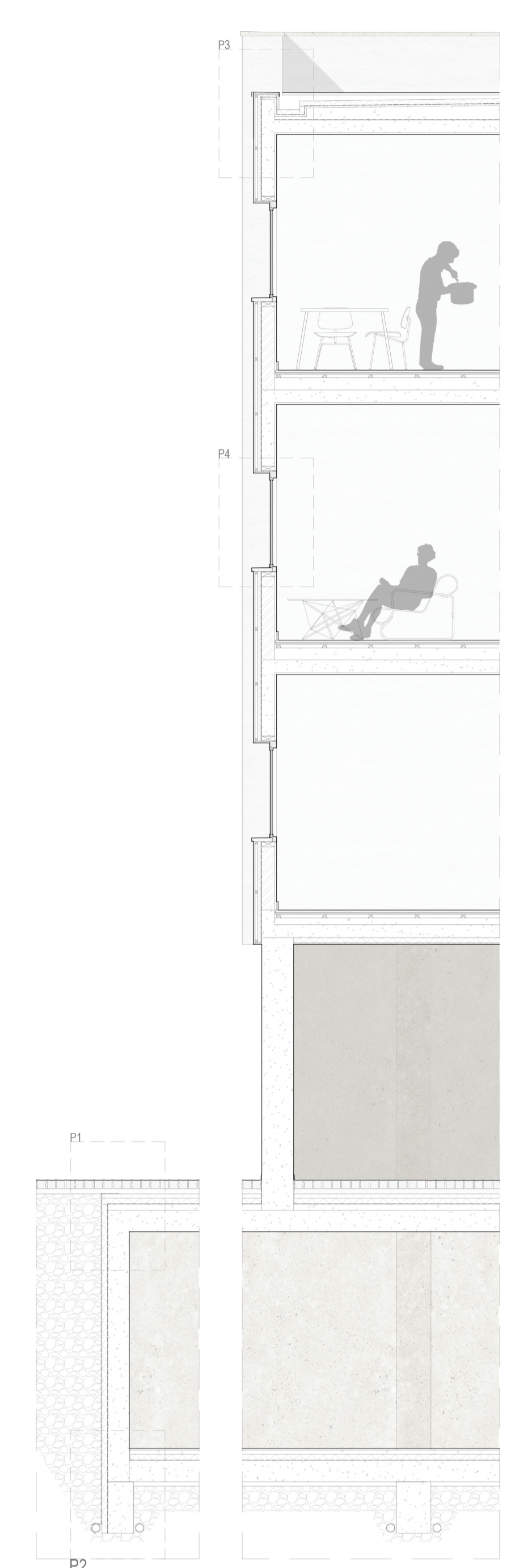
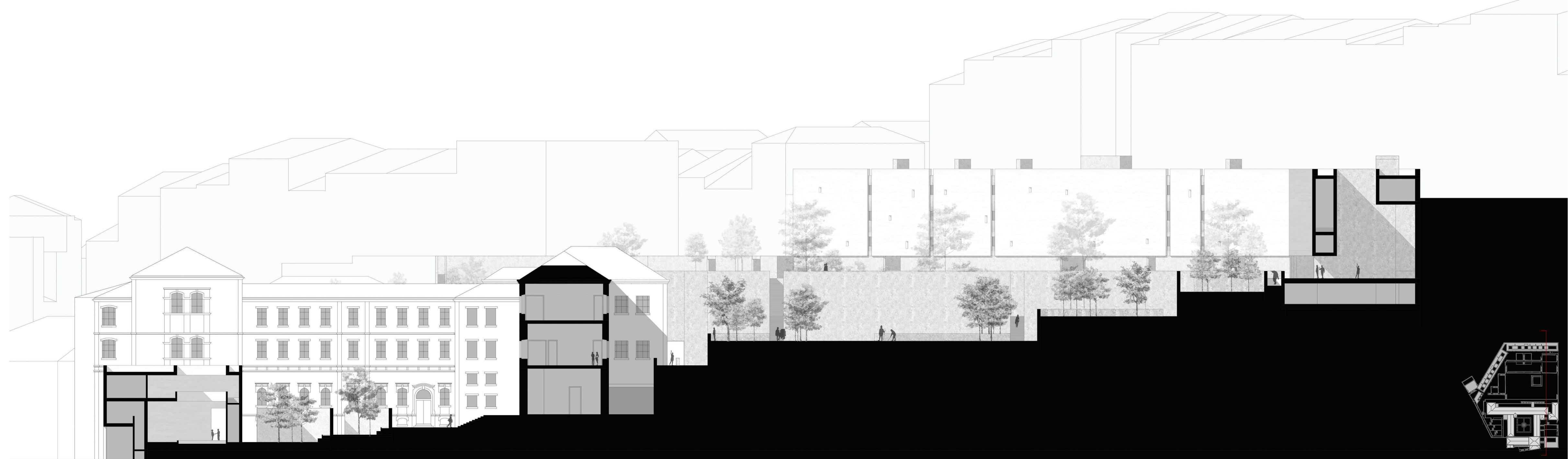
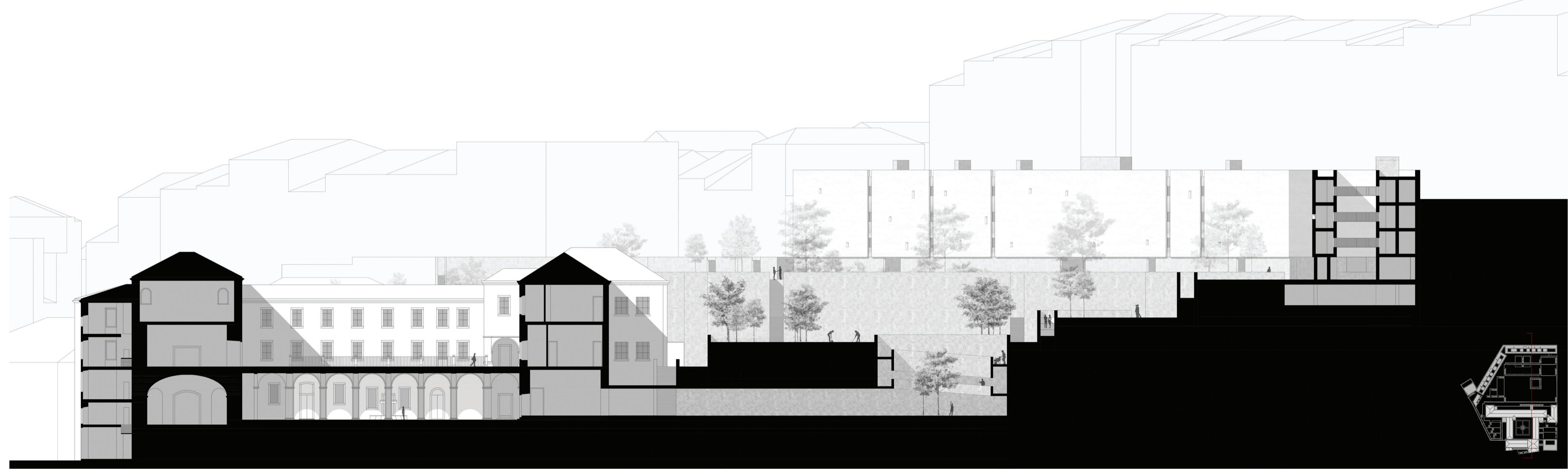
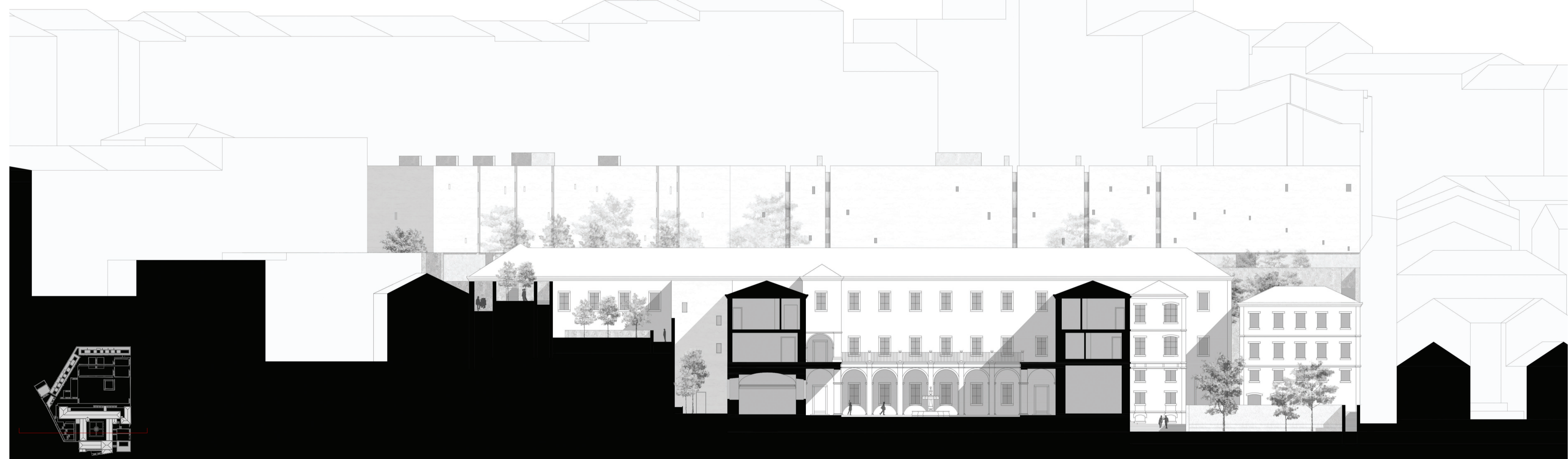
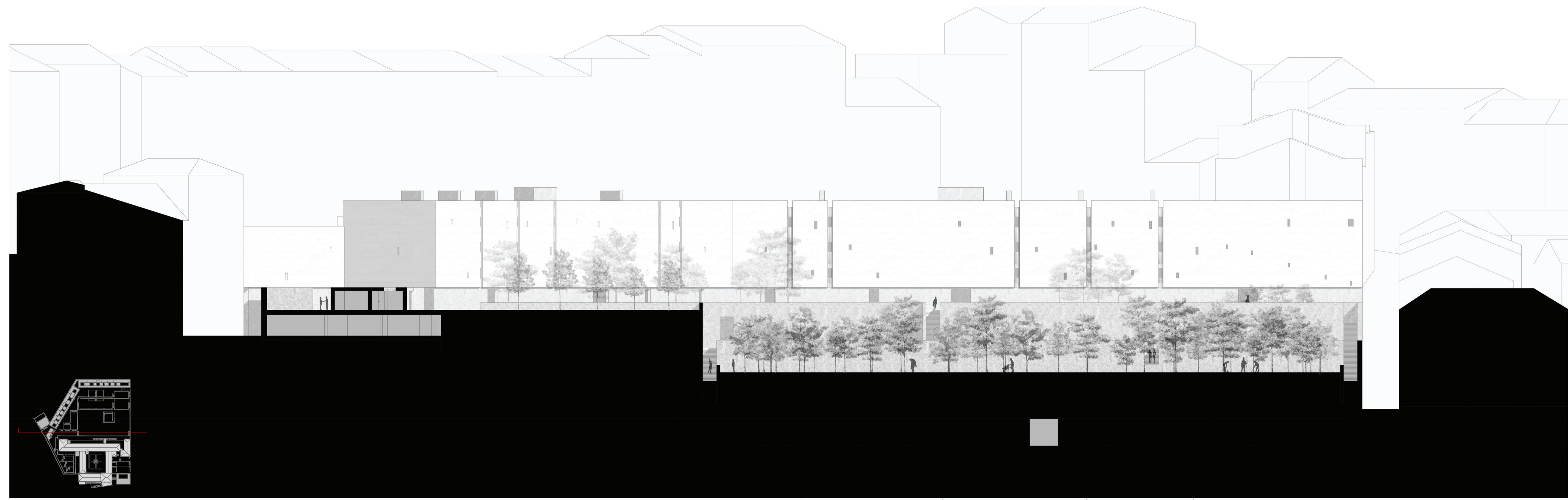












- 1. Capado em Cabelão branco - 100 x 100 x 100mm
- 2. Lato de arca
- 3. Encrocamento
- 4. Cacoal
- 5. Lapa isolante em betão armado - 50mm
- 6. Isolamento térmico em poliestireno extrudido - 70mm
- 7. Tala de impermeabilização atóxica
- 8. Camada de drenagem em betão de topo - inclinação mínima de 1,5%
- 9. Lapa em betão armado
- 10. Bordoite armada com malha - 50mm
- 11. Lapa limpa em betão armado
- 12. Bordoite de drenagem
- 13. Viga de fundação em betão armado
- 14. Tubo de drenagem - Ø 100mm
- 15. Terra compactada
- 16. Malha de regularização
- 17. Capamento em zinco envernizado
- 18. Contraplaca de gesso - 20mm
- 19. Tala de impermeabilização atóxica
- 20. Isolamento térmico em poliestireno extrudido - 60mm
- 21. Lanta de betão armado
- 22. Perfil de drenagem
- 23. Viga em betão armado
- 24. Membrana impermeabilizante
- 25. Isolamento térmico em poliestireno extrudido - 20mm
- 26. Ripado de madeira
- 27. Tábua de Carvalho Alveado envernizado (perfilado de ferro) - 20mm
- 28. Emboco - 15mm + Reboco em argamassa de cal-lim - 5mm
- 29. Canteleira em chapão de aço revestido propiedade de parafusos de
- 30. Zinco em Carvalho Alveado envernizado (veroz de polivinileno)
- 31. Perfil em betão bruto
- 32. Bordoite de madeira
- 33. Tábua envernizada - 300 x 200 x 150mm
- 34. Capamento em betão bruto
- 35. Argamassa de encrocamento
- 36. Campo de ligação para alvenaria tipo Halfen
- 37. Bordoite de madeira
- 38. Malha de fibra
- 39. Tijolo cerâmico - 300 x 200 x 110mm
- 40. Caixa de ar - 40mm
- 41. Argamassa de impermeabilização
- 42. Tijolo cerâmico - 300 x 200 x 40mm
- 43. Isolamento térmico tipo Iso-Flex (poliuretano)
- 44. Tábua de Pinho envernizado (tela natural)
- 45. Placa de MCF - 15mm
- 46. Camada de acabamento em betão de leão
- 47. Perfil para a faixa de malha do reboco
- 48. Perfil de alvenaria
- 49. Suporte para alvenaria tipo Halfen